

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

ERIKA PATRICIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**MULHERES EM CONFLITO COM A LEI: representações sociais,  
identidades de gênero e letramento**

MARINGÁ - PR  
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

ERIKA PATRICIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**MULHERES EM CONFLITO COM A LEI: representações sociais,  
identidades de gênero e letramento**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado) da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Neiva Maria Jung

MARINGÁ - PR  
2008

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)**

O48m

Oliveira, Erika Patricia Teixeira de  
Mulheres em conflito com a lei: representações  
sociais, identidades de gênero e letramento. / Erika  
Patricia Teixeira de Oliveira. - Maringá : [s.n.],  
2008.  
145 f. : il. color.

Orientadora : Prof. Dr. Neiva Maria Jung.  
Dissertação (mestrado) - Universidade  
Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em  
Letras, área de concentração em Estudos Lingüísticos,  
2008.

1. Letramento - Prisão feminina - Representação  
social. 2. Letramento - Prisão feminina - Identidade.  
3. Letramento - Gênero - Prisão feminina. 4.  
Letramento - Prisão feminina - Maringá. 5. Letramento  
- Mulheres presidiárias. I. Universidade Estadual de  
Maringá, Programa de Pós-graduação em Letras, área de  
concentração em Estudos Lingüísticos. II. Título.

CDD 21.ed.410

ERIKA PATRICIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**MULHERES EM CONFLITO COM A LEI: representações sociais,  
identidades de gênero e letramento**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado) da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria Jung  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Aparecida Lopes Benites  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Débora de Carvalho Figueiredo  
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

*Dedico este trabalho ao meu filho Gabriel e ao meu esposo Kennedy, com carinho e amor.*

*Aos meus pais, Teixeira e Cida, às minhas irmãs Márcia e Kelly e ao meu irmão Fábio.*

*Às mulheres que buscam se libertar de todas as formas de prisão.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus,  
pela vida, pelas bênçãos e por ter colocado em meu caminho pessoas tão especiais;

À Neiva,  
por ter me acolhido carinhosamente; por sua orientação exemplar, dedicação e paciência, primordiais para a concretização deste trabalho; pela liberdade que me concedeu para fazer escolhas; por sua presença amiga e confortante nos momentos de tensão e conflitos existenciais;

À minha família, Teixeira, Cida, Márcia, Fábio, Kelly,  
pelos momentos de união, afeto, alegria, risos e descontração;

Ao meu esposo Kennedy,  
pelo amor e paciência e pelo esforço em compreender e respeitar as minhas escolhas;

Ao meu filho Gabriel,  
que mesmo com seu coração de criança, teve uma bondade enorme ao compreender minhas ausências;

À Dona Lourdes e ao Sr. Valdomiro,  
que foram avós maravilhosos, suprimindo com muito amor a vida do meu filho Gabriel, nos momentos em que eu não pude estar presente;

À minha cunhada Kelly,  
a qual sou grata pelo incentivo para ingressar na graduação e no mestrado e pela confiança, quando nem eu mesma acreditava em minha capacidade;

À minha amiga Fernanda, irmã de alma,  
pelo companheirismo constante, pela amizade que permanece sincera e sólida;

À minha amiga Akisnelen,  
com quem pude dividir as dúvidas que surgiram durante o mestrado, agradeço a interlocução intelectual, as leituras dos textos e o companheirismo;

Ao amigo Jefferson  
pela amizade e por sua bondade em compartilhar conhecimento;

À Aniele e à Tatiane,  
pela ajuda com as transcrições;

Aos amigos e amigas do Mestrado, turma 2006,  
pelas discussões frutíferas que tivemos durante o cumprimento dos créditos, pela torcida, pelos bate-papos descontraídos nos intervalos;

À Professora Sônia,  
por sua sensibilidade, generosidade e competência que contribuíram com meu crescimento pessoal e acadêmico durante a graduação e o mestrado. Por suas contribuições valiosas a este trabalho;

À Professora Débora,  
que prontamente aceitou este trabalho e por suas contribuições acadêmicas.

Aos professores do programa de pós-graduação em Letras,  
pela ajuda e orientação através das aulas, fornecendo referências teóricas que contribuíram para o aprimoramento intelectual;

Ao Programa de pós graduação em Letras,  
pela oportunidade de poder realizar esta pesquisa;

À Andréa, secretária do Programa de pós-graduação em Letras,  
pela eficiência impecável, pela organização e atenção em relação às questões administrativas, por ser tão prestativa;

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos por doze meses;

Ao Delegado Dr. Nilson Rodrigues da Silva,  
pela autorização concedida para a entrada no presídio feminino, por ter nos recebido amistosamente e visto de forma positiva a realização desta pesquisa;

Aos funcionários da 9ª Subdivisão Policial de Maringá,  
pela gentileza e por contribuírem com o trabalho de campo.

Às participantes desta pesquisa, que permitiram nossa entrada em seu contexto e em suas vidas. Sem a colaboração dessas mulheres, a realização deste trabalho não teria sido possível.

*“Que barra, numa cela, hoje me encontro, restrita a liberdade, pagando por um erro que cometi. Me tiraram o direito de ir e vir. Mas, sou livre para pensar, livre para lembrar, livre para sonhar... E agradeço a você, é você mesmo; que está lendo esta mensagem agora, pois você, mesmo sem querer, me concedeu uma “pitada” de liberdade, estou livre para dizer a você o que penso...”*

*(Rebeca, interna do presídio feminino de Maringá)*



MULHERES EM CONFLITO COM A LEI: representações sociais, identidades de gênero e letramento.

### RESUMO

Esta pesquisa investiga as representações sociais de gênero apresentadas por mulheres encarceradas em um presídio feminino e as identidades sociais constituídas neste contexto específico de aprisionamento. A partir desta investigação, este estudo reflete sobre possíveis formas de trabalho com a escrita, que, de fato, possam contribuir com a reinserção dessas mulheres na sociedade. A perspectiva teórica adotada fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1981; JODELET, 2001), nos estudos sobre Identidade Social (HALL, 2000, 2007; SILVA, 2007; MOITA LOPES, 2002), Gênero Social (LOURO, 1998) e Letramento (KLEIMAN, 1995; SIGNORINI, 1995, TFOUNI, 1995). Através de um viés qualitativo interpretativo do tipo etnográfico (MAISON, 1996; ERICKSON, 1989; TRIVIÑOS, 1987), buscamos focar a visão êmica das participantes; por isso, os dados que constituem o *corpus* são provenientes da técnica de triangulação de dados, a partir da qual se privilegiou a entrevista semi-estruturada e a observação de campo. As análises demonstram que, por um lado, as participantes da pesquisa revelam representações sociais hegemônicas acerca do gênero feminino, sociedade e escrita, por outro, elas estão re-significando algumas representações, como de presa, de prisão e de tempo, a partir da sua inserção na cultura prisional. Através de suas representações, é possível identificar identidades negociadas, desejadas e/ou negadas por elas, até mesmo possíveis conflitos de identidade gerados pela relação com suas realidades e culturas marcadas, por serem de classe baixa, oriundas de famílias desestruturadas, com pouca escolaridade e marcadas pelo estigma de presidiárias. A análise demonstrou também que as representações e identidades reconstruídas neste ambiente prisional, principalmente as representações de prisão e sociedade, reforçam a construção de estigmas que contribuem para a reincidência prisional. Concluímos que a prisão deve ser repensada como um espaço para a aplicação da inclusão, reabilitação e reinserção social através de projetos nos quais a escrita também possa ser incluída, pois os dados apontam que a escrita adquiriu uma função de libertação para algumas dessas mulheres. Acreditamos que, a partir de uma concepção de letramento em termos de prática e eventos sociais, podem ser desenvolvidas atividades de leitura e escrita voltadas às representações dessas mulheres e aos conflitos de identidade pelos quais estão passando. Por outro lado, seria interessante também pensar em programas que privilegiassem a profissionalização das mulheres, a fim de que elas pudessem pleitear posteriormente um trabalho na sociedade e serem reinseridas social e dignamente.

**Palavras-chave:** representação social, identidade, gênero e letramento.

WOMEN IN CONFLICT WITH THE LAW: social representations; gender identities; reading and writing.

### ABSTRACT

This research study investigates the social representations of gender provided by inmates of a prison for females and the social identities in this specific context. The analysis deals with possible types of activities, such as writing, which may contribute towards the women's re-insertion in society. The theoretical perspectives are grounded on the Theory of Social Representations (MOSCOVICI, 1981; JODELET, 2001), on studies on Social Identity (HALL, 2000, 2007; SILVA, 2007; MOITA LOPES, 2002), Gender (LOURO, 1998) and Reading and Writing (KLEIMAN, 1995; SIGNORINI, 1995, TFOUNI, 1995). Since study focuses on the participants' emic interpretation is focused through an ethnographic interpretative and qualitative stance (MAISON, 1996; ERICKSON, 1989; TRIVIÑOS, 1987), the data that comprise the research corpus were collected through a triangular technique including half-structured interviews and field observation. The analyses show that participants in current research reveal, on the one hand, hegemonic social representations on the female gender, society and writing, and, on the other hand, they re-signify certain representations, such as those involving prison inmates, prison and time, due to their insertion within the prison culture. Negotiated identities, wished and/or denied, and even possible identity conflicts with regard to their day-to-day lives, low-class culture, un-structured families, low literacy level and the jail stigma can be identified through their representations. The analysis also shows that representations and identities re-built in the prison environment, especially those of prison and society, reinforce the construction of stigmas which may contribute towards relapses. The prisons should be conceived as spaces for inclusion, re-habilitation and social re-insertion by means of projects involving the learning of reading and writing, among other subjects. The data show that writing turned up to be a freedom factor for some of the women under analysis. Reading and writing activities involving the representations of females prison inmates and their experienced identity conflicts may be developed through a concept of literacy as a social practice and event. This research results also indicate the need to offer prison inmates programs that gave priority to the professional upgrading of female prison inmates so that, at a later date, they may apply for jobs for their social and dignified insertion within society.

**Key words:** social representation; identity; gender; reading and writing.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRISÃO FEMININA:</b>	
<b>HISTÓRIA E ATUALIDADE.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 História da prisão.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 História da prisão feminina no Brasil.....</b>	<b>25</b>
<b>1.3 História da prisão feminina no Paraná.....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>QUESTÃO CARCERÁRIA FEMININA.....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>O SABER TEÓRICO QUE SE FAZ NO SOCIAL:</b>	
<b>REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE, GÊNERO E LETRAMENTO.....</b>	<b>39</b>
<b>3.1 Teoria das Representações Sociais.....</b>	<b>39</b>
3.1.1 Breve histórico da Teoria das Representações sociais.....	39
3.1.2 Teoria das Representações sociais: perspectivas e conceitos.....	41
<b>3.2 Identidade Social.....</b>	<b>49</b>
3.2.1 Gênero social.....	57
3.2.2 Identidade e Representação Social.....	63
3.2.3 Letramento: concepções.....	65
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>METODOLOGIA: QUANDO AS GRADES FORAM ABERTAS.....</b>	<b>70</b>
<b>4.1 Natureza da pesquisa.....</b>	<b>70</b>
<b>4.2 Procedimentos do trabalho de campo.....</b>	<b>71</b>
<b>4.3 Contexto de pesquisa: a prisão feminina de Maringá.....</b>	<b>74</b>
<b>4.4 Perfil das detentas da 9ª Subdivisão Policial de Maringá.....</b>	<b>82</b>
4.4.1 Cor.....	84
4.4.2 Escolaridade.....	84
4.4.3 Idade.....	84
4.4.4 Estado civil.....	84
4.4.5 Delito.....	85
4.4.6 Reincidência.....	85
4.4.7 Presas de confiança.....	85
<b>4.5 Participantes que realizaram a entrevista.....</b>	<b>86</b>
<b>4.6 Entrevista semi-estruturada.....</b>	<b>88</b>

**CAPÍTULO 5****MULHERES EM CONFLITO COM A LEI:**

<b>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADES E LETRAMENTO.....</b>	<b>91</b>
<b>5.1 Representações sociais de gênero, de presídio e de sociedade.....</b>	<b>91</b>
<b>5.2 Identidades Sociais: “não somos bichos”.....</b>	<b>114</b>
<b>5.3 Letramento na prisão: sinônimo de reinserção.....</b>	<b>126</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>130</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>135</b>
-------------------------	------------

**ANEXOS**

<b>Anexo 1 – Tabela com dados de trabalhos acadêmicos sobre mulheres encarceradas.....</b>	<b>140</b>
<b>Anexo 2 – Cartas escritas por Rebeca.....</b>	<b>143</b>
<b>Anexo 3 – Convenções para transcrição.....</b>	<b>145</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo principal analisar as representações sociais acerca do gênero feminino apresentadas por mulheres encarceradas em um presídio de Maringá - Paraná. Procuramos, através da linguagem, focar a visãoêmica das participantes, que nos apresentam suas representações a partir de um contexto específico de aprisionamento. A partir do conteúdo de suas falas, refletiremos sobre suas representações sociais de gênero e quais identidades sociais são constituídas através destas representações, para, a partir desse estudo do tipo etnográfico, pensar em formas de trabalho, com a escrita, por exemplo, que de fato possam contribuir com a reinserção dessas mulheres na sociedade.

O interesse pelo tema em torno da prisão teve início a partir da minha trajetória pessoal. Meu pai sempre trabalhou como policial civil e uma de suas funções foi a de carcereiro. Durante uma época da minha infância, moramos em uma residência localizada no pátio de uma delegacia, destinada ao carcereiro, em função de seu trabalho exercido no presídio. Durante este período, tive contato com os funcionários e com os presos e as presas de confiança. Ouvi histórias e desabafos do meu pai e fui cercada por situações e vivências que construíram representações negativas e positivas em relação à prisão e aos prisioneiros. Assim, uma de minhas motivações e uma das justificativas para a realização desta pesquisa é a necessidade de re-visitar, depois de adulta, o contexto prisional e minhas próprias representações.

Em 2004, como requisito para a conclusão do curso de Letras, tivemos a oportunidade de realizar o trabalho monográfico em um contexto prisional, cujo título foi “Escrita e exclusão: a função da escrita para os internos da Penitenciária Estadual de Maringá”, sob orientação do Prof. Dr. Renilson Menegassi.

Na oportunidade, pudemos observar que a escrita tem grande importância nos presídios, pois é um instrumento de comunicação e interação entre os que estão reclusos e a sociedade externa. Além disso, a prática da escrita, por parte dos internos, mostrou-se capaz de amenizar o sofrimento imposto pela reclusão, servir de instrumento de fuga de si mesmo, tornar mais leve o cumprimento da pena, fazer o escrevente se afastar e esquecer um pouco a situação de exclusão.

Por isto, na presente pesquisa, entendemos que a escrita pode ser uma forma de libertação, além de contribuir com a reinserção e reabilitação durante o período de reclusão em um presídio.

No ano de 2006, ingressamos no Mestrado com um projeto de pesquisa que tinha como contexto a Penitenciária masculina. Mas, durante a realização das disciplinas, surgiram dúvidas, encontros e desencontros, mudanças e também crescimento. Foi durante este período que tomamos conhecimento da teoria das Representações Sociais, via trabalhos sobre letramento (CORRÊA, 2006), de teorias referentes a Identidades Sociais e de outras teorias que nos fizeram refletir sobre a questão da mulher na sociedade.

A partir desse quadro e das conversas e orientações da Professora Neiva, chegamos ao tema desta pesquisa, que busca por respostas não só pessoais, mas principalmenteêmicas, no sentido de desvelar as representações e identidades dessas mulheres em regime de reclusão.

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária feminina tem crescido consideravelmente nas últimas décadas. Em 2002, o número de mulheres presas era de 10.285. Cinco anos depois, em 2007, este número passou para 25.909. Somado a isto, os presídios brasileiros apresentam problemas como a super lotação, a falta de estrutura física e o fracasso na recuperação e reinserção da população carcerária.

Algumas vezes, o descaso é percebido em noticiários, como foi o caso de grande repercussão, da jovem colocada em uma mesma cela com homens e que era obrigada a manter relações sexuais em troca de comida. Mas, na maioria das vezes, as condições sub-humanas vividas por mulheres e homens também ficam aprisionadas dentro das celas, longe dos olhos da sociedade.

Geralmente, ao abordarem a questão relativa à prisão no Brasil, os meios de comunicação não questionam as bases multicausais da violência e nem o sistema carcerário atual, como a falta de investimento, o sucateamento e o desrespeito ao ser humano; ao contrário disso, estigmatizam ainda mais os já marginalizados.

Um exemplo disso é a reportagem da revista Superinteressante, de março de 2008. Com subtítulo “As 1116 prisões do Brasil formam uma nação à parte. Um país com economia própria, movida a extorsão, suborno e comércio ilegal. Um lugar cheio de leis não escritas, impostas pelo crime organizado. É para lá que nós vamos agora. Aperte suas algemas”. Em um primeiro olhar, a reportagem se mostra realista, mas, ao mesmo tempo, contribui para a estigmatização dos prisioneiros e das prisioneiras, reforçando a idéia de serem marginais e criminosos, através de uma reportagem preconceituosa em relação à população carcerária.

Há 25.955 mulheres presas no país. As cadeias femininas são mais tranqüilas, enfeitadas e arrumadinhas que as dos homens. O maior problema lá é sexual. Garotas jovens e bonitas dificilmente conseguem se livrar do assédio das mulheres homossexuais. Algumas são obrigadas a assumir um caso. E mais: ‘Se alguma de nós tratar as sapatas como se fossem mulheres, vai apanhar na certa. Elas se dão nomes

masculinos, e a gente tem que chamá-las assim ou já sabe o que acontece... Maria é Mário, Paula é Paulo', diz Ana, que ficou dois anos presa por formação de quadrilha. Lá, é raro ver um homem visitar uma detenta. Suzana, 38 anos, presa por tráfico internacional de cocaína, explica: 'Quando uma mulher vai para a cadeia, o cara não aceita. Arruma outra e acabou'. (Revista Superinteressante, Ed. 250, Mar. 2008, p. 62. Fátima Souza e Alexandre Versignassi).

Conseqüentemente, a sociedade se esquece das condições sócio-econômicas, dos contextos culturais e educacionais que precederam a entrada da pessoa no mundo do crime, direcionando uma culpa individual à pessoa condenada. Neste sentido, observa-se que a prisão torna-se uma instituição de seqüestros: seqüestra-se não só a liberdade ambulatoria dos homens e das mulheres que a ela são submetidos como também a voz, a identidade, a dignidade, a condição de sujeitos e de cidadãos. A prisão é, ainda, uma instituição de (in)visibilidade: seus muros demarcam as fronteiras entre os que ali estão para serem vigiados e, ao mesmo tempo, tornados invisíveis para os demais (ESPINOZA, 2004).

Homens e mulheres, aprisionados em instituições penais, estão invisíveis para a sociedade. Mas destacamos que a invisibilidade das mulheres presidiárias torna-se dupla: como presa e como mulher, em vista da diferença numérica - pois estão em menor número se comparado à população carcerária masculina; e também pela diferença de gênero. Um exemplo disso é que a maioria das instituições foram projetadas e construídas para os homens. Entretanto, mesmo que nosso enfoque esteja em torno das mulheres presidiárias, não deixamos de considerar que ambas as populações (homens e mulheres) carecem de políticas públicas.

Desse modo, verifica-se que este problema social aponta a necessidade de se realizar estudos que extrapolem o âmbito jurídico. No que diz respeito ao universo prisional, os estudos sobre as instituições femininas não são muito usuais, sobretudo pelas áreas humanas e sociais, o que causa certa invisibilidade da mulher encarcerada. Diante dessa realidade, este trabalho pretende contribuir com as pesquisas sobre a mulher presidiária, a partir dos estudos com a linguagem. Além disso, pretende dar sua contribuição ao diminuir a invisibilidade da mulher encarcerada, através da escuta de suas vozes e do que elas têm a dizer.

Em termos teórico-metodológicos, entendemos, neste trabalho, que é na linguagem que se formam e se veiculam as representações. Os textos da linguagem oral, escrita e não-verbal têm sido o *corpus* de análise predominante nos estudos orientados pela Teoria das Representações Sociais. Por isso, temos como objetivo articular o conceito de representações sociais com um conceito de identidade de cunho ou base antropológica, a fim de compreender, através da linguagem, quais representações e identidades orientam a vida das

mulheres detentas e refletir, na perspectiva do letramento, sobre possíveis formas de trabalho com a escrita para a reinserção dessas mulheres na sociedade.

Isso nos permite caracterizar este trabalho como sendo realizado dentro da área da Lingüística Aplicada, uma área que é interdisciplinar (MOITA LOPES, 1991), ou seja, busca fundamentos teóricos em áreas afins para compreender um fenômeno da linguagem, o que ressalta a importância desta pesquisa para os estudos da linguagem.

Indico que a ampliação do foco de ação do pesquisador em Lingüística Aplicada para contextos de uso da linguagem outros que o da sala de aula é um dos pontos que nortearão o desenvolvimento da Lingüística Aplicada no Brasil. (...)

Atualmente, entende-se Lingüística Aplicada como uma área de investigação **interdisciplinar** que se centra na resolução de problemas da prática de uso da linguagem dentro e fora da sala de aula (MOITA LOPES, 1996, p.1. Grifo nosso).

Além disso, esta pesquisa pode contribuir para a formalização de teorias lingüísticas direcionadas ao ensino-aprendizagem de língua, através da descrição das representações e identidades de um grupo marginalizado. Com mais trabalhos desse gênero, que primeiro tentam compreender as representações do grupo, talvez mais projetos de reinserção social relacionados, por exemplo, com o ensino formal, informal, artístico e profissional, se tornassem de fato viáveis. O que se faz hoje, na escola, é impor o modelo hegemônico de letramento, marcadamente branco, de classe média alta.

Em termos metodológicos, o estudo desenvolvido foi pautado, em especial, pela etnografia, que prioriza a observação das ações humanas, procurando interpretá-las, a partir do ponto de vista das pessoas que praticam as ações. Trata-se de gerar dados procurando apresentar o sentido êmico dos fatos, ou seja, aproximar-se da perspectiva que os participantes têm dos fatos.

Neste sentido, este trabalho, que segue orientações qualitativas, pretende realizar a análise a partir de mais de uma fonte de dados, ou seja, fazer a triangulação de dados através da observação, coleta de informações e entrevista semi-estruturada. Além disso, a análise será apresentada em termos de asserções e dados que confirmem tais asserções (ERICKSON, 1989).

Em termos epistemológicos, este estudo pretende contribuir para os questionamentos da Teoria das Representações Sociais, conceito que tem aparecido com grande frequência em trabalhos de diversas áreas. De acordo com Arruda (2002), este conceito atravessa as ciências humanas e não é patrimônio de uma área em particular; ele tem raízes profundas na sociologia e uma presença marcante na antropologia.



Como vários outros conceitos que surgem numa área e recebem um suporte teórico em outra, embora oriundos da sociologia de Durkheim, é na psicologia social que a representação social ganha uma teorização, desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet. E essa teorização passa a servir de ferramenta para outros campos, como a saúde, a educação e a área de Letras, com trabalhos voltados para as representações do professor, do aluno e da escrita.

Segundo Alves-Mazzotti (1994) entre os desafios com que os professores são confrontados em sua prática docente, destacam-se a educação das classes desfavorecidas e o papel da escola na ruptura do ciclo da pobreza. O chamado fracasso escolar dos estudantes pobres é hoje a preocupação dominante no campo da educação. Estudos sobre percepções, atribuições e atitudes de professores e alunos, bem como de comportamentos diferenciados do professor em função de expectativas, relacionando-os ou não a efeitos no aluno, têm procurado uma melhor compreensão do problema.

E os resultados de tais estudos podem ajudar a visualizar o “beco sem saída” em que se encontra hoje a educação das chamadas “classes desfavorecidas”. Mas, sobretudo, apontam a necessidade de se ultrapassar o nível da constatação sobre o que se passa “na cabeça” dos indivíduos, para procurar compreender como e porque essas percepções, atribuições, atitudes e expectativas são construídas e mantidas, recorrendo aos sistemas de significação socialmente enraizados e partilhados que as orientam e justificam. A intenção propalada de propiciar mudanças através da educação exige que se compreendam os processos simbólicos que ocorrem na interação educativa, e esta não ocorre num vazio social. Em outras palavras, para que a pesquisa educacional possa ter maior impacto sobre a prática educativa, ela precisa adotar “um olhar psicossocial”, de um lado, preenchendo o sujeito social com um mundo interior, e, de outro, restituindo o sujeito individual ao mundo social (MOSCOVICI, 1990).

O estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor para atingir esses propósitos, na medida em que investiga justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Por suas relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo.

Menin e Shimizu (2005) constatam que a Teoria das Representações Sociais tem servido, largamente, para revelar os conhecimentos mais populares, ingênuos ou de senso comum, que estão presentes na educação, em seus diversos membros e agentes, influenciando

o desempenho de papéis, funções e finalidades escolares, servindo para identificar relações entre representações sociais e funções sociais, escolares e políticas no campo da educação.

Entretanto, faltam aos estudos perspectivas de análise mais antropológicas e sociológicas que explorem as pertinências e experiências grupais, sociais e culturais dos sujeitos das representações. É constatado também que são poucas as pesquisas que investigam transformações nas representações; sejam as que ocorrem espontaneamente, em função de fatores culturais ou políticos, sejam aquelas provocadas por situações específicas de treinamento ou formação, o que talvez possa ser explicado pelo pouco tempo disponível para os trabalhos de pesquisa em Pós-graduação.

Observa-se que os trabalhos em representação social e educação são mais descritivos que explicativos e embora a identificação de representação seja um fator importante para sua conscientização e modificação, são poucos os trabalhos que conseguem acompanhar ou provocar mudanças nas representações.

Nosso trabalho também possui características descritivas, entretanto, para que os resultados desta pesquisa possam ter algum impacto prático e, ousamos dizer, benéfico, nas práticas e realidades do grupo social que observamos, pensamos em viabilizar projetos que possam dar retorno à sociedade e ao presídio feminino de Maringá, a partir: a) da publicação de artigos científicos em revistas especializadas, visando provocar mudanças nas representações da comunidade acadêmica; b) da publicação de uma matéria de cunho jornalístico, em um veículo de comunicação escrita, visando provocar mudanças nas representações da comunidade em geral; c) da elaboração de um texto sobre esta pesquisa, direcionado para as mulheres detentas, visando levá-las a refletir sobre suas próprias representações; d) da reflexão sobre formas de trabalho, com a escrita que possam ajudar as mulheres durante o período de reclusão e, também, com a reinserção dessas mulheres na sociedade.

Um outro fator importante a ser considerado é que muitos estudos baseiam-se, em sua maioria, exclusivamente na Teoria das Representações Sociais. Poucos são os que cruzam essa teoria com teoria de outras áreas, como da Psicologia, da Sociologia ou de áreas afins. Isso evidencia pouco intercâmbio entre outras perspectivas teóricas e a Teoria das Representações Sociais e, de certa forma, empobrece os estudos feitos nesse campo. Por isso, este trabalho busca contribuir com os estudos desenvolvidos nessa área, a partir de um cruzamento interdisciplinar com conceitos desenvolvidos pelos Estudos Culturais sobre as identidades sociais e também com os estudos do letramento.

Em relação à bibliografia referente aos estudos sobre mulheres presidiárias, ao pesquisar em bancos de dados eletrônicos e bibliotecas, encontramos artigos e textos em anais e periódicos acerca da produção científica em torno da mulher encarcerada. Também nos deparamos com dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a prisão de mulheres e o sistema carcerário feminino.

Estas pesquisas dão um parâmetro sobre o que tem sido focado em relação às mulheres na prisão. São temas variados que tratam sobre: reincidência, creche no sistema penitenciário, trabalho carcerário feminino, sexualidade, saúde física e mental, identidade, religiosidade, maternidade. Apresentamos, no anexo 1, um quadro com algumas dissertações e teses que foram defendidas, nos últimos anos e alguns artigos e obras publicadas a respeito do tema em questão. Estas produções procuram, através de diferentes abordagens, “lançar alguma luz sobre um universo ainda desconhecido e, desde sempre, relegado ao esquecimento” (SOARES e ILGENFRITZ, 2002, p. 10).

Estamos certos de que este trabalho, a partir da abordagem teórica da Representação Social e da Identidade Social, traz em si finalidades teóricas e também práticas que dizem respeito a uma nova forma de redimensionar o nosso olhar e a nossa escuta, o que oportuniza uma reformulação em nossas próprias representações.

Tendo apresentado as contribuições da pesquisa tanto num âmbito externo quanto interno, desenvolvemos perguntas de investigação cujas respostas foram buscadas por meio da pesquisa qualitativa.

- 1) O que as representações sociais, de mulheres em conflito com a lei, revelam em termos de práticas sociais e culturais e de que modo elas estão re-significando algumas representações?
  - 1.1) Quais são as representações sociais acerca do gênero feminino apresentadas por mulheres encarceradas em um presídio de Maringá?
  - 1.2) Em que medida, o contexto, as práticas e as vivências prisionais estão re-significando suas representações sociais de gênero, de sociedade e de escrita?
  
- 2) Quais identidades sociais são constituídas a partir das representações de gênero apresentadas por mulheres em regime de cárcere?
  - 2.1) Essas representações sociais influenciam na construção e re-significação das identidades sociais das detentas?
  - 2.2) A condição de mulher presidiária gera conflitos de identidade?

- 2.3) A escrita e o ensino desempenham quais funções na constituição das identidades sociais dessas mulheres?
- 3) Que proposta de letramento ou atividade poderia contribuir com a reinserção dessas mulheres na sociedade?

Em busca de respostas a estas questões, o trabalho está organizado em capítulos que procuram conduzir nossa análise a bom termo. A seguir fornecemos uma breve visão geral do trabalho.

No primeiro capítulo, é apresentado um breve panorama sobre o surgimento da prisão e a história da prisão feminina no Brasil e no Estado do Paraná, com o intuito de compreender o processo sócio-histórico que envolve a prisão feminina.

No segundo capítulo, cujo título é “Questão carcerária feminina”, pretendemos abordar a criminalização da mulher, sua relação com a violência e com o poder punitivo, na tentativa de compreender a complexidade do universo que envolve a mulher e o crime. Cabe ressaltar que o primeiro e segundo capítulos são seções de contextualização da prisão e da questão carcerária feminina e no terceiro capítulo discutimos os conceitos teóricos relevantes para a análise dos dados.

No terceiro capítulo, apresentamos o referencial teórico que embasa esta pesquisa. Primeiramente, serão destacados os principais conceitos da Teoria das representações sociais, um saber compartilhado nas interações sociais cotidianas e que interfere na identidade social de indivíduos ou grupos. Em virtude desta importante relação, pretendemos deixar claro, no capítulo teórico, em quais perspectivas conceituais este trabalho busca subsídios para compreender as representações e identidades sociais evidenciadas nos discursos de algumas mulheres detentas. Para finalizar o capítulo teórico, abordaremos a questão do Gênero social, por ser um dos aspectos centrais deste estudo e apresentaremos alguns conceitos oriundos dos estudos do letramento.

No quarto capítulo, apresentamos os aspectos metodológicos relacionados ao desenvolvimento desta pesquisa, destacando a natureza da pesquisa, com especial atenção ao método de estudo qualitativo e suas nuances etnográficas; os procedimentos de coleta de dados; o contexto no qual a pesquisa foi realizada, com informações a respeito do espaço físico e funcionamento da instituição prisional; e informações sobre as mulheres do presídio feminino de Maringá.

No quinto capítulo, procedemos à análise dos dados. Nesta parte do trabalho, as perguntas de pesquisa serão respondidas com base nos dados gerados. Nas considerações finais, serão destacados os resultados mais importantes desta pesquisa.

A partir da realização deste trabalho, pretendemos contribuir com os estudos acerca do encarceramento e da ressocialização da mulher presidiária, para que a invisibilidade que existe em relação a essas mulheres possa ser diminuída e superada, através da compreensão de quem seja e o que pensa uma mulher encarcerada, ouvir suas opiniões, saber de sua vida, de suas experiências, quais são suas representações e identidades sociais.

Na medida em que resgata e desvela situações existentes nesses contextos de exclusão social, esperamos que a leitura desta dissertação seja uma oportunidade de reflexão e compreensão de alguns aspectos do encarceramento feminino através da voz de suas próprias protagonistas.

## CAPÍTULO 1

### CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRISÃO FEMININA: HISTÓRIA E ATUALIDADE

Estamos navegando num barco cheio de grades; procuramos uma ilha chamada Liberdade. Hoje somos “pássaros feridos” que estamos nos recuperando para sairmos em busca da felicidade...

Grades, concreto, amor, ódio, pensamentos...

Somos reféns do que literalmente sentimos (...)

Que barra numa cela, hoje me encontro, restrita a liberdade, pagando por um erro que cometi. Me tiraram o direito de ir e vir. Mas sou livre para pensar, livre para relembrar, livre para sonhar...

(Rebeca, interna do presídio feminino de Maringá)

Neste capítulo, pretende-se apresentar, de forma sucinta, o surgimento da prisão, a história da prisão feminina no Brasil e no Estado do Paraná.

#### 1.1 História da prisão

Para iniciarmos este capítulo, faremos, primeiramente, uma breve retomada do surgimento da prisão, a partir da obra de Michel Foucault (1977), que discute a natureza política do poder de punir.

Segundo este autor, na época medieval, a sanção penal se fazia através do suplício do corpo, através de rituais públicos de dominação pelo terror, cujo objeto da pena criminal era o corpo do condenado e o objetivo da pena criminal era o povo, convocado para testemunhar a vitória do soberano sobre o criminoso que ousava desafiar o poder. O processo medieval era inquisitorial e secreto, através de uma sucessão de interrogatórios dirigidos para a confissão, sob juramento ou sob tortura, mas a execução penal era pública, porque o sofrimento do condenado era um ritual político de controle social pelo medo.

Segundo Foucault, foi a partir do século XVIII que o corpo começou a deixar de ser o alvo principal da repressão penal. Inicia-se aí o desaparecimento do corpo supliciado, esquartejado, marcado simbolicamente no rosto, exposto vivo ou morto como espetáculo público.

Desse tempo em diante, passa-se a procurar métodos cada vez mais indolores para a execução das penas. A morte deve durar só um instante. O castigo passa a ser a possível supressão de todos os direitos, inclusive o direito à vida. Os alvos da pena vão deixando de ser o sofrimento físico e a dor do corpo. Por isso, fez-se necessária uma nova mecânica da punição, fazendo surgir as máquinas de enforcamento e a invenção da guilhotina em 1783, que permitem a morte do condenado de forma visível, mas instantânea. Assim, a punição suprime o direito à vida.

Ao final do século XVIII, os castigos começaram a ser vistos como escândalo e elaboraram-se novos projetos e códigos que marcaram uma nova era na justiça penal em grande parte do mundo. O corpo esquartejado, amputado, marcado desapareceu como espetáculo e como alvo principal da repressão penal. A partir desse momento, o que deveria afastar o homem do crime era a certeza de ser punido e não mais o teatro público e cruel. Se antes, as formas de punição retiravam o direito à vida, agora a punição, através da prisão, retira o direito à liberdade.

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos - daqueles que abriram, por volta de 1780, o período que ainda não se encerrou - é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (FOUCAULT, 1977, p. 18).

Segundo o autor, deve-se considerar que as práticas penais encontram-se mergulhadas em um campo político, no qual a punição, historicamente, torna-se uma função social extremamente complexa. Dessa forma, no final do século XVIII e começo do século XIX, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade. Sendo assim, a prisão surgiu intimamente ligada ao próprio funcionamento da sociedade. A partir do momento em que o capitalismo colocou nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias primas, foi absolutamente necessário proteger melhor essa riqueza e se encontrou na privação da liberdade o castigo ideal para proteger os bens de uma sociedade capitalista.

Dessa forma, a prisão se transforma na forma principal de castigo dessa sociedade, pois é um grande instrumento de recrutamento e disciplina e contribui para o processo que torna os indivíduos dóceis e úteis.

Mas, ao fazer da detenção a pena por excelência, foram introduzidos processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se diz igual, um aparelho judiciário que se pretende “autônomo”, mas que é investido pelas assimetrias das

sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, “pena das sociedades civilizadas”.

Entretanto, segundo Foucault (1977), o encarceramento é um dispositivo que não diminui a delinqüência, pelo contrário, provoca reincidência. A prisão não devolve à sociedade indivíduos corrigidos, mas serve para torná-los reiteradamente delinqüentes ou produzir novos criminosos.

Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto, não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão (FOUCAULT, 1977, p. 244).

Esta concepção de Foucault, um tanto pessimista, é acatada por alguns estudiosos brasileiros, que reconhecem no espaço prisional um local que favorece a violência, a reincidência e a produção de criminosos.

No contexto do problema prisional, Piedade Júnior (1995) observa uma série de problemas (anti) sociais que vem desaguar na chamada “crise do sistema prisional”, resultante da soma de diversos de fatores que dominam a vida carcerária: a superpopulação carcerária, a ociosidade do preso, a promiscuidade nas prisões, a falta de um projeto de vida do condenado, a metodologia aplicada na execução da pena, a distância da família, a deficiência na assistência educacional, médica e jurídica; a absoluta falta de um trabalho produtivo, em suma, condições existentes no sistema que levarão, com certeza, à reincidência.

Com um enfoque sociológico, Giddens (2002, p. 197) declara que o princípio fundamental das prisões modernas é “melhorar” os indivíduos e prepará-los para desempenharem um papel adequado e correto na sociedade quando forem libertados. As prisões e a confiança nas sentenças de prisão com longa duração também são vistas como um poderoso meio de intimidação ao crime. Mas o autor questiona: “será que as prisões produzem o efeito pretendido de “reformatar” criminosos condenados e de evitar que novos crimes sejam cometidos?”, essa é uma questão complexa, mas evidências sugerem que a resposta seja negativa.

Segundo o sociólogo, de modo geral, os prisioneiros são privados não apenas de sua liberdade, mas também de uma renda apropriada, da companhia de suas famílias e de velhos amigos, de relacionamentos heterossexuais, de seus itens pessoais. Frequentemente, vivem em condições de superlotação, tendo de aceitar procedimentos disciplinares severos e a regulação de sua vida diária. Essas condições tendem a “erguer um muro” entre os internos e a sociedade externa, em vez de ajustar seu comportamento às normas da sociedade. O ambiente em que vivem é muito diferente do ambiente extra-muros, os hábitos e as atitudes que eles



aprendem na prisão são, na maioria das vezes, exatamente o oposto daqueles que devem adquirir, como por exemplo, habilidades criminosas sobre as quais eles antes pouco sabiam. Por esse motivo, as prisões são, às vezes, denominadas “universidades do crime” (GIDDENS, 2002).

Para esse autor, embora pareça que as prisões não consigam ter sucesso na tarefa de reabilitar os prisioneiros, é possível que impeçam as pessoas de cometerem crimes. Mesmo que os que estejam presos não tenham sido intimidados, a idéia da possibilidade de viver em uma prisão pode deter muitas pessoas de praticar “crimes”. No entanto, as evidências sugerem que precisamos encontrar outros meios de deter o crime.

Uma interpretação sociológica do crime esclarece que não existem “mágicas”. As causas do crime estão em ligação estreita com as condições estruturais da sociedade, incluindo a pobreza, a condição das áreas urbanas decadentes e as circunstâncias de vida de muitos homens jovens (GIDDENS, 2002, pág. 199).

No Brasil, existem vários estudos voltados à questão das deficiências gerais do sistema de justiça criminal, mas não é nossa pretensão realizar essa discussão aqui, pois essas deficiências aparecerão de alguma forma, neste trabalho, como mais um agravante na história da prisão feminina e na história de vida das mulheres reclusas.

## **1.2 História da prisão feminina no Brasil**

A origem da prisão no Brasil está relacionada à história da nossa colonização, época em que o país serviu de exílio para os presos condenados ao degredo pela corte portuguesa. Segundo Soares e Ilgenfritz (2002), do início do século XVI a meados do século XVIII, vigoraram no país as Ordenações Filipinas, que foram, por mais de duzentos anos, a legislação responsável pelas práticas punitivas adotadas na colônia. E o degredo se manteve durante todo este período como forma de livrar Portugal de sua população indesejável, constituída de degredados, pessoas expulsas do país e que eram deixadas nos novos territórios conquistados. Entre esta população haviam também mulheres, consideradas culpadas por serem amantes de clérigos, por serem alcoviteiras, por fingirem gravidez ou por assumir parto alheio.

De acordo com Soares e Ilgenfritz (2002), as informações sobre a situação da mulher prisioneira no Brasil, relativas a períodos mais remotos, são, em geral, esparsas, difusas, descontínuas e muitas vezes truncadas. Sendo assim, apenas no século XIX, mais especificamente em 1870, aparece em um Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito

Federal uma das primeiras indicações sobre mulheres presas. Nesse relatório, constava que 187 mulheres escravas passaram pelo calabouço – prisão de escravos que funcionava junto com a Casa de Correção da Corte –, entre os anos de 1869 e 1870, tendo uma delas permanecido presa durante 25 anos (desde 1846).

Em 1905, o Relatório da Casa de Correção da Capital Federal faz menção a melhoramentos realizados para alojar as presas indicando a adaptação de cinco células do antigo manicômio à prisão de mulheres, enquanto não se edificava um pavilhão especial.

Em 1924, Lemos de Brito, o principal ideólogo das prisões femininas no Brasil, após percorrer o país visitando todas as prisões, elaborou um projeto de reforma penitenciária e ofereceu um plano geral, no qual aconselhou a União a construir um reformatório especial, que não se pautasse nos moldes tradicionais da época, ou seja, nos moldes das prisões masculinas; ao invés disso ele propôs ao Estado construir um reformatório direcionado ao tratamento específico para a mulher por parte do Sistema Penitenciário.

Nesta época, as presas já estavam isoladas dos homens, mas é possível perceber, nos relatórios redigidos, que havia também a preocupação com o fato de elas estarem todas juntas, independente do delito, conforme mostra um trecho do Relatório do Conselho Penitenciário do DF de 1929: “as mulheres condenadas continuam em compartimento separado da Casa de Detenção, mas em promiscuidade com as processadas e as vagabundas e as ébrias habituais enviadas pela polícia”. Este discurso apresenta uma concepção moral, que protegia as presas comuns, condenadas por infanticídio, aborto, furto, etc., diferenciando-as daquelas detidas pela polícia e enquadradas nas contravenções de vadiagem ou embriaguez, ou seja, prostitutas, detidas sob o qualificativo de vadias ou desocupadas.

A partir da Revolução de 1930, que se consolida com o surgimento do Estado Novo, várias modificações alteram a estrutura administrativa e política brasileira. Os estudos para a reforma do Código Penal, do Código Processual Penal e da Lei de Contravenções se intensificam, e a idéia de um programa de concentração carcerária se inicia com a reforma penal de 1940, culminando em um projeto de criação da Penitenciária Agro-Industrial, da Penitenciária de Mulheres e do Sanatório Penal, elaborado por uma comissão de notáveis e presidida por Lemos de Brito. Este projeto se transformou em lei e, sob a influência do contexto político de repressão e autoritarismo, foi elaborado, discutido e aprovado por homens, tendo à frente a figura de Lemos de Brito, cujas idéias reproduzem fielmente o pensamento conservador do período.

Lemos de Brito (1930, apud Soares; Ilgenfritz, 2002) enfatiza a necessidade de separar as mulheres dos homens e de colocá-las longe dos presídios masculinos, para assim se evitar a

influência perniciosa que elas poderiam causar. “É que a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhes o martírio da forçada abstinência”.

Com base nos argumentos acima, acredita-se que a criação de presídios só para mulheres destinava-se, antes, a garantir a paz e a tranquilidade desejada nas prisões masculinas, do que propriamente a dar mais dignidade às acomodações carcerárias, até então compartilhadas por homens e mulheres.

Segundo a ideologia de Lemes de Brito, ao ser criada a Penitenciária de Mulheres, surgiu a preocupação em definir normas pedagógicas que transformassem as “meretrizes, vagabundas e perniciosas” em mulheres dóceis, obedientes às regras da prisão, educadas, convertidas em caridosas beatas, voltadas às prendas domésticas, aos cuidados com os filhos, à sexualidade educada para a procriação e a satisfação do marido.

Construída especialmente para tal fim, nasce, em 9 de novembro de 1942, a primeira penitenciária feminina do antigo Distrito Federal, em Bangu, bem longe dos presídios para homens.

A administração interna e pedagógica do presídio ficou a cargo das Irmãs do Bom Pastor. As religiosas ficaram responsáveis por cuidar “da moral e dos bons costumes, além de exercer um trabalho de domesticação das presas e vigilância constante da sua sexualidade”. (Lima, 1983; *apud* Soares e Ilgenfritz, 2002). Pelo regulamento interno da prisão, formulado e aplicado pelas religiosas, chamado *Guia das internas*, as presas só tinham dois caminhos para remirem suas culpas: ou se tornariam aptas para retornar ao convívio social e familiar, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento, seriam preparadas para a vida religiosa.

Entretanto, este projeto de “purificação” não atendeu às expectativas do Estado e, em 1955, a Penitenciária de Mulheres volta a ser diretamente administrada pela direção da Penitenciária Central, sob a alegação de que as Irmãs do Bom Pastor não conseguiram controlar a indisciplina violenta e não dispunham de conhecimentos das questões penitenciárias e administrativas necessárias para controlar 2.200 mulheres que estavam presas em um estabelecimento planejado para abrigar 60 mulheres (em 1953, ampliado para abrigar 120 presas).

No ano de 1966, a Penitenciária feminina adquiriu autonomia administrativa e recebeu o nome de Instituto Penal Talavera Bruce. Trata-se da única penitenciária de segurança máxima do estado do Rio de Janeiro destinada a mulheres condenadas a penas altas, conhecida atualmente como Penitenciária Talavera Bruce, com capacidade para receber até 330 mulheres.

Soares e Ilgenfritz (2002) destacam que o esforço das Irmãs do Bom Pastor em produzir uma reforma moral no interior da penitenciária tinha como pano de fundo as concepções tradicionais sobre os papéis de gênero, que consideravam a mulher biológica e intelectualmente inferior ao homem e que se expressavam, nos campos médico e jurídico, em reflexões e debates sobre a “natureza da mulher criminosa”, tema que discutiremos em uma seção posterior.

Consideramos importante destacar a história do Talavera Bruce, por ser a primeira penitenciária de mulheres construída no Brasil e por apresentar concepções e aspectos históricos importantes no que diz respeito ao encarceramento feminino, aspectos estes encontrados na criação e administração de outras instituições penais femininas, como a do Estado do Paraná.

### **1.3 História da prisão feminina no Paraná**

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional do Paraná (DEPEN/PR), em 1909 foi inaugurada a primeira penitenciária do estado, localizada em Curitiba, a qual abrigava homens e mulheres separados por alas.

As mulheres foram transferidas para o centro da cidade em 1960, ano em que as obras para a construção da Penitenciária Feminina foram iniciadas e paralisadas até o ano de 1968. Em 1970, durante o governo estadual de Paulo Pimentel, a construção da penitenciária foi finalmente concluída.

A instituição foi instalada no município de Piraquara; fazia parte do Complexo Penal Paranaense e era administrada por um grupo de Irmãs religiosas. Tinha capacidade para 40 mulheres, abrigadas em celas individuais, com salas de trabalho e alojamento para mães e suas crianças.

Carbonar (1987), primeira mulher a dirigir uma instituição penal no Paraná, de 1975 a 1983, relata que em 1975 o número de detentas era de 50 mulheres, prostitutas (presas por vadiagem) que tinham por determinação legal uma curta permanência na prisão; “puxadoras” de carros para o Paraguai, quadrilheiras e a grande massa carcerária composta por mulheres miseráveis, doentes, analfabetas, mulheres com distúrbios mentais, geralmente vítimas da violência dos maridos, cujas mortes as levavam à prisão; por tentarem entrar com armas ou drogas no dia da visita na prisão masculina.

A autora apresenta vários dilemas que existiam na Penitenciária Feminina, como a falta de oportunidade de trabalho para as egressas do sistema, que não conseguiam emprego e

reincidiam no crime, retornando à prisão para cumprir penas maiores; a falta de apoio da família e o sofrimento das casadas por serem abandonadas pelo marido ou pelo fato de o companheiro estar cumprindo pena na Penitenciária Central.

Um outro problema é destacado por Carbonar (1987) – a questão sexual na prisão – a visita íntima não estava regulamentada naquela época, e ainda hoje não está, pelo menos de forma equânime, daí que apenas as presas de bom comportamento podiam receber visita do marido ou companheiro, desde que comprovassem três anos de convivência anterior à prisão, “a fim de que não se instalasse no presídio um prostíbulo em nome do Estado”. O sexo para os homens era um direito e para as mulheres era um prêmio por bom comportamento.

Em relação à concepção que permeava o projeto de recuperação da mulher no presídio feminino do Paraná, esta não se diferenciava de outras unidades prisionais existentes no país, como o Talavera Bruce, ou seja, era baseado no modelo doméstico, no qual as mulheres eram “reeducadas” para a costura, o bordado, a tapeçaria, a limpeza, a cozinha e conservação da unidade. Desse modo, eram preparadas para o casamento ou para o trabalho em casa de família. Neste segundo caso, as possibilidades eram mínimas, em virtude do preconceito contra a ex-presidiária.

Atualmente, o Estado possui apenas duas penitenciárias femininas, a de Piraquara, com capacidade para 342 mulheres, e a Penitenciária Feminina de Regime semi-aberto, localizada em Curitiba e inaugurada em 1986, com capacidade para 106 presas.

O Estado também conta com o Complexo Penal, estabelecimento de regime fechado e segurança máxima, destinado a presos do sexo masculino e feminino, provisórios, condenados por medida de segurança ou que necessitam de tratamento psiquiátrico e ambulatorial. Tem capacidade para 350 presos.

No Estado do Paraná, a exemplo do que acontece em todo o país, muitas pessoas estão detidas em cadeias públicas. De acordo com Gama (1997), a cadeia pública é o estabelecimento destinado ao recolhimento de presos provisórios, os quais têm os seguintes direitos: a) cela individual com dormitório, sanitário e lavatório; b) salubridade do ambiente; c) área mínima de seis metros quadrados. A lei mais uma vez não é cumprida porque existem muitos presos sem espaço para dormir na própria cela por excesso de companheiros. Pelo que se vê por todo o Brasil, a Lei de Execuções Penais determina que o preso que espera julgamento tenha um quarto com boas condições. Entretanto, a realidade nas cadeias mostra o contrário. No caso de prisão provisória, apesar de inexistir sentença judicial, o preso já começa a ser penalizado. Geralmente, a cadeia pública funciona junto à delegacia de polícia e a precariedade toma proporções vergonhosas nestes lugares.

Mariner (1998), que também faz considerações a este respeito, afirma que as delegacias de polícia são construídas como estabelecimentos pequenos de detenção temporária e normalmente oferecem pouca infra-estrutura para o trabalho, lazer, educação, visitas ou outras atividades; e são mal equipadas para manter presos por um longo período de tempo. Apesar dessas considerações, um grande número de presos no Brasil permanece por longos períodos de tempo sob custódia da polícia. Os presos condenados não apenas são mantidos em delegacias como também por lá permanecem por um bom tempo depois da condenação ou até cumprirem toda a pena. Em Maringá, não é diferente, como veremos no capítulo 4.

A seguir, serão apresentados alguns estudos desenvolvidos e direcionados para a questão da mulher e sua relação com o poder punitivo, na tentativa de compreender a complexidade existente entre mulher e desvio.

## CAPÍTULO 2

### QUESTÃO CARCERÁRIA FEMININA

Entre processos, ansiedade, arrependimento; “A condena”. O sistema carcerário, mulheres de todos os lados, sofredoras, guerreiras, mães, prostitutas, traficantes, buscando uma nas outras forças para sobreviver no castelo de concreto e aço!

(Rebeca, interna do presídio feminino de Maringá)

A população carcerária feminina tem crescido consideravelmente nas últimas décadas. De acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, em 2002, o número de mulheres presas era de 10.285. Cinco anos depois, em junho de 2007, este número passou para 25.909. No Estado do Paraná, existem aproximadamente 2.000 mulheres presas no sistema prisional. São números que evidenciam um problema social que precisa ser investigado por estudos que extrapolem o âmbito jurídico, que se voltem para a questão da mulher e sua relação com a sociedade.

Em nosso país, no entanto, a questão da criminalidade feminina não é suficientemente explorada. Uma das razões, de acordo com Perruci (1983, apud FRINHANI, 2003), é que os autores não diferenciam a criminalidade feminina da masculina, talvez pela constatação de que a participação feminina na criminalidade geral é quase insignificante quando comparada à masculina – aproximadamente 6% do total de presos. Além disso, vivemos em uma sociedade em que se pretende construir, no plano do discurso teórico, uma ciência social para a humanidade como um todo, enquanto, no plano das relações sociais concretas, a mulher é discriminada em quase todos os sentidos.

Desse modo, a partir de uma literatura de certa forma escassa, pretendemos abordar a criminalização da mulher. Mas antes, consideramos importante fazer uma breve reflexão sobre crime e desvio.

Segundo Giddens (2002), o estudo do crime e desvio é uma das áreas mais intrigantes, porém mais complexas, da sociologia. Estes estudos nos mostram que nenhum de nós é tão normal quanto gostaríamos de imaginar; também nos ajuda a observar que as pessoas, cujo comportamento possa parecer incompreensível ou estranho, podem ser vistas como seres racionais, a partir do momento em que compreendemos o motivo que as leva a agirem dessa forma.

O desvio e o crime não são sinônimos, embora, em muitos casos, se sobreponham. O conceito de desvio é bem mais amplo do que o de crime, o qual se refere apenas a uma conduta não-conformista que infringe uma lei. Muitas formas de comportamento desviante não são classificadas como crimes.

Giddens (2002) apresenta algumas teorias sociológicas sobre crime e desvio, entre elas:

- a) Teorias funcionalistas: o crime e o desvio são resultados de tensões estruturais e de uma falta de regulação social dentro da sociedade. As teorias funcionalistas enfatizam as conexões entre a conformidade e o desvio em diferentes contextos sociais. A falta de oportunidade para o sucesso em termos de uma sociedade mais ampla é o principal fator que diferencia aqueles que se lançam em um comportamento criminoso daqueles que tomam a direção oposta. Devemos ser cautelosos, contudo, quanto à idéia de que as pessoas que vivem em comunidades mais pobres aspiram ao mesmo nível de sucesso que as pessoas mais ricas. Existem pressões em direção à atividade criminosa entre outros grupos também, conforme indicam os assim chamados crimes do colarinho-branco, fraude e evasão fiscal. As teorias de base funcionalista foram desenvolvidas por teóricos como Merton, Cohen, Cloward e Ohlin.
- b) Teorias interacionistas: vêem o desvio como um fenômeno construído socialmente, pela interação com os outros. É como se os indivíduos se tornassem delinquentes pela associação com pessoas que são portadoras de normas criminais. Os interacionistas, como o teórico Sutherland, rejeitam a idéia de que haja tipos de conduta que sejam inerentemente “desviantes”. Em uma sociedade que contém uma variedade de subculturas, alguns ambientes sociais tendem a estimular atividades ilegais, ao passo que outros não.
- c) Teoria da rotulação: interpreta o desvio não como um conjunto de características de indivíduos ou de grupos, mas como um *processo* de interação entre desviantes e não-desviantes. Para os teóricos (Becker, Lemert), devemos descobrir porque alguns indivíduos acabam recebendo o rótulo de “desviantes”. As pessoas que representam as forças da lei e da ordem, ou que têm a capacidade de impor aos outros suas definições de moralidade convencional, são responsáveis pela maior parte da rotulagem. Os rótulos que criam categorias de desvio expressam, portanto, a estrutura de poder da sociedade e as regras são formuladas pelos ricos para os pobres, pelos homens para as mulheres, pelas pessoas mais velhas para as mais jovens e pelas maiorias étnicas para os grupos minoritários. Para esta teoria, as identidades desviantes são criadas através da rotulação.



Giddens (2002) critica alguns pontos da teoria da rotulação, que, ao enfatizar o processo ativo de rotular, despreza os processos que *levam* a atos definidos como desviantes. Pois, diferenças na socialização, nas atitudes e nas oportunidades influenciam o quanto as pessoas se envolvem em comportamentos que provavelmente serão rotulados de desviantes. Por exemplo, é mais provável que crianças provenientes de ambientes carentes roubem em lojas do que crianças ricas. Nem é tanto a rotulação que as leva a cometerem o primeiro roubo, mas o meio do qual elas provêm.

- d) Teorias de conflito: considerada “a nova criminologia”, por volta de 1973 esta teoria, desenvolvida por Taylor, Walton e Young, marcou importante ruptura com as antigas teorias do desvio. Utilizando elementos do pensamento marxista, seus autores afirmaram que o desvio é uma escolha deliberada e, freqüentemente, de natureza política, rejeitando a idéia de que o desvio seja “determinado” por fatores como a biologia, a personalidade, a desorganização social ou rótulos. Em lugar disso, defenderam a noção de que o comportamento desviante é uma escolha ativa dos indivíduos em resposta às desigualdades do sistema capitalista. Os teóricos formularam sua análise sobre crime e desvio em termos da estrutura da sociedade e da preservação do poder entre a classe dominante.

Na mesma época, outros estudiosos afirmaram que as leis são instrumentos utilizados pelos poderosos para manter suas próprias posições privilegiadas, rejeitando assim a idéia de neutralidade das leis e de sua aplicação uniforme à população. Para eles, à medida que as desigualdades aumentam entre a classe dominante e a classe trabalhadora, a lei se torna instrumento cada vez mais importante para que os poderosos mantenham a ordem, uma roupagem para manter na verdade os seus bens. Esses poderosos também infringem as leis, porém, raramente são presos.

Esses e outros estudos associados à “nova criminologia” ampliaram o debate a respeito do crime e do desvio para incluir questões sobre justiça social, poder e política. Enfatizaram que o crime ocorre em todos os níveis da sociedade, devendo ser entendido no contexto das desigualdades e dos interesses concorrentes entre os grupos sociais (GIDDENS, 2002, p. 180).

O crime, mesmo sendo uma subcategoria do comportamento desviante como um todo, abrange tamanha variedade de formas de atividade que é improvável que se tenha uma única teoria que dê conta de explicar todas as formas de conduta criminosa. Por isso, acreditamos que tanto as teorias funcionalistas, como as teorias interacionistas, teoria da rotulação e as

teorias do conflito possuem conceitos aplicáveis se considerarmos as bases multicausais que levam à prática de crimes: tensões estruturais, contextos sociais, interação com pessoas portadoras de normas criminais, interação entre desviantes e não-desviantes que acarreta em rotulação e estigmatização, escolha política em resposta às desigualdades sociais, ou seja, pontos desenvolvidos pelas teorias sociológicas, vistas há pouco, sobre crime e desvio.

A partir deste breve panorama teórico, é possível perceber o quão complexo é tratar o tema da criminalidade; mais intrigante ainda é compreender a variação entre os índices de criminalidade feminina e masculina.

Assim como outras áreas da sociologia, os estudos criminológicos têm a tradição de ignorar a metade da população. As feministas têm razão em criticar a criminologia por ser uma disciplina dominada por homens, na qual as mulheres são, em grande parte, “invisíveis”, tanto em considerações teóricas quanto em estudos empíricos (GIDDENS, 2002, p. 189).

Para amenizar esta invisibilidade, há alguns estudos voltados para a questão da mulher e sua relação com a violência, com o crime e com o poder punitivo. Um desses trabalhos é o de Rachel Sohiet (1989); em *Condições femininas e formas de violência*, a autora traça uma perspectiva histórica sobre concepções a respeito da “natureza” da mulher.

De acordo com a autora, no fim do século XIX, Lombroso e Ferrero, representantes conceituados da corrente evolucionista e com grande influência nos meios jurídicos e policiais, se empenharam em provar a inferioridade feminina, apontando inúmeras deficiências e infantilizando a mulher. Para eles, a natureza comanda a mulher, que é biológica e intelectualmente inferior ao homem.

Os autores, em sua obra, partindo das características das mulheres que consideravam normais, buscaram analisar aquelas dadas como desviantes – as prostitutas e criminosas, reconhecidas em três modalidades: *as criminosas natas*, que se constituíam no tipo mais perverso, face ao seu grande número de caracteres degenerativos (evoluíram menos do que os homens), apresentando soma considerável de características masculinas; *as criminosas por ocasião*, dotadas de características femininas, embora apresentando de forma latente, em gradações diversas, a tendência para o delito; e *as criminosas por paixão* que atuam a partir da forte intensidade de suas paixões.

Ao desconsiderar quaisquer questões culturais, Lombroso e Ferrero acreditavam que a mulher tinha menor tendência ao crime porque evoluíra menos que os homens, sendo organicamente mais passiva e conservadora devido, basicamente, à imobilidade do óvulo comparada à mobilidade do espermatozóide. A pequena participação das mulheres no crime

estava relacionada à personalidade feminina, considerada menos inteligente, sem criatividade, passiva, submissa, dócil, com instinto maternal.

A mulher estava mais sujeita à prática de crimes quando influenciada por fenômenos biológicos, tais como: a puberdade, a menstruação, a menopausa, o parto, pois durante esses fenômenos ela estaria mais irritada, instável, agressiva e com o estado psicológico abalado.

A mulher normal, portanto, apresentaria graves defeitos em proporção superior àqueles do homem, porém sua fraca inteligência, frigidez sexual, fraqueza das paixões, dependência, unidos ao sentimento maternal, mantinham-na como uma “semicriminalóide inofensiva”. Ao contrário, aquelas dotadas de erotismo intenso, com sensibilidade sexual superior a das mulheres normais, dotadas de forte inteligência, se revelavam extremamente perigosas; eram as criminosas natas, cujas tendências para o mal eram mais numerosas e variadas que as do homem, algumas prostitutas natas e as loucas (SOHIET, 1989, p. 98).

Segundo Soares e Ilgenfritz (2002), foi a partir de Durkheim que os fatores de ordem sociológica passaram a ser incorporados à reflexão sobre a criminalidade feminina. As atividades criminais das mulheres começaram a ser vistas a partir da importância do papel social da mulher. Desse modo, entendeu-se que os delitos cometidos pela mulher eram dificilmente detectáveis, não só pela natureza das infrações, como também pelas características de suas vítimas – crianças e velhos. A infração da mulher estaria restrita aos espaços privados, pois, sendo a mulher encarregada das tarefas de casa, da cozinha, da educação, do cuidado das crianças, grande parte de seus crimes tipicamente femininos permaneceriam ocultos, invisíveis, difíceis de serem detectados e punidos.

Para Julita Lemgruber (1999, apud LIMA, 2007), a relação entre mulher e crime é uma mistura, por assim dizer, entre diferenças biológicas e sócio-estruturais, nas quais o avanço social feminino, com a alteração paulatina de papéis, leva à conclusão de que “à medida que as disparidades sócio-econômicas entre sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina” (1999, p. 6); do que se tem, então, haja vista a precarização crescente das condições sociais de sobrevivência para a população em geral, independentemente de gêneros e papéis, observou-se uma tendência ao agravamento não só da questão penitenciária, mas igualmente da mulher presa.

De acordo com Soares e Ilgenfritz (2002), a elevação no número de mulheres presas pode expressar não só uma elevação real dos índices de criminalidade de ambos os sexos, mas uma redução dos níveis de condescendência do Sistema de Justiça Criminal em relação às mulheres infratoras, que em outras épocas eram vistas com mais tolerância em virtude do imaginário que envolve os papéis de gênero, a partir de uma visão mais tradicional dos juízes.

Mas, na medida em que as mulheres conquistam maior independência e até certo ponto se equiparam aos homens no desempenho dos papéis sociais, a condescendência em relação às suas práticas criminosas tende a ser cada vez menor. Assim, podemos nos perguntar se foi a criminalidade feminina que aumentou ou se foi a visão que o poder punitivo tem sobre as mulheres que se alterou.

Se houve alguma mudança em relação aos papéis sociais da mulher relacionados ao crime, conseqüentemente, isso refletirá em uma ação mais repressiva não só dos juízes, como também dos policiais, que até metade do século XX, prendiam as mulheres sob a acusação de vadiagem, pois era uma forma de as autoridades reprimirem a prostituição e “limpar” as cidades. Entretanto, nos últimos anos, o perfil da população carcerária feminina mudou, houve um considerável aumento do número de mulheres presas por roubo e, principalmente, por tráfico de drogas, o que demonstra também a alteração da relação entre a criminalidade feminina e o poder público.

De acordo com dados do InfoPen, o crime que leva mais mulheres para a prisão, atualmente, é o tráfico de entorpecentes – 7.809 infratoras, seguido do roubo qualificado – 1.250 infratoras. Os homens, por sua vez, são presos em maior quantidade por roubo qualificado – 82.797 infratores, seguido de tráfico de entorpecentes – 52.367 e roubo simples – 33.622 infratores. Os dados mostram que não houve uma elevação substancial da participação feminina no universo dos crimes tipicamente praticados pelos homens e demonstra que o crescimento do número de presas pode estar associado mais à dinâmica da relação do tráfico de drogas do que a uma maior disposição das mulheres para infringir as leis. A maioria das presas envolvidas com o tráfico desempenha funções subalternas e, por vezes, não estava envolvida diretamente com a venda da droga.

Há estudiosos que acreditam que o envolvimento das mulheres no tráfico de drogas é marcado pela presença masculina, considerada o fator propulsor da entrada feminina no contexto do crime. Para Assis e Constantino (2001, apud MOKI, 2005), as mulheres são influenciadas por parentes, amigos e namorados, supervalorizando essas relações sem se preocuparem individualmente com as conseqüências que sofrerão, deixando-se levar por impulsos emotivos. Este argumento pode estar refletido no percentual de mulheres presas por tráfico – 30%, em comparação ao percentual masculino – 13%. São as “criminosas por paixão”, como denominaram Lombroso e Ferrero no século XIX.

No tráfico de drogas, as mulheres exercem, geralmente, funções como as de “mula”, função de transportar a droga, e que não tem muita importância hierárquica. Nos últimos anos, o número de mulheres recrutadas para o transporte da droga multiplicou. Esse fenômeno da

feminização do tráfico de drogas tem muitos motivos, um deles é que os traficantes acreditam que as mulheres e as jovens de boa aparência contam com maior condescendência da polícia durante eventos de fiscalização (O globo, 2006).

Cálculos da polícia dão conta de que 94% das “mulas” estavam sem atividade regular remunerada antes de serem presas. Por isso, os contratadores visam as desempregadas, mães com filhos doentes, jovens com desejo de conhecer outros países. Entre permanecer na rua e arriscar-se a dar uma guinada na própria vida, ainda que pelo caminho do tráfico, as estatísticas mostram que, cada vez mais, elas estão escolhendo a segunda opção (Revista Isto é, 19/04/2006).

É possível observar através dos dados e das notícias que, embora o número de mulheres envolvidas no crime tenha aumentado de 4% do total de presos em 2002, para 6% em 2007, elas ainda representam um número reduzido na criminalidade. Dessa forma, continua a pergunta:

O que explica a permanência desse padrão, ao longo do século XX, mesmo depois de elas estarem integradas ao mercado de trabalho tanto quanto os homens (embora com menores salários) e de terem se tornado razoavelmente independentes, econômica e socialmente? Como entender o fato de as mulheres raramente praticarem os mesmos crimes que levam os homens à cadeia, e que são atribuídos à pobreza, à falta de perspectiva, à falta de acesso aos recursos sociais básicos, se elas, no fim das contas, experimentam as mesmas dificuldades financeiras e sociais? (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 92).

De acordo com Sohiet (1989), as sociedades ocidentais concebem algumas características como masculinas e outras como femininas. Para a autora, essas características são artificiais e derivadas de um condicionamento histórico-social. As características atribuídas ao homem e à mulher resultam de um longo processo de condicionamento através da família, da escola e dos demais contextos sociais.

Para Giddens (2002), atualmente as qualidades “femininas” são vistas como que quase totalmente produzidas em nível social, em comum com os traços da “masculinidade”. Muitas mulheres são socializadas para valorizar qualidades na vida social (o afeto pelos outros e o cultivo das relações pessoais) diferentes daquelas que os homens valorizam. Igualmente importante, por meio da influência da ideologia e de outros fatores – como o mito da “boa menina” – o comportamento da mulher geralmente mantém-se confinado e controlado de formas diferentes das atividades masculinas.

A partir dessas considerações, fica claro quão complexo e intrigante é o universo que envolve a mulher e o desvio. Ao procurar por respostas, encontramos nas teorias uma gama de

dúvidas que, somadas às nossas, nos faz querer entender, ainda mais, a visão de gênero dessas mulheres.

## CAPÍTULO 3

### **O SABER TEÓRICO QUE SE FAZ NO SOCIAL: REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE, GÊNERO E LETRAMENTO**

Este capítulo tem por objetivo apresentar o referencial teórico que embasa esta pesquisa. Para isso, na primeira seção, apresentamos algumas perspectivas teóricas que discutem a Representação Social. Nas segunda e terceira seções, abordaremos outros dois conceitos cruciais deste trabalho: Identidade Social e Gênero social.

#### **3.1 Teoria das Representações Sociais**

##### **3.1.1 Breve histórico da Teoria das Representações Sociais**

De acordo com Farr (1997), a Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de Psicologia Social, originada na Europa, com a publicação feita por Moscovici (1961) de seu estudo *La Psychanalyse: son image et son public*.

Por que uma forma sociológica da Psicologia Social? Segundo Farr (1997), ela difere marcadamente das formas psicológicas de Psicologia Social, que estudam, quase que exclusivamente, o indivíduo e são atualmente predominantes nos Estados Unidos. Este contraste se dá entre uma tradição de pesquisa européia e uma americana na Psicologia Social moderna.

Este fato responde pela difícil co-existência entre a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, que é uma forma sociológica de Psicologia Social, e as formas psicológicas de Psicologia Social, que são hoje dominantes nos Estados Unidos. Existe um diálogo, embora hesitante, entre essas duas formas rivais de Psicologia Social, um diálogo, necessariamente transatlântico.

Essas duas formas de conceber a psicologia devem-se ao fato de que a maioria dos teóricos anteriores à Segunda Guerra Mundial distinguiu entre dois níveis de fenômenos – em termos gerais, o nível do individual e o nível do coletivo (isto é, a cultura ou sociedade). Durkheim (1898), por exemplo, distinguiu entre o estudo das representações individuais (o domínio da psicologia) e o estudo das representações coletivas (o domínio da sociologia). A distinção aguda de Durkheim entre sociologia e psicologia fez com que se tornasse praticamente inevitável que, quando Moscovici propôs que se estudassem as representações sociais, esse novo campo fosse classificado como uma forma sociológica, e não psicológica,

de Psicologia Social. Durkheim, ao acreditar que a sociologia era independente da psicologia, foi o principal responsável pela co-existência dessas duas formas alternativas de Psicologia Social na era moderna.

Dessa forma, o conceito de representação nasceu na sociologia, tendo como primeiro teórico a trabalhar o conceito de representações, Durkheim, que definiu as representações como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicando-a, justificando-a ou questionando-a. Denominou-as de Representações Coletivas, na medida em que essas categorias de pensamento explicam como cada sociedade elabora e expressa a sua realidade. Este conceito revela o pensamento funcionalista do autor, quando vê a sociedade com um poder coercitivo quase que absoluto sobre os indivíduos.

Já o conceito de Representação Social foi proposto por Serge Moscovici, na década de 60, e o que constitui o ponto de partida para esta teoria é o abandono da distinção clássica entre sujeito e objeto. O teórico aponta que “não existe separação entre o universo externo e o universo interno do indivíduo (ou grupo)”.

No Brasil, a obra seminal de Serge Moscovici, *La psychanalyse, son image et son public*, cuja tradução recebeu o título de *Representação Social da Psicanálise*, chegou em 1978. E, mais recentemente, o país ganhou com uma edição em português de outra obra intitulada *Representações Sociais – investigações em psicologia social*.

Em *La Psychanalyse: son image et son public*, o autor estudou as diversas maneiras pelas quais a psicanálise era percebida (representada) pelo público na França, analisando quais as representações – qual o conhecimento popular e de senso comum – de determinados grupos em relação a um conhecimento científico. A partir de seu estudo, concluiu que as representações sociais não se alimentam apenas das teorias científicas, mas também da cultura, das ideologias, das experiências e das comunicações cotidianas.

Farr (1997) argumenta que o teórico se interessou não apenas em compreender como o conhecimento é produzido, mas principalmente em analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa. Interessou-se pelo “poder das idéias de senso comum, ou seja, pelo “estudo de como e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como elas transformam idéias em práticas” (MOSCOVICI, 1981). Ele quis compreender como a produção de conhecimentos plurais constitui e reforça a identidade dos grupos, como influi em suas práticas e como estas reconstituem seu pensamento.

Embora o conceito de Representação Social seja inicialmente situado na esfera de conhecimentos da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais tem sido, desde então, amplamente utilizada, desenvolvida e ampliada por diversas áreas das ciências sociais.



Denise Jodelet, a maior disseminadora da teoria desenvolvida por Moscovici e que preserva um contínuo e freqüente contato com pesquisadores brasileiros, escreveu *Representações Sociais* em 1989. O livro recebeu, na França, mais quatro edições, a última edição (1997) deu origem à tradução brasileira em 2001.

Surgiram também produções brasileiras<sup>1</sup> que somam contribuições para o desenvolvimento da teoria no país em diferentes áreas de estudo, tais como: Spink (1993), Guareschi e Jovchelovitch (1994), Sá (1996), Arruda (1998), Moreira e Oliveira (1998), Sá (1998), Madeira e Tura (1998), Jovchelovitch (2000), Menin e Shimizu (2005), Corrêa e Boch (2006). Essas produções refletem a expansão no campo de aplicação da Teoria das Representações Sociais.

### 3.1.2 Teoria das Representações Sociais: perspectivas e conceitos

A teoria das Representações Sociais foi desenvolvida há poucas décadas, mas segundo Jodelet (2001), são muitos os elementos que atestam a fecundidade da noção de representação social, sua maturidade científica e sua pertinência para tratar dos problemas psicológicos e sociais de nossa sociedade.

Ao desenvolver esta teoria, Moscovici (1981) concebe a representação social como um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade atual, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais e podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. Para o autor, a representação social é um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, se inserem num grupo ou numa relação cotidiana de trocas e liberam o poder da sua imaginação (MOSCOVICI, 1981, p. 27-28).

---

<sup>1</sup> Spink, M. J. (org.). *O conhecimento no cotidiano*. As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.  
 Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.  
 Sá, C. P. *Núcleo central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.  
 Arruda, A. (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.  
 Moreira, A. S. P. e Oliveira, D. C. (orgs.). *Estudos interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia: AB Editora, 1998.  
 Sá, C. P. *A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.  
 Jodelet, D. e Madeira, M. C. (orgs.) *Aids e Representações Sociais*. Natal: EDUFRN, 1998.  
 Jovchelovitch, S. *Representações Sociais e esfera pública*. Petrópolis: Vozes, 2000.  
 Menin, M. S. de S. e Shimizu, A. de M. (orgs.). *Experiência e Representação Social* – questões teóricas e metodológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.  
 Corrêa, M. L. G. e Boch, F. (orgs.). *Ensino de língua: representação e letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

O teórico enfatiza que as representações sociais não são apenas “opiniões sobre” ou “imagens de”, mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particulares, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos e que “determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas” (MOSCOVICI, 1981, p. 51).

Ao ampliar o conceito, Jodelet afirma que:

A representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2001, p. 22).

Para a autora, sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam e é por isso que criamos representações. Frente a um mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias, não somos apenas automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente<sup>2</sup>, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

Os estudos da representação, delineados por Jodelet (2001), consideram, como sendo o chão da representação, as condições da sua produção, ou seja, as grandes responsáveis pela possibilidade de explicação, de interpretação do sentido que os grupos atribuem ao objeto representado. Os autores da teoria afirmam que toda representação se origina em um sujeito (individual ou coletivo) e se refere a um objeto. Jodelet sintetiza a idéia: toda representação é representação de alguém e de alguma coisa. Toda representação se refere a um objeto e tem

---

<sup>2</sup> É importante ressaltar que o caráter de conhecimento compartilhado de uma representação não implica em um absoluto consenso pelos membros de um determinado grupo. Mesmo considerando que uma Representação Social é uma teoria compartilhada por um grupo de sujeitos, não se pode afirmar que cada membro do grupo compartilhe inteiramente com o conjunto de significados dessa Representação em qualquer momento e sob quaisquer circunstância (SANTOS, 2000, p. 153)

um conteúdo. E o sujeito que a formula é um sujeito social, imerso em condições específicas de seu espaço e tempo. A autora propõe então três grandes ordens de fatores a serem levados em conta como condições de produção das representações: a cultura, tomada no sentido amplo e no mais restrito, a comunicação e linguagem (intragrupo, entre grupos e de massa), e a inserção socioeconômica, institucional, educacional e ideológica.

A representação é um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação. É determinada ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social (ABRIC, 2001, p. 156).

Dessa forma, a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito. Esta atividade pode remeter a processos cognitivos (sujeito epistêmico), intrapsíquicos (investimentos pulsionais, identitários, motivações etc.), e psicológicos. Mas a particularidade do estudo das representações sociais é o fato de integrar na análise desses processos a pertença e a participação, sociais ou culturais, do sujeito. É o que a distingue de uma perspectiva puramente cognitivista ou clínica.

É possível perceber que a Teoria das Representações Sociais, ao levar em conta o sujeito e sua relação com o objeto e com a condição de produção, busca, tanto dentro da psicologia como fora dela, as possibilidades de reconstrução teórica, epistemológica e metodológica a que se propõe. É o caráter dessa busca que lhe faz ser tanto uma teoria específica da Psicologia Social, como um empreendimento interdisciplinar (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1997).

Sendo assim, a Teoria das Representações Sociais busca ampliar seu campo de estudo ao procurar o diálogo com outras áreas de conhecimento. Segundo Jodelet (2001), a pesquisa sobre representações sociais apresenta um caráter ao mesmo tempo fundamental e aplicado e recorre a metodologias variadas: experimentação em laboratório e campo; enquetes por meio de entrevistas, questionários e técnicas de associação de palavras; observação participante; análise documental e de discurso etc.

Esta teoria toca em domínios e assuntos diversos, os quais podemos citar: domínio científico (teorias e disciplinas científicas, difusão de conhecimentos, didática das ciências, desenvolvimento tecnológico etc.); domínio cultural (cultura, religião); domínio social e institucional (política, movimentos sociais, economia, desvio e criminalidade, sistema jurídico

etc.); domínio da produção (profissões, trabalho, desemprego etc.); domínio ambiental (espaços construídos e naturais, cidades, riscos ambientais etc.); domínio biológico e médico (corpo, sexualidade, esporte, saúde, doença etc.); domínio psicológico (personalidade, inteligência, grupos etc.); relações intergrupais (nação, etnias, sexos, categorias sociais, identidades etc.).

Desse modo, as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos: informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Contudo, estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. É esta totalidade significativa que, em relação com a ação, encontra-se no centro da investigação científica, a qual atribui como tarefa descrevê-la, analisá-la, explicá-la em suas dimensões, formas, processos e funcionamento.

Mas Jodelet (2001) lembra que as representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais e integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal (idéias) sobre a qual elas têm de intervir. Ela sugere que, para abarcar o conjunto de componentes e relações contidos na representação social, vista como saber prático, é preciso levar em conta as seguintes perguntas fundamentais: Quem sabe, e a partir de onde sabe? O que e como se sabe? Sobre o que se sabe, e com que efeito?

De acordo com a teoria das representações sociais, são dois os principais processos – baseados na memória e em conclusões anteriores – responsáveis pela formação do pensamento social: a objetivação e a ancoragem, que transformam o não familiar em familiar. O primeiro mecanismo atribui substância e forma ao elemento estranho, transportando-o de uma dimensão abstrata a uma quase concreta. O segundo mecanismo reduz o não familiar a categorias e imagens comuns, redirecionando-o a um contexto familiar, classificando-o e dando-lhe uma utilidade.

Segundo Moscovici (1981), a objetivação poder ser definida como a operação formadora de imagem e estruturante das representações. Através da objetivação, busca-se tornar concreto, materializado aquilo que é abstrato. Trata-se de pôr em imagens noções abstratas: de dar uma textura material às idéias, consiste em preencher um conceito com uma imagem; ou ainda, fazer corresponder coisas com palavras, dar corpo a esquemas conceituais. Para Moscovici, a comparação já é uma forma de representação, que permite aos sujeitos atribuir sentido, valor a algo desconhecido. A objetivação implica fases de construção das

representações, como: a) a seleção e descontextualização de informações em função de critérios culturais ou normativos; b) a formação de um núcleo figurativo, ou seja, uma estrutura de imagem que reproduzirá de uma maneira visível uma estrutura conceitual; c) a naturalização, através da qual o modelo figurativo permitirá uma concretização dos elementos representados de forma que passam a fazer parte das coisas reais da natureza.

Já a ancoragem (amarração) refere-se ao enraizamento social da representação e de seu objeto dando-lhe significado e utilidade. A ancoragem busca classificar, inserir um objeto ou categoria na hierarquia de valores sociais e nas operações realizadas por essa sociedade. Trata-se da integração cognitiva do objeto representado dentro de um sistema de pensamento pré-existente; é a inserção orgânica de um pensamento constituído. É um processo que articula três funções básicas da representação: a) função cognitiva de integração da novidade; b) função de interpretação da realidade; e c) função de orientação das condutas e das relações sociais. Ancorar significa classificar, nomear. É a aproximação do elemento estranho ao nosso sistema de referência, através da avaliação, descrição e comparação. Para Moscovici, esse processo nunca é neutro, pois envolve um valor positivo ou negativo.

Em relação à representação social e suas funções, encontramos uma contribuição teórica de Abric (2000). Para este autor, as representações são sociais e têm origem dentro de grupos numa determinada cultura, em indivíduos que ocupam diferentes posições sociais, imersos em relações sociais e práticas específicas do seu grupo. Tais variáveis marcam os tipos de representação realizados e os comportamentos delas decorrentes. O teórico atribui quatro funções essenciais às representações sociais (ABRIC, 2000, p. 28):

- 1) *Função de saber*: elas permitem compreender e explicar a realidade, elas permitem aos atores sociais adquirir conhecimentos e integrá-los a um quadro assimilável e compreensível para eles, em coerência com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais aderem. Por outro lado, elas facilitam – e são mesmo condição necessária para a comunicação social. Elas definem o quadro de referência comum que permite a troca social, a transmissão desse saber ingênuo.
- 2) *Função identitária*: elas definem a identidade e permitem a salvaguarda da especificidade dos grupos. As representações têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social permitindo a elaboração de uma identidade social compatível com sistemas de normas e de valores social e historicamente determinados. A referência às representações como definindo a identidade de um grupo vai por outro lado desempenhar um papel importante no controle social exercido, em certa medida, pela coletividade sobre cada um de seus membros, em particular nos processos de socialização.

- 3) *Função de orientação*: elas guiam os comportamentos e as práticas. A representação intervém diretamente na definição da finalidade da situação, determinando assim *a priori* o tipo de relações pertinentes para o sujeito. A representação produz igualmente um sistema de antecipações e de expectativas, constituindo, portanto, uma ação sobre a realidade: seleção e filtragem de informações, interpretações visando tornar essa realidade conforme a representação, refletindo a natureza das regras e dos laços sociais, a representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.
- 4) *Função justificadora*: elas permitem justificar *a posteriori* as tomadas de posição e os comportamentos, mas elas intervêm também na ação, permitindo assim aos atores explicar e justificar suas condutas em uma situação ou em relação aos seus participantes.

De acordo com o que foi exposto até agora, é possível perceber uma relação direta entre as representações sociais e a constituição de identidades sociais. Para Guareschi e Jovchelovitch (1997), a teoria das Representações Sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social. Isso significa deixar claro de que forma as representações, como fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve identidades, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros.

Kleiman (2006), que realiza pesquisas voltadas à formação do professor, em um de seus trabalhos, no qual analisa dois modos de representar o professor que circulam nos cursos de formação, deixa claro que acredita no poder que as representações sociais têm em relação à sua função identitária. Para a autora, elas têm o poder de mudar as idéias do indivíduo sobre si mesmo e sobre o que ele pode fazer em relação ao outro.

Suas afirmações estão baseadas na perspectiva da teoria das representações sociais, segundo a qual, conforme discutimos nesta seção, se um indivíduo expressa uma opinião sobre um objeto ou uma situação, esta o constitui. Uma vez que se desfaz a ruptura sujeito-objeto, toda a realidade é representada, individual e coletivamente: ela é reconstruída no sistema cognitivo e integrada no sistema de valores socioculturais, históricos e ideológicos. As representações sociais sendo conjuntos de conhecimentos a propósito dos objetos, pessoas, idéias, que, sendo partilhados pelos indivíduos ou grupos que se representam a si mesmos através deles, determinam seus comportamentos e as relações que estabelecem com outros

objetos, fenômenos, práticas, pessoas e idéias: guiando-os nos modos de nomear e definir os diferentes aspectos da realidade diária; nas tomadas de decisões e nos posicionamentos (ABRIC 2001; JODELET, 2001). São sistemas ao mesmo tempo motivadores e justificativos da ação.

Consideramos importante ressaltar que as representações sociais contribuem para a orientação dos comportamentos do sujeito, regulam participações nas suas redes de interação social e o auxiliam na definição das suas identidades com os grupos do quais ele faz parte (ABRIC, 2001, p. 156).

Desse modo, observa-se que “há uma relação dialética entre a representação individual de si mesmo e a representação que os outros têm do indivíduo, o que determina a reciprocidade na constituição de um e do outro, e as torna componentes identitários importantes nos grupos culturais, profissionais, nas associações” (KLEIMAN, 2006, p. 79).

Moscovici (1997) também destaca a importância da comunicação e da linguagem, enquanto fenômenos sociais, que possibilitam ampliar os estudos da Representação Social, juntamente com outras áreas do conhecimento:

Os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum. Mas isso não significa que as conversações, os saberes populares ou o senso comum devam ser considerados à parte, ou que se aceite que somente eles expressem as representações sociais. Estas podem ser encontradas, sob outras formas, nas ciências, nas religiões, nas ideologias e em outras circunstâncias. (...) Cada passo que nós damos em direção ao aprofundamento da Teoria das Representações Sociais não diz respeito apenas a nossa disciplina. Tem a ver também, em primeiro lugar, com a sociologia e a antropologia. De modo especial àquelas suas teorias que se relacionam com a religião, com os mitos, com a ideologia, a linguagem, onde esse conceito desempenha um papel significativo. Chegou o tempo de saber o que fazer e de efetuar uma série de avanços rápidos nessa direção. Pode ser que esse empreendimento encontre dificuldades. Mas vale a pena dedicar-se a ele (MOSCOVICI, Prefácio, in: Guareschi e Jovchelovitch, 1997).

Em relação à interação verbal, Jodelet (2001) ressalta sua importância primordial nos fenômenos representativos, pois ela é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma das representações; ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica; ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos.

De acordo com Minayo (1997), teóricos como Bourdieu e Bakhtin referem-se ao campo das representações sociais através da valorização da fala como expressão das

condições da existência. Para Bourdieu (1973), a fala revela condições estruturais, sistema de valores, normas e símbolos e tem a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

Em relação a isto, Bourdieu concorda com Bakhtin, o qual considera a palavra como o fenômeno ideológico por excelência. O autor define o caráter histórico e social da fala como um campo de expressão das relações e das lutas sociais que, ao mesmo tempo, sofre os efeitos da luta e serve de instrumento e de material para a sua comunicação, que é inteiramente determinada pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política.

A partir de um estudo das representações sociais dentro da Sociologia Clássica, Minayo (1997) afirma que as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam. Portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação social. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial, freqüentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade. Fruto da vivência das contradições que permeiam o dia-a-dia dos grupos sociais, a sua expressão marca o entendimento deles com seus pares, com seus contrários e com as instituições.

Minayo (1997) conclui reforçando a idéia de que a mediação privilegiada para a compreensão das representações sociais é a linguagem. Segundo Bakhtin, “A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (1981, p.36). Particularmente quando se trata da comunicação da vida cotidiana, a palavra é fundamental. Elas são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama para as relações sociais em todos os domínios. Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso, determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política. Assim, a palavra é a arena onde se confrontam interesses contraditórios, veiculando e sofrendo os efeitos das lutas de classes, servindo ao mesmo tempo como instrumento e como material (BAKHTIN, 1981, p. 37). Pela sua vinculação dialética com a realidade, a compreensão da fala exige ao mesmo tempo a compreensão das relações sociais que ela expressa, porque as palavras não são a realidade, mas tem o poder de representá-la.

A partir deste levantamento teórico, percebe-se que a Teoria das Representações Sociais é dinâmica, pois considera o sujeito, o meio social e a relação existente entre eles. É uma teoria que leva em conta também o conhecimento, a linguagem, a cultura, a inserção



socioeconômica, institucional e educacional; aspectos que serão evidenciados no decorrer deste trabalho e que, por isso, justificam a escolha deste campo de conhecimento científico.

No intuito de relacionar a teoria das representações sociais com a questão identitária, pretendemos na seção seguinte apresentar alguns conceitos teóricos sobre identidade social.

### **3.2 Identidade Social**

A questão da identidade social é abordada por diversas correntes e perspectivas teóricas. A Antropologia, a Sociologia, a Psicologia Social e Clínica, a Linguística, os Estudos Culturais, são algumas das áreas que desenvolveram e desenvolvem conceitos - alguns deles divergentes - que têm sido utilizados para a reflexão e compreensão do sujeito e sua relação com diferentes aspectos da vida, como no âmbito individual, cultural, econômico, profissional, educacional, institucional, social, entre outros.

A opinião dentro da comunidade sociológica está ainda profundamente dividida quanto a esses assuntos. As tendências são demasiadamente recentes e ambíguas. O próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova (HALL, 2000, p. 8).

A variedade de teorias, conceitos e âmbitos que envolvem a questão demonstram o quão complexo é o estudo sobre o sujeito. Esta complexidade pode ser frutífera na realização de estudos sobre a identidade a partir de uma perspectiva transdisciplinar coerente.

Na discussão a seguir, sobre identidade social, pretendemos deixar claro em quais perspectivas conceituais este trabalho busca subsídios para compreender as representações e identidades sociais evidenciadas nos discursos de algumas mulheres detentas.

Inicialmente, nos posicionamos a partir dos Estudos Culturais (HALL, 2000), que desenvolvem argumento contrário à visão essencialista, segundo a qual a identidade é unificada, fixa e imutável. De acordo com Hall, que se posiciona a partir de uma visão não-essencialista, as identidades pós-modernas são descentradas, deslocadas e fragmentadas.

Na mesma direção dos Estudos Culturais, Woodward (2007) acrescenta importantes considerações. Ela afirma que uma das discussões centrais sobre a identidade concentra-se na tensão entre o essencialismo e o não-essencialismo. Uma definição essencialista sugeriria que existe um conjunto cristalino, autêntico, de características que todos os brasileiros, por exemplo, partilham e que não se altera ao longo do tempo, pois a identidade é vista como tendo algum núcleo essencial que distinguiria um grupo de outro. Uma definição não-

essencialista focalizaria as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os próprios brasileiros quanto entre os brasileiros e outros grupos étnicos, pois a identidade é vista como um contingente, isto é, como o produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares.

Para a autora, existe uma crise de identidade, global, local, pessoal e politicamente. Os processos históricos que, aparentemente, sustentavam a fixação de certas identidades estão entrando em colapso e novas identidades estão sendo forjadas, muitas vezes por meio da luta e da contestação política.

De acordo com Hall (2000), o conceito de sujeito unificado e centrado, fruto de uma visão essencialista, transformou-se em sujeito descentrado e fragmentado em virtude da mudança estrutural das sociedades modernas. Seu argumento segue uma linha histórica, por isso, o autor sugere três concepções de sujeito.

A primeira concepção - o sujeito do iluminismo - está baseada em uma concepção individualista de pessoa humana como um sujeito totalmente centrado, unificado, dotado de razão, de consciência e de ação, situado no centro do conhecimento e da razão.

A segunda concepção, a noção de sujeito sociológico, reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o sujeito não é autônomo e auto-suficiente, mas formado por meio das relações com outras pessoas que mediam os valores, sentidos e símbolos do mundo que ele habita. Nesta concepção, a identidade do sujeito é constituída por uma estrutura social. O sujeito ainda teria um “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que estes mundos oferecem. A identidade nesta concepção sociológica preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo pessoal e o mundo público, “costurando” o indivíduo à estrutura, promovendo uma maior reciprocidade entre eles, tornando-os mais unificados e previsíveis.

Já o sujeito da pós-modernidade<sup>3</sup> não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. A visão de um sujeito com identidade unificada e estável, ou como resultado da interação social, dá espaço para que se efetive o surgimento de um sujeito fragmentado, que se compõe, não apenas por uma identidade, mas sim por diversas identidades, às vezes contraditórias e desestabilizadas. A identidade torna-se, segundo essa terceira concepção,

---

<sup>3</sup> Hall denomina este momento contemporâneo da modernidade como a “pós-modernidade”. Dentre vários intelectuais do século XXI, há a idéia de que este século marcou um rompimento em relação à Modernidade. A discussão é longa, mas para alguns, como para Hall, a cisão seria tão profunda que estaríamos vivenciando um período que classificam de “Pós-Modernidade”.

uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Este sujeito está isento de identidade fixa e permanente, sendo constituído por meio de uma identidade definida historicamente, formada e transformada continuamente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2000, p. 13).

Dentro dessa visão não-essencialista, Woodward (2007) acredita que as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença, que ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos, os quais distinguem o sagrado do profano, o limpo do sujo; quanto por meio de formas de exclusão social. “A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (p. 39). Os sistemas classificatórios são, assim, construídos sempre, em torno da diferença e das formas pelas quais as diferenças são marcadas. A diferença é marcada em relação à identidade.

A partir dessa relação: identidade e diferença, Woodward (2007) analisa o pensamento que se baseia em oposições binárias tais como natureza/cultura e sexo/gênero, mostrando que os termos que formam esses dualismos recebem, na verdade, pesos desiguais, estando estreitamente vinculados a relações de poder, pois, é por meio desses dualismos que as mulheres são construídas como “outras”, de forma que as mulheres são apenas aquilo que os homens não são.

As desigualdades têm sido tratadas, na antropologia, a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, tem-se argumentado que a desigualdade de gênero está ligada à tendência de identificar as mulheres com a natureza e os homens com a cultura. A segunda posição centra-se nas estruturas sociais: aqui as mulheres são identificadas com o espaço privado da casa e das relações pessoais e os homens com o espaço público do comércio, da produção e da política. Este questionamento à oposição binária entre natureza e cultura, em sua relação com a oposição entre mulheres e homens, possibilita analisar as especificidades da diferença. A própria dicotomia é um dos meios pelos quais o significado é fixado. É por meio dessas dicotomias que o pensamento tem garantido a permanência das relações de poder existentes.

Silva (2007) argumenta que temos a tendência em considerar a diferença como um produto derivado da identidade, que é vista como referência a qual se define a diferença. Mas o autor desenvolve uma outra perspectiva, de que a identidade e a diferença são vistas como mutuamente determinadas, ou, a partir de uma visão mais radical, é a diferença que vem em primeiro lugar.

Identidade e diferença são interdependentes e partilham a importante característica de serem o resultado de atos de criação lingüística, pois têm que ser produzidas por nós, que a fabricamos em contextos de relações culturais e sociais. É por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais, o que não significa dizer que elas são determinadas, de uma vez por todas, pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição, visto que a linguagem é, ela própria, uma estrutura instável.

Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade. Segundo Silva (2007), a identidade “ser brasileiro” não pode ser compreendida fora de um processo de produção simbólica e discursiva. Ela só tem sentido em relação com uma cadeia de significação formada por outras identidades nacionais que, por sua vez, tampouco são fixas, naturais ou predeterminadas. Assim, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem. O que deixa claro que a identidade, tal como a diferença, é uma relação social e a sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a relações de poder. Portanto, a identidade e a diferença não são, nunca inocentes, elas são disputadas.

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, também, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”).

Silva (2007) recorre a Derrida para destacar o fato de que a mais recorrente forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas. Para Derrida, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, enquanto o outro recebe uma carga negativa.

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade” (SILVA, 2007, p. 83).

Para Hall (2007), as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído (DERRIDA, 1981, apud Hall, 2007).

A partir do posicionamento de Hall (2007), as identidades não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se articular ou ser antagônicas. Elas têm a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

O autor afirma:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2007, p. 109).

Coerente com os Estudos Culturais, embora dentro de uma perspectiva sociológica, Giddens (2002) analisa a transformação na concepção de identidade a partir do rompimento com uma ordem anterior, a sociedade tradicional, na qual a identidade social dos indivíduos era limitada pela própria tradição, pela localidade e pelo parentesco.

A modernidade<sup>4</sup>, caracterizada como uma ordem pós-tradicional, ao romper com as práticas e preceitos preestabelecidos, enfatiza o cultivo das potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo uma identidade "móvel" e mutável. É nesse sentido que, na modernidade, o "eu" torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, pois onde não existe mais a referência da tradição, descortina-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades abertas e de escolhas.

---

<sup>4</sup> Giddens não segue a orientação de alguns autores que nomeiam a sociedade contemporânea como pós-moderna ou pós-industrial. Em vez disso, prefere a terminologia modernidade alta ou tardia, para indicar que os princípios dinâmicos da modernidade ainda se encontram presentes na realidade atual. “A modernidade pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao “mundo industrializado” desde que se reconheça que o industrialismo não é sua única dimensão institucional”. (GIDDENS, 2002, p. 21)

Para o autor, é impossível dissociar a constituição das sociedades modernas, em sua complexidade atual, sem levar em conta as conseqüências dramáticas que a globalização ou os riscos sociais imprimem tanto ao indivíduo quanto à coletividade:

As instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global. No entanto, essas não são apenas transformações em extensão: a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência (GIDDENS, 2002, p. 9).

O global e a modernidade, enquanto entidade estabelecida, seus riscos e sua complexidade, impõem aos indivíduos perturbações e ansiedades generalizadas, exigindo a criação de novas formas de identidades para lidar com essas perspectivas.

A tensão sofrida pelo “eu” e sua busca por novas identidades na alta modernidade encontram espaço e referência no surgimento do que o autor chama de política-vida, que pode ser entendida como uma política das decisões da vida (GIDDENS, 2002, p. 198). Nesse sentido, pode-se explorar a idéia de que o “pessoal é político” e, conseqüentemente, admitir que as questões da política-vida clamam por uma remoralização da vida social e demandam uma sensibilidade renovada para as questões que as instituições da modernidade sistematicamente dissolvem.

Hoje, em um contexto instável e complexo de argumentos e contra-argumentos científicos, na ausência de uma autoridade definitiva, ao indivíduo é que cabe escolher e decidir em que acreditar. Várias são as correntes, vários são os discursos, várias são as teorias, cada um realiza a sua síntese pessoal e desenvolve o seu projeto reflexivo individual.

Este projeto reflexivo diz respeito, portanto, a um mundo cada vez mais constituído de informação, e não de modos preestabelecidos de conduta, em que o indivíduo sente-se obrigado a viver realizando escolhas contínuas que passam a compor a sua narrativa de identidade, sempre aberta a revisões.

Segundo Giddens (2002), a sociedade contemporânea abre espaço para considerar o “eu” e a busca de “novas identidades” como pontos fundamentais onde se faz sentir uma intensa crítica ao modelo de identidade imposto pela Modernidade; é possível ouvirmos as vozes de grupos marginalizados que buscam afirmar visões de mundo diferentes a partir, sobretudo, da afirmação de identidades que fogem do modelo até então aceito e desejado. “A modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização” (GIDDENS, 2002, p. 13).

Após essa discussão do conceito de identidade na modernidade, buscamos embasamento em uma terceira corrente teórica, a qual fornece subsídios para uma análise dessas identidades no discurso. Trata-se da teoria socioconstrucionista, a partir da qual Moita Lopes (2002) investiga o papel da linguagem no estabelecimento das identidades sociais. A noção básica que subjaz seus conceitos é a natureza social presente no discurso, ou seja, a visão do discurso como uma forma de co-participação social. “Uma palavra é dirigida a um interlocutor: ela é função deste interlocutor” (BAKHTIN, 1981, p. 12). E é por meio desse processo de construção de significado, no qual o interlocutor é crucial, que as pessoas se tornam conscientes de quem são, construindo suas identidades sociais ao agir no mundo por intermédio da linguagem.

Sendo assim, o discurso é um processo de construção social, tendo em vista que seu significado é um construto negociado pelos participantes, isto é, não é intrínseco à linguagem (BAKHTIN, 1981), que a construção social do significado é situada em circunstâncias sócio-históricas particulares e é mediada por práticas discursivas específicas nas quais os participantes estão posicionados em relações de poder (FOUCAULT, 1977).

Na medida em que usamos a linguagem em relação a alguém que, da mesma forma, usa a linguagem em relação a nós, pela natureza dialógica do discurso (BAKHTIN, 1981), construímos o mundo e as pessoas nas circunstâncias culturais, institucionais e históricas nas quais estamos situados, isto é, a natureza constitutiva ou socioconstrucionista do discurso.

Portanto, o discurso como uma construção social, é uma forma de ação social através da qual as pessoas estão agindo no mundo. Por isso, o discurso tem uma natureza constitutiva e mediadora, não somente reflete ou representa as relações sociais, ele as constrói ou as constitui. Ao mesmo tempo, o discurso também pode ser percebido como um instrumento por meio do qual mediamos nossa ação no mundo, no processo de tornar o significado compreensível para o outro. Essa natureza dialógica do discurso (BAKHTIN, 1981) possibilita também a construção social de quem somos. É nesse sentido que as identidades sociais têm sido concebidas como de natureza socioconstrucionista na medida em que não são uma qualidade inerente à pessoa, elas são construídas na interação com os outros, ou a idéia de quem nós somos é apoiada em nossas interações contínuas com os outros e pelo modo como nos posicionamos em relação aos outros (MOITA LOPES, 2002, p. 61).

De acordo com o autor, três traços têm sido apontados como característicos das identidades sociais: fragmentação, contradição e processo. a) A *fragmentação* se refere ao fato de as pessoas não terem uma identidade social homogênea. O indivíduo exerce, conforme o posicionamento que ocupa nas interações discursivas, múltiplas identidades, de acordo com

seu gênero, raça, idade, classe social, estado civil, sexualidade, profissão etc; b) por possuir diversas identidades sociais, duas ou mais identidades de uma pessoa podem entrar em *contradição* devido às relações de poder existentes na sociedade e à posição que essa pessoa ocupa em determinadas práticas sociais. Um mesmo homem pode ser um sindicalista e votar em um partido de direita, freqüentar a igreja católica e um terreiro de macumba, ser casado com uma mulher e ter sexo casual com outros homens. Uma visão não-essencialista das identidades sociais pressupõe que identidades contraditórias coexistam em uma mesma pessoa; c) as identidades não são fixas, elas estão sempre em *processo*, em construção na e através da linguagem. Um indivíduo que exerça o cargo de operário em uma fábrica pode ter um posicionamento discursivo enquanto permanecer nesse cargo. Contudo, se ele passar a ocupar a posição de chefe no mesmo setor em que era operário, seu posicionamento discursivo pode mudar.

Nessa visão socioconstrucionista das identidades sociais, também está implícita uma posição anti-essencialista, já que, ao compreender as identidades sociais como fragmentadas, contraditórias e em processo, depreende-se a impossibilidade de se revelar uma essência comum a todos os membros de uma identidade social particular.

Aprendemos a ser quem somos como mulheres, heterossexuais, negros, professores, etc. nas práticas discursivas em que agimos e que têm, portanto, uma base sócio-histórica e cultural. Uma pessoa pobre não é somente pobre, mas também mulher ou homem, heterossexual ou gay/lésbica, negra, parda ou branca, jovem, de meia idade ou idosa.

Os conceitos de Moita Lopes vão ao encontro do que afirmou Hall (2000), o qual entende que as identidades pós-modernas são descentradas, deslocadas, fragmentadas, contraditórias, empurrando-nos em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações se deslocam continuamente. Na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

A questão da identidade em relação à linguagem é abordada, também, por Goffman (1988), cuja contribuição se torna muito importante para este trabalho. Embora sua teoria se aplique na análise da ação da linguagem, ou seja, a interação face-a-face, o conceito de estigma desenvolvido pelo autor é fundamental para nossa análise.

Seu estudo “ocupa-se especificamente com a questão dos “contatos mistos” – os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma “situação social”, ou seja, na presença física imediata um do outro, quer ‘durante’ uma conversa, quer na mera presença



simultânea em uma reunião informal” (GOFFMAN, 1988, p. 22). A simples previsão de tais contatos pode levar os normais e os estigmatizados a organizar a vida de forma que um evite o outro, tendo maiores conseqüências para os estigmatizados.

O termo estigma social é utilizado como um “atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1988, p. 13) da identidade social do indivíduo desacreditado, um “status proativo desfavorável” expresso por padrões de estereótipos vigentes, na verdade, pré-concepções afirmadas com relação a determinados indivíduos ou grupos sociais, engajados numa espécie de negação coletiva da ordem social.

Goffman (1988) estabelece a distinção entre *normais* e *estigmatizados* dizendo que “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da prevista. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais” (p. 14).

O estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam no encontro.

Portanto, a noção de estigma pode ser vista sob a perspectiva da teoria das representações sociais, pois, se, como já vimos, uma das funções da representação social é preservar e justificar a diferenciação social, ela pode estereotipar as relações entre os grupos e contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre elas (ABRIC, 2000).

Na subseção a seguir, apresentamos uma breve discussão sobre o conceito de gênero social.

### 3.2.1 Gênero social

Iniciamos esta subseção a partir da afirmação de Moita Lopes (2002) de que provavelmente dois dos aspectos centrais de nossas identidades sociais sejam o gênero e a sexualidade. Com base nessas identidades de gênero e sexualidade, entre outras identidades

como classe social, raça, nacionalidade, etc., as pessoas usam a linguagem umas com as outras, ao mesmo tempo em que constroem essas identidades.

Para uma compreensão acerca de gênero, este trabalho baseia-se em algumas autoras feministas pós-estruturalistas, como Louro (1998), Auad (2006) e Meyer (2007).

Segundo Louro (1998), o conceito de gênero está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado lingüística e politicamente em suas lutas. É através das feministas anglo-saxãs que gênero passa a ser usado como distinto de sexo. Elas visam rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. Assim, o foco dos estudos do gênero é fundamentalmente social, sem, contudo, negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados. Dessa forma, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.

Enfatizar o caráter fundamentalmente histórico, social, cultural e lingüístico do gênero não significa negar que ele se constrói com – e através de – corpos que passam a ser reconhecidos e nomeados como corpos sexuados. Não se está, portanto, negando a materialidade do corpo ou dizendo que ela não importa, mas mudando o foco dessas análises: do “corpo em si” para os processos e relações que possibilitam que sua biologia passe a funcionar como causa e explicações de diferenciações e posicionamentos sociais (MEYER, 2007, p. 19)

O debate em torno do gênero passa então a ser focalizado em torno do campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. A partir desse enfoque, procura-se afastar proposições essencialistas sobre o gênero, visto que a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista *a priori* (LOURO, 1998).

Segundo a referida autora, a característica social do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de *papéis* masculinos e femininos. Papéis seriam padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar, ou seja, o que é considerado adequado para um homem ou para uma mulher em uma determinada sociedade. Essa concepção pode se mostrar simplista, pois não dá conta de explicar as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, nem as complexas redes de poder que constituem hierarquias entre os gêneros.

Ao contrário, Louro (1998) entende gênero como constituinte identitário dos sujeitos. Numa aproximação às formulações dos Estudos Culturais, que compreendem os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas, que se transformam, que não são fixas ou permanentes e que podem ser contraditórias; a autora afirma que o gênero institui identidades para o sujeito, assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, ou seja, transcende o mero desempenho de papéis.

Há, entretanto, distinções entre identidade sexual e identidade de gênero, é claro que na prática social tais dimensões são articuladas e, usualmente, confundidas. As identidades sexuais são constituídas através das formas como os sujeitos vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero (LOURO, 1998). Evidentemente que essas identidades estão profundamente inter-relacionadas. No entanto, não são a mesma coisa. O que importa considerar é que, tanto na dinâmica do gênero como da sexualidade, as identidades são sempre construídas.

Ancorada em Christine Delphy – pesquisadora francesa, Auad (2006) afirma ser o gênero “um produto social que constrói o sexo” e esclarece o que isso quer dizer:

- a) Sexo e gênero não são a mesma “coisa”, embora estejam relacionados;
- b) Se as relações de gênero não existissem do modo como as conhecemos, o que percebemos como sexo não seria valorizado como importante. Ou seja, as diferenças anatômicas entre homens e mulheres não teriam nenhuma significação valorativa em si mesmas, seriam apenas uma diferença física entre outras;
- c) O gênero – como um conjunto de idéias e representações sobre o masculino e sobre o feminino – cria uma determinada percepção sobre o sexo anatômico.

Portanto, frisa a autora, as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos. As características biológicas entre homens e mulheres são interpretadas segundo construções de gênero de cada sociedade. Ou seja, as características e diferenças anatômicas são enxergadas, percebidas e valorizadas do modo como são, e não de outro modo, graças à existência das relações de gênero socialmente construídas. Por isso, o feminino é associado, na maioria das vezes, à fragilidade, à passividade, à meiguice e ao cuidado e o masculino à agressividade, ao espírito empreendedor, à força e à coragem.

Auad (2006) ressalta que as relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir desigualdades. As visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos representam travas para a superação dessa situação. Ao considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebe-se que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de “naturais” de tanto serem praticadas, contadas e repetidas. Tais características são, na verdade, construídas, ao longo dos anos e dos séculos, segundo o modo como as relações entre o feminino e o masculino foram se engendrando socialmente. Ou seja, as relações de poder entre o masculino e o feminino foram sendo construídas socialmente ao longo da história.

Ao refletir sobre gênero e poder, Louro (1998) afirma que alguns estudos vêm problematizando a concepção do homem dominante *versus* mulher dominada – como se essa fosse uma fórmula única, fixa e permanente – visto que este esquema polarizado não dá conta da complexidade social. É problemático aceitar, segundo a autora, que um pólo tem o poder e o outro não. Em vez disso, deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações. O poder se constitui por manobras, técnicas, táticas, disposições, as quais são por sua vez, resistidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas. (FOUCAULT, 1988). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder.

Não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. (...) Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (FOUCAULT, 1988, p. 96).

A idéia de oposição entre os gêneros conduz a muitas idéias equivocadas que reforçam as desigualdades. Questionar o que percebemos como tipicamente feminino ou tipicamente masculino pode ajudar a notar como muitas diferenças entre homens e mulheres não são naturais.

Louro (1998) também aborda a questão da diferença. Dizer que mulheres são diferentes dos homens constitui, em princípio, uma afirmação irrefutável. É possível observar,

que usualmente se diz: “as mulheres são diferentes dos homens”, ou seja, *elas diferem deles* – que devem ser tomados como a norma. Se avançarmos nas reflexões sobre a diferença e observarmos *quem* define a diferença, *quem* é considerada diferente e o que significa ser diferente, é possível perceber que o que está em jogo na realidade é a desigualdade. Na verdade, reivindica-se que sujeitos diferentes sejam considerados não como idênticos, mas como equivalentes.

O contrário da igualdade não é a diferença. O contrário da igualdade é a desigualdade. Uma diferença pode ser culturalmente enriquecedora, ao passo que uma desigualdade pode ser um crime (AUAD, 2006, p. 23)

A busca da igualdade supõe um acordo social para considerar as pessoas obviamente diferentes como equivalentes (não idênticas) para um propósito dado. Com este uso, o oposto de igualdade é desigualdade ou não equivalência (GONÇALVES, 2005).

De acordo com Meyer (2007), o conceito de gênero foi re-significado e complexificado, em especial pelas feministas pós-estruturalistas. As abordagens feministas pós-estruturalistas se afastam daquelas vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal para teorizá-lo como um construto sociocultural e lingüístico, produto e efeito de relações de poder. Nesse contexto, o conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

Um trabalho que mostra que gênero é uma construção social é a pesquisa de Ostermann (2006), a qual evidencia que “gênero social não pode prever padrões interacionais, os quais são melhor compreendidos como refletindo as comunidades de prática de gênero onde estão situadas essas profissionais” (p. 42). Trata-se de um trabalho que analisou comparativamente práticas discursivas de profissionais de duas instituições criadas para lidar com a violência contra mulheres no Brasil, a saber: uma Delegacia da Mulher (DDM) e um centro feminista de intervenção na violência contra a mulher (CIV-mulher ou CIV). Os dados dessas profissionais em interações com mulheres vítimas de violência doméstica mostram que os encontros na Delegacia da Mulher eram caracterizados por alto grau de controle das policiais sobre as interações e um distanciamento das vítimas, enquanto as profissionais do CIV utilizavam estratégias interacionais para se aproximarem de suas vítimas, ganhando assim aceitação e fortalecendo seu pertencimento a essa comunidade de prática.

Esse modo de compreender o gênero (LOURO, 1997; MEYER, 2007; OSTERMANN, 2006) aponta para importantes implicações de seu uso como ferramenta teórica e política, quais sejam:

- 1) Gênero aponta para a noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está finalizado ou completo;
- 2) Como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicos, existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade. Por isso, noções essencialistas de homem e de mulher passam a ser consideradas demasiadamente simplistas e contestadas;
- 3) As análises e as intervenções empreendidas devem considerar as relações de poder – entre mulheres e homens e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como “sujeitos de gênero”. Como enfatizou Simone de Beauvoir “nós não nascemos mulheres, nós nos tornamos mulheres”, o mesmo se pode dizer dos homens;
- 4) O conceito de gênero propõe um afastamento de análises que repousam sobre uma idéia reduzida de papéis/funções de mulher e de homem, para aproximar-nos de uma abordagem muito mais ampla que considera que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção e re-significação.

Levar em consideração os estudos do gênero é uma possibilidade a mais para reflexão e percepção das estratégias de poder as quais mulheres e homens estão inseridos. Retomando as palavras de Meyer (2007), estamos, em nossa sociedade, sempre operando a partir de uma identidade que é a norma, que é aceita e legitimada e que se torna, por isso mesmo, quase invisível – a masculinidade branca, heterossexual, de classe média e judaico-cristã. E é a diferença que marca e reduz o indivíduo ou grupos de indivíduos a ela. Por isso,

promover pesquisa na perspectiva do gênero possibilita não só discutir e repensar nossa inserção social como mulheres e homens e como profissionais da educação, mas pode contribuir, efetivamente, para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, não só no que se refere ao gênero, mas em todos os seus níveis e relações (MEYER, 2007, p. 25).

Na próxima subseção, discute-se como articular epistêmica e metodologicamente identidade e representação social.

### 3.2.2 Identidade e Representação Social

Andrade (2000) faz algumas considerações em relação à identidade e representação social. Segundo a autora, o processo identitário é, ao mesmo tempo, individual e social, supõe uma interestruturação entre a identidade individual e a identidade social dos atores sociais, em que componentes psicológicos e sociológicos se articulam organicamente. Os indivíduos se integram em diferentes grupos sociais, assumindo diferentes identidades coletivas, identificando-se com esses grupos, tendo o sentimento de a eles pertencerem, mas, simultaneamente, tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomos e afirmando-se como indivíduos, como sujeitos, como atores sociais. Mesmo com todo o peso das estruturas sociais, cada indivíduo é único e irrepetível.

Para Andrade (2000), o conceito de representação social tem permitido avanços significativos nos estudos sobre a identidade. E, ao refletir sobre a identidade como representação, afirma que a atividade representativa faz parte da luta ao nível do imaginário e do simbólico pelo poder de atribuição de determinados sentidos às coisas, aos fatos sociais, ao mundo. Como os objetos são captados em determinados contextos e relações, o sentido da representação de um objeto advém das relações com outras representações de outros objetos que formam um campo de representação. Portanto, o que confere seu sentido à representação não é tanto seu conteúdo, os elementos que a formam, mas as relações entre estes elementos, tornando o processo representativo, concomitantemente, individual e social.

De acordo com Moscovici (1981), a representação social, diferentemente das outras formas de conhecimento, supõe uma relação específica entre o sujeito e o objeto de conhecimento: o indivíduo projeta suas identidades no objeto que representa. Assim sendo, a representação que um sujeito faz de um objeto é um bom indício de suas identidades, assim como o conhecimento das identidades de um sujeito é um bom preditor de sua visão de mundo. Isto significa que suas identidades são uma questão chave na representação de qualquer objeto, ou seja, na estruturação de seu campo de representação. Dessa forma, indivíduos e grupos expressam suas identidades através de suas representações. Por isso, “a questão da identidade deve ser considerada central na teoria das representações sociais, fato este de maior importância do ponto de vista teórico-metodológico e do ponto de vista da ação social”. (ANDRADE, 2000, p. 145).

Segundo Abric (2000), as representações sociais determinam diretamente o comportamento de indivíduos e grupos. Entretanto, para Andrade (2000), há quem negue este determinismo, mesmo admitindo a influência das representações sociais sobre a conduta. Para Andrade, entre as representações sociais, a nossa visão de mundo e as nossas práticas sociais, se interpõem uma série de mediações, como o controle exercido pelos aparelhos de poder – estatais, partidários, ou de outro tipo – ou as situações que forçam práticas novas, embora não desejadas.

Mas em relação à influência das práticas sociais sobre as representações sociais, não existem discordâncias: as pesquisas mostram que as mudanças nas práticas sociais, mesmo quando forçadas, alteram progressivamente as nossas representações sociais, a nossa visão de mundo.

Andrade (2000) também tem uma postura metodológica que rejeita a separação entre o individual e o coletivo; por isso considera necessário aprofundar o conhecimento sobre a forma como a identidade, enquanto representação, se articula a outras representações para formar um campo de representação.

A obra de Bourdieu (1972) é uma referência valiosa de reflexão sobre a dupla face das representações sociais, ao mesmo tempo conservadora e potencialmente revolucionária. Pois, segundo o estudioso, a luta ao nível do simbólico é uma disputa pelo poder de impor determinadas visões de mundo, ou seja, determinadas representações, determinados sentidos aos objetos e relações sociais.

Para Domingos Sobrinho (2000), o conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu, pode ser visto como uma contribuição aos estudos das representações sociais, pois é um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes; isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras; objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de nenhum maestro” (BOURDIEU, 1972). Assim, as experiências acumuladas ao longo da trajetória de um grupo produzem os esquemas de percepção, de pensamento e de ação que guiam os indivíduos, assegurando-lhes a conformidade e constância de certas práticas através do tempo.

Uma vez estruturado, o *habitus* não cessa de produzir percepções, representações, opiniões, desejos, crenças, gestos e toda uma gama interminável de produções simbólicas.



Bourdieu introduziu a questão do poder, no estudo dos fenômenos culturais, chamando a atenção para a necessidade de compreendermos que as relações que os homens estabelecem entre si são, não apenas relações de sentido, mas também de poder.

A teoria das representações sociais se desenvolveu procurando estabelecer novas bases epistemológicas, ao criticar enfoques que concebiam a relação sujeito e objeto de forma dicotomizada e descontextualizada. Por isso, Moscovici e Bourdieu permitem compreender as ações humanas não somente como resultado de experiências acumuladas e de sistemas de disposições incorporados, mas também como produto da ação dos indivíduos sobre si mesmos e sobre o mundo exterior.

De acordo com Moscovici (1981), os sujeitos constroem as representações para que as mesmas lhes possam servir de orientação, de um guia prático para a ação. Neste sentido, elas cumprem uma função importante de regulação das relações entre diferentes atores sociais. Todavia, a construção das representações não se dá, por conseguinte, num vácuo social. Elas são construídas por sujeitos que ocupam uma determinada posição no espaço social sendo, por conseguinte, portadores de “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes”, como destaca Bourdieu. O *habitus* é, portanto, uma dimensão fundamental a ser apreendida no processo de construção das representações sociais.

A proximidade existente entre o conceito de *habitus* e o de representação social possibilita a construção de um modelo de estudos das identidades sem que se negue, por um lado, o peso das estruturas sobre os indivíduos e, por outro, a capacidade de iniciativa e ação dos mesmos dentro dos contextos onde estão inseridos (DOMINGOS SOBRINHO, 2000, p. )

Nesta subseção, foram destacadas algumas possíveis articulações entre identidades sociais e a teoria das representações sociais. Conforme foi apresentado, a atividade representativa faz parte da luta ao nível do imaginário e do simbólico pelo poder de atribuição de determinados sentidos às coisas, aos fatos sociais, ao mundo (ANDRADE, 2000). Desse modo, analisando as representações sociais, é possível identificar as identidades sociais negociadas, desejadas e/ou negadas pelas pessoas, ou até mesmo possíveis conflitos de identidade.

### 3.2.3 Letramento: concepções

O objetivo desta subseção é trazer à discussão conceitos centrais desenvolvidos sobre a questão do letramento e da alfabetização. Por isso, elegemos Soares (2004), Kleiman (1995) e Tfouni (1995) para contribuírem com esta questão.

Primeiramente, consideramos importante destacar que a *alfabetização* se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo, enquanto que o *letramento* focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade e pode, também, ser considerado o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Além disso, o letramento permite compreender as práticas sociais da leitura e da escrita na perspectiva do coletivo (TFOUNI, 1995).

Segundo Tfouni (1995), existe letramento independente da alfabetização ou da escolarização, pois o letramento não está relacionado diretamente à escola ou à alfabetização. Portanto, podem existir sujeitos que não passaram pela escola, mas são letrados. Um sujeito que vive numa comunidade letrada, mesmo não sendo efetivamente alfabetizado, de alguma forma faz uso da contribuição, positiva ou negativa, que a escrita impõe em seu meio social, por exemplo: quando a criança escuta histórias lidas, quando alguém manipula sem dificuldade a moeda corrente ou sabe qual ônibus é o seu. Para a autora, portanto, não existe nas sociedades modernas, o grau zero de letramento. Assim, o termo iletrado não pode ser usado como antítese de *letrado*. O que existe são “graus de letramento” sem que com isso se pressuponha sua inexistência.

Já Magda Soares (2004), que adota uma perspectiva mais pedagógica, propõe uma distinção entre alfabetização e letramento que preserve a peculiaridade de cada um desses processos, ao mesmo tempo em que se afirma sua indissocialidade e interdependência, visto que a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento e, por sua vez, o letramento só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.

De acordo com Kleiman (1995), há duas perspectivas para os estudos do letramento. A primeira, priorizada pela escola - a mais importante agência de letramento, preocupa-se, não com o letramento como prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização: a introdução formal dos sujeitos no mundo da escrita através do processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico); A segunda perspectiva extrapola o mundo da escrita tal qual ela é concebida pelas instituições e considera que outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de

letramento muito diferentes. Assim, a autora define o letramento como um conjunto de práticas sociais que usa a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.

Na perspectiva do letramento, por sua vez, é possível destacar dois modelos de letramento distintos: o primeiro é o Modelo de Letramento Autônomo, dominante na sociedade, que pressupõe que há apenas uma maneira de desenvolver o letramento, sendo que essa forma está associada quase que casualmente com o progresso, a civilização, a mobilidade social; e o segundo é o Modelo de Letramento Ideológico em que as práticas de letramento são social e culturalmente determinadas e, como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida, e, ao invés de conceber um grande divisor entre grupos orais e letrados, como faz o modelo autônomo, ele pressupõe a existência, e investiga as características, de grandes áreas de interface entre práticas orais e práticas letradas.

Em relação ao Modelo de Letramento Autônomo, bem representativo da escola tradicional, a autonomia relaciona-se ao fato de se postular a escrita como independente da oralidade, visto que o processo de interpretação é determinado pelo funcionamento lógico interno ao texto escrito. Dessa forma, a aprendizagem da linguagem escrita está diretamente relacionada ao desenvolvimento do pensamento abstrato, lógico e descontextualizado, assim, os grupos que desenvolvem a escrita são considerados superiores em relação aos grupos que não a possuem.

Segundo Kleiman (1995), a escola não tem formado sujeitos letrados e essa concepção de aprendizagem da escrita como desenvolvimento da linguagem abstrata choca-se com as práticas entendidas como leitura crítica e resgate da cidadania. Isto porque as práticas discursivas na escola são conflitivas, visto que a interação que se estabelece em sala de aula, principalmente em Educação de Jovens e Adultos, tende a substituir as práticas discursivas dos alunos por outras da sociedade dominante, abandonando as práticas discursivas familiares.

Outro aspecto nessa relação entre o poder e o discurso é que o Modelo de Letramento Autônomo contribui para reafirmar a imagem do não-alfabetizado (*analfabeto*), aquele que tem ausência da escrita, como um sujeito menor, o que coloca a identidade desse sujeito em conflito. Este aspecto, denominado como “mito do letramento”, característico do modelo autônomo, é uma ideologia que vem se reproduzindo nos últimos trezentos anos e que confere ao letramento uma enorme gama de efeitos positivos, desejáveis, não só no âmbito da cognição, como já foi apontado, mas também no âmbito social.

Para Signorini (1995), o fator letramento tende a ser visto como uma credencial para o sucesso nas várias formas de ação na comunidade através da linguagem e, por conseguinte, nas várias formas “civilizadas”, ou legítimas, de exercício de poder e de controle sobre situações e indivíduos. O não-acesso à escola ou o fracasso escolar são vistos como sinônimos de déficit de bens culturais, tais como ser estudado, ser educado. Não ser “estudado” é ser ignorante, é não “saber das coisas”, é não falar “direito”, é estar sempre vulnerável diante da multiplicidade de situações e interlocutores do cotidiano e, conseqüentemente, estar sempre sujeito ao fracasso na consecução de objetivos próprios.

A autora também afirma que, de acordo com o mito do letramento, o analfabeto é visto como uma mazela à sociedade, como um sujeito com impedimentos sociais, pois há uma crença de que o escolarizado estará melhor capacitado que o não-letrado para raciocinar, agir, avaliar melhor, tudo isto porque no imaginário social da nossa civilização, a inteligência está diretamente ligada à escolarização.

Assim, pode-se conceber o mito do letramento como um conjunto de crenças e representações de natureza ideológico-cultural relativas ao processo de letramento do tipo valorizado na escola e reproduzido pelas instituições de prestígio na sociedade burocrática, inclusive pela igreja e sindicatos. Trata-se de uma espécie de crença nos poderes ou capacidades do letramento, considerado como uma das únicas possibilidades de ascensão social e aquisição do poder.

Tfouni (1995), que também aborda esta questão, procura desmistificar esse imaginário construído em torno do letramento, já que indivíduos que detinham apenas um grau mínimo de letramento demonstraram raciocínio lógico, capacidade de análise e inferência. Além disso, sabe-se que existem pessoas com elevado grau de escolarização, atestado pelos diplomas que possuem, sem se verem aí garantias de ascensão social como conseqüência desse tipo de letramento; mais ainda, muitas dessas pessoas nem sempre conseguem, em determinados contextos, articular satisfatoriamente suas idéias ao manifestá-las através da linguagem verbal: falada ou escrita.

Já a segunda noção de letramento, o Modelo de Letramento Ideológico, permite questionar os pressupostos do Modelo de Letramento Autônomo (dominante), relativizando e tornando-se um elemento potencial de transformação da prática escolar, pois considera as necessidades e práticas do uso da escrita dentro do contexto em que se desenvolvem, entendendo que a realidade de cada indivíduo determinará sua maior ou menor inclusão ou exclusão das possibilidades de uso dos bens culturais atrelados à escrita.

Kleiman (1995) destaca o fato de que todas as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder numa sociedade. Portanto, o Modelo ideológico não deve ser entendido como uma negação de resultados específicos dos estudos realizados na concepção autônoma do letramento. A aquisição cognitiva da escrita na escola deve ser entendida em relação às estruturas culturais e de poder que o contexto de aquisição da escrita na escola representa.

O letramento é, portanto, um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita e por isso mesmo é um conjunto de práticas. A alfabetização e o letramento escolar são algumas dentre muitas outras práticas existentes na sociedade. Pode-se entender, então, que além das práticas escolares, há também práticas sociais e históricas de leitura e escrita, que estão relacionadas aos usos realizados pelos sujeitos em contextos específicos. É possível compreender, ainda, que a alfabetização, a escolarização e o letramento são processos distintos, mas são, também, processos que se complementam.

Após termos destacado alguns conceitos importantes sobre representação social, identidade social, gênero e letramento, passamos a descrever, no próximo capítulo, os aspectos metodológicos que caracterizam este estudo como uma pesquisa qualitativa interpretativa de nuances etnográficas.

## **CAPÍTULO 4**

### **METODOLOGIA: QUANDO AS GRADES FORAM ABERTAS**

Este capítulo dedica-se à apresentação dos aspectos metodológicos relacionados ao desenvolvimento desta pesquisa, destacando os seguintes tópicos: a) a natureza da pesquisa, com especial atenção ao método de estudo qualitativo e suas nuances etnográficas; b) os procedimentos de coleta de dados; c) o contexto no qual a pesquisa foi realizada, com informações a respeito do espaço físico e funcionamento da instituição; d) informações sobre as mulheres presas no presídio feminino de Maringá.

#### **4.1 Natureza da pesquisa**

Para a realização desta pesquisa, optamos pelas orientações qualitativas, uma vez que buscamos compreender as representações sociais e as identidades de mulheres que se encontram em situação de exclusão social.

De acordo com Mason (1996), uma pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa quando se baseia: a) em uma posição interpretativa, no sentido em que se preocupa com o modo como o mundo social é interpretado, compreendido, experimentado ou produzido; b) em métodos de geração de dados que são flexíveis e sensíveis ao contexto social da pesquisa; e c) em métodos de análise e construção de explicações que envolvem a compreensão da complexidade, do detalhe e do contexto. A pesquisa qualitativa permite também uma autocrítica por parte do pesquisador, ou uma reflexão ativa: o pesquisador não é neutro ou desvinculado do conhecimento e das provas que está produzindo. Ao invés disso, deve procurar entender qual o seu papel nesse processo, conduzindo sua pesquisa como uma prática ética que diga respeito ao seu contexto social e/ou político.

As características apontadas acima justificam a escolha de uma abordagem qualitativa, pois este trabalho concorda com a idéia de que é necessário atentar-se ao contexto de pesquisa sem que se tenha uma definição prévia de hipóteses formais rígidas pré-estabelecidas. Para Mason (1996), as abordagens qualitativas permitem que a formulação de perguntas seja explorada e repensada no processo de pesquisa, ao invés de uma formulação prévia de hipóteses a serem testadas.

Dentre os tipos de pesquisa qualitativa conhecidos, optou-se para este trabalho pela etnografia. A pesquisa qualitativa observa o fato no meio natural em que ocorre e, no caso da pesquisa etnográfica, observa ações humanas e procura interpretá-las, a partir do ponto de vista das pessoas que praticam as ações. Trata-se de gerar dados procurando apresentar o sentido êmico dos fatos, ou seja, aproximar-se da perspectiva que os participantes têm dos fatos (ERICKSON, 1989).

Faz-se necessário esclarecer, no entanto, que esta pesquisa é um estudo com *nuances* etnográficas, pois não foi realizado um trabalho de campo observacional intenso e de longo prazo. Porém, além da visão êmica, adotamos a triangulação de dados, conforme recomenda a etnografia, através da realização de entrevistas semi-estruturadas, coleta de algumas cartas escritas por uma escrevente, coleta de dados das fichas cadastrais de todas as mulheres reclusas no presídio feminino de Maringá e a observação do contexto e das participantes durante todo o período dedicado ao trabalho de campo, que será melhor descrito nas seções que seguem.

De todo modo, acreditamos que a etnografia, como metodologia de investigação científica, traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas que se interessam pelo estudo das várias formas de exclusão social, visto que se preocupa com uma análise dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediador das estruturas sociais e da ação humana. O sujeito, fazedor da ação social, contribui para significar o universo pesquisado, exigindo uma constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador (ERICKSON, 1989).

#### **4.2 Procedimentos do trabalho de campo**

Segundo Triviños (1987), o pesquisador que considera a participação do sujeito um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações. Neste sentido, o autor destaca, entre outros métodos, a entrevista semi-estruturada, a observação livre e o método de análise de conteúdo, instrumentos decisivos para estudar os processos e produtos nos quais está interessado o investigador qualitativo.

A utilização de diferentes recursos pelo investigador na realização de seus estudos, ou seja, a técnica de triangulação de dados, tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do lócus em estudo. Por isso, nos empenhamos em

obter os dados através de mais de um instrumento de pesquisa, para, posteriormente, triangular os dados, a fim de ampliar nossa compreensão sobre o “objeto” de estudo e apresentar a visãoêmica das participantes da pesquisa.

Como se trata de um contexto de pesquisa complexo, a preparação que antecedeu o trabalho de campo exigiu um cuidado redobrado. Primeiramente, o projeto de dissertação que está vinculado ao Projeto de Pesquisa intitulado “Eventos de letramento em situações multiculturais”, sob orientação da professora Dra Neiva Maria Jung, passou pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Maringá e sua realização foi autorizada.

Após os trâmites burocráticos, havia uma preocupação centrada na realização da pesquisa em relação à coleta de dados e em relação ao posicionamento das mulheres que poderia ser favorável ou não à participação no estudo.

Todo esse processo exigiu cuidado, paciência, empenho e conquista, pois as participantes encontram-se em situação de exclusão social, ou seja, estão reclusas em uma instituição penal, local considerado complexo para a realização de pesquisas.

Sendo assim, seguimos alguns encaminhamentos prévios, recomendados por Erickson (1989) e que podem ajudar a estabelecer uma relação de confiança: a) procuramos adquirir o maior conhecimento possível a respeito das relações interpessoais, a fim de evitar conflitos; b) apresentamos às participantes, sempre que necessário, os objetivos da pesquisa; c) deixamos claro que as gravações e o conteúdo das entrevistas seriam usados somente com o devido consentimento das participantes; d) explicamos que seus nomes seriam substituídos por nomes fictícios.

Estes cuidados foram antecipados durante uma conversa informal, em junho de 2007, com o delegado Dr. Nilson Rodrigues da Silva, que sempre nos recebeu educadamente e desde o início viu a pesquisa de forma amistosa e positiva. Durante a conversa com o Dr. Nilson, apresentamos os objetivos do estudo, a necessidade de entrarmos no presídio e conversarmos com as detentas. A partir de sua autorização escrita em um consentimento informado, iniciamos o trabalho de campo.

O passo seguinte foi conhecer a carceragem. O primeiro contato com o chefe da carceragem foi facilitado com o telefonema do delegado, que informou sobre a autorização para a realização da pesquisa.

Ao chegar à carceragem, o funcionário já nos aguardava. Muito simpático, respondeu a algumas perguntas sobre os horários de funcionamento da delegacia e carceragem. Ficamos de retornar no dia seguinte para a primeira entrevista.



No dia 13/06/2007, pela manhã, ao chegar à delegacia, falamos com o carcereiro, que nos encaminhou para falar com Paula, uma “presa de confiança” (mulher que não está presa dentro do presídio. Ajuda no trabalho da cozinha ou na limpeza e dorme em um alojamento existente na delegacia). Paula havia concedido entrevista ao jornal O Diário de Maringá, que publicou uma matéria de capa cujo título era “Cúmplices, na prisão” e dentro do jornal “tráfico de drogas lota cadeia feminina em Maringá”. Ela tem 23 anos e 6 filhos. O mais novo é recém-nascido e está com ela no presídio.

Ao encontrar Paula, nos apresentamos, explicamos os objetivos da pesquisa e ela aceitou participar, autorizando a realização da entrevista. Decidimos juntas onde faríamos a entrevista, conversamos um pouco e, em seguida, iniciamos a gravação.

Como Paula está com um recém-nascido, ela fica em um quarto separado das outras detentas. Ela pode ficar também em um espaço que há ao lado da cozinha, onde existem uma horta, árvores, bancos, mesa e cadeiras. Neste lugar, ficam os presos de confiança, ajudando a preparar o almoço ou o jantar.

Sentamos em um banco embaixo de uma árvore. Próximos de nós, estavam cerca de cinco presos descascando batatas e, um pouco mais distante, havia duas mulheres ajudando nos preparativos do almoço.

Essa primeira entrevista com Paula teve como objetivo a aplicação de um roteiro de perguntas prévias e o conhecimento geral sobre as mulheres que cumprem pena na delegacia, para que pudéssemos readequar o roteiro da entrevista semi-estruturada e também conhecer melhor a organização e rotina das mulheres.

Após alguns dias, retornamos à delegacia. Desta vez, entramos no presídio e tivemos o primeiro encontro com as internas, no qual conversamos com as mulheres e apresentamos o objetivo da pesquisa. A princípio, elas se mostraram desconfiadas, queriam saber o que ganhariam em troca, mas depois de um tempo de conversa e de perguntarem algumas coisas sobre nós, elas se mostraram favoráveis em conceder entrevista e um laço de cooperação foi iniciado.

Antes de iniciar as entrevistas, foram coletadas informações das fichas cadastrais e feitas anotações de campo, a partir de conversas informais com os funcionários e presos de confiança, os quais tinham acesso e contato com o presídio feminino.

As entrevistas aconteceram no consultório odontológico, único local considerado seguro e possível pelos funcionários, e sem muita interferência sonora.

Dentre as possíveis participantes para a concessão das entrevistas, não conseguimos nos aproximar de uma delas. Ela era frequentemente citada durante as entrevistas, pois

escrevia cartas por encomenda – “carta de metro”, lia os processos para as outras detentas e era considerada muito inteligente. Por não conseguir interagir com ela, encomendamos duas cartas, em dois momentos distintos. Primeiro solicitamos que escrevesse uma carta com o tema “liberdade”, que teria como destinatário a sociedade e como remetente alguém dali de dentro do presídio. Após alguns dias, pagamos uma certa quantia, calculada por folha e recebemos a carta. Em um segundo momento, solicitamos que escrevesse uma carta cujo tema seria “a mulher”, o remetente seriam as internas e a carta teria como interlocutor a sociedade, desta vez pedimos para que escrevesse a quantidade de folhas que achasse necessário. Essas cartas seguem como anexo 2, deste trabalho.

Ao realizar o trabalho de campo na 9ª Subdivisão policial de Maringá, realizamos conversas informais com o delegado, com os funcionários e com as mulheres que se encontravam detidas; observamos, na medida do possível, o cotidiano neste contexto prisional; coletamos cartas, realizamos entrevistas semi-estruturadas; coletamos informações das fichas cadastrais. Em nenhum momento nos deparamos com situações que dificultassem nossa entrada e permanência naquele local; em alguns momentos, claro, tivemos que ter paciência em esperar um tempo livre dos funcionários que estavam sempre sobrecarregados de trabalho. Mas diferentemente de alguns trabalhos realizados em presídios, o delegado e os funcionários estavam sempre empenhados em ajudar.

### **4.3 Contexto de pesquisa: a prisão feminina de Maringá**

Inaugurada em 04 de novembro de 1982, a 9ª Subdivisão policial de Maringá foi construída para receber 156 presos. Na época de sua inauguração, a maioria de sua população carcerária era constituída de homens. O número de mulheres reclusas ficava em torno de três apenas.

Atualmente a cadeia pública conta com uma superlotação, abriga uma população carcerária de aproximadamente 450 pessoas, dentre as quais, há 420 homens e 33 mulheres em média. Os homens e as mulheres compartilham da mesma estrutura física, administrativa e institucional, mas são separados por sexo. Há a galeria feminina e a galeria masculina.

A cadeia está localizada junto ao prédio da Delegacia, local onde são registrados e administrados os boletins de ocorrência relacionados aos crimes da cidade e região. Na frente deste prédio, há a Delegacia da mulher de Maringá, onde são registradas as ocorrências relativas à violência contra a mulher. Essa Delegacia e suas funcionárias não têm nenhuma relação direta e nem administrativa com as detentas da cadeia feminina.

O espaço da cadeia pública onde estão as mulheres tem três celas, em cada uma das quais há um banheiro e camas construídas em concreto – as “jegas”. No total, há três banheiros e dezesseis camas para trinta e três mulheres, que cumprem pena ou aguardam julgamento. Este número apresentou uma pequena variação durante o tempo em que realizamos o trabalho de campo, mas se mantinha nesta média. As detentas vivem amontoadas em virtude da superlotação, pois há, em média, quatorze pessoas ocupando uma mesma cela.

Segundo levantamento realizado por Picão (2007), em documentos da Vara de Execuções Penais do Poder Judiciário da cidade de Maringá, a superlotação na 9ª Subdivisão Policial de Maringá (9ª SDP), no início de 2003, fez com que a Promotora de Justiça, Valéria Seyr, solicitasse ao Juiz da Vara de Execuções Penais da cidade de Astorga a remoção das presas da 9ª SDP para a delegacia daquela cidade, local que havia sido reformado e adaptado para a reclusão feminina.

O Juiz concordou com a transferência das presas de Maringá. Em troca, solicitou a transferência dos presos do sexo masculino de Astorga para Maringá, tendo em vista que aquela delegacia não tinha estrutura para a reclusão desses presos. Sendo assim, no início de 2003, a delegacia de Astorga foi transformada em Mini Presídio Feminino e a 9ª SDP em uma carceragem masculina.

Em setembro de 2003, as detentas que estavam em Maringá foram transferidas para Astorga. Mas no início de 2006, o Juiz Gilberto Romero Perioto solicitou ao Juiz de Maringá, que cancelasse o acordo, com os argumentos de que a delegacia de Astorga não tinha estrutura para as cinquenta mulheres que estavam presas e que os familiares e advogados, das detentas e dos detentos transferidos de uma cidade para a outra, solicitavam a volta de cada preso e presa para a sua cidade, pois o custo e o tempo gasto por eles com locomoção havia aumentado em virtude da distância para realizar as visitas. Por isso, os presos de ambos os sexos foram transferidos mais uma vez dessas delegacias e voltaram para a instituição de origem, em agosto de 2006. Essa é a razão de a Delegacia de Maringá ter hoje trinta e três mulheres.

Na 9ª Subdivisão policial de Maringá, as detentas são atendidas por carcereiros ou presos de confiança, não há agentes femininas e nem pessoal preparado para o atendimento específico para o presídio feminino, os funcionários que atendem os quatrocentos e vinte detentos são os mesmos que prestam assistência a essas mulheres.

Durante o tempo em que realizamos o trabalho de campo, ouvimos informações de que está sendo construída uma casa de custódia para abrigar homens, mas não há nenhum

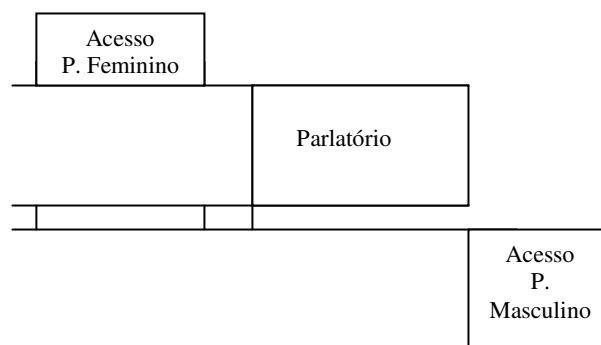
projeto destinado às mulheres, que dividem um espaço pequeno, conforme será apresentado e descrito na seqüência desta seção.

E, nesse espaço, projetado para receber presos provisórios, há detentas condenadas, cumprindo suas penas e há presas provisórias aguardando julgamento. Elas passam a maior parte do tempo ociosas, quando não se dedicam a trabalhos artesanais. Freqüentam o pátio de sol, diariamente, das 14:00h às 15:30h aproximadamente. Recebem, na medida do possível, assistência médica, odontológica e religiosa, mas não há projetos voltados para a ressocialização profissional e nem educacional.

Aos sábados, no horário das 8:00 às 16:00 horas, as mulheres que estão reclusas recebem visita dos familiares e companheiro, caso comprove união estável. Os homens recebem visita aos domingos das 8:00 às 16:00 horas.

A seguir, será realizada uma descrição do interior do presídio feminino, com a apresentação de algumas imagens que foram fotografadas com a autorização do chefe da carceragem.

A porta do presídio feminino está localizada próxima do corredor que dá acesso ao presídio masculino e está próxima do parlatório, local onde os presos conversam com familiares e/ou advogados.



Por isso, essa porta está sempre fechada, como podemos ver na imagem a seguir.



Na imagem seguinte, é possível observar um pequeno espaço que há depois da porta de acesso ao presídio. Provavelmente, por dar visibilidade a um outro espaço dentro da delegacia, próximo à carceragem, as janelas foram lacradas, para evitar comunicação com as pessoas do lado de fora.

Há uma porta que dá acesso ao consultório odontológico, onde são atendidos homens e mulheres. Durante o dia, as mulheres ficam “soltas” neste pequeno espaço, sem ventilação e sem luz solar suficiente, conversando, jogando baralho, olhando pela fresta da porta o movimento do outro lado e tentando interagir com as pessoas que estão do lado de fora. Os colchões que aparecem na imagem são utilizados durante a noite dentro das celas. Como o espaço na cela é pequeno, durante o dia eles são enrolados e guardados neste espaço.



A imagem abaixo apresenta um outro ângulo do espaço descrito anteriormente. Nela, aparecem duas mulheres, uma delas olha para fora e/ou se comunica com alguém por uma abertura existente na porta.

Nesta imagem, é possível visualizar a primeira cela – conhecida por X1. Esta cela foi construída para abrigar menores de idade, mas hoje é destinada a mulheres. Há quatro camas de concreto; ao fundo, há um pequeno espaço com palavras escritas nas paredes, local onde há uma latrina e um chuveiro. É possível observar também um televisor ligado.

A grade está aberta.



A imagem a seguir mostra o acesso à segunda cela – X2 e à terceira cela – X3. Durante o dia, a grade dessas duas celas também permanece aberta.



Nessa imagem, é possível observar roupas penduradas no varal para secagem. No corredor, há um freezer no qual são armazenados alimentos e água gelada.

Na seqüência, apresentamos a imagem da segunda cela, conhecida como X2. A imagem mostra duas camas, mas há mais quatro camas neste espaço. Aparecem fotos coladas na parede, geralmente da família, dos filhos ou de ídolos artísticos, como cantores ou atores. Há roupas de cama dobradas, toalhas e roupas penduradas. Por falta de espaço e local adequado para guardar as roupas, todo e qualquer espaço é utilizado para pendurar ou guardar as roupas.



A imagem abaixo mostra a mesma cela descrita anteriormente, vista por um outro ângulo. O que chama a atenção é o fogão utilizado pelas mulheres, para cozinhar. Provavelmente funciona através de energia elétrica, pois há fios em volta do fogão.

Aparecem toalhas penduradas, uma bolsa e um armário onde são guardados utensílios domésticos e alimentos.



Na imagem abaixo, é possível visualizar a terceira cela – X3.





Nesta imagem, visualizamos quatro camas. Uma delas está coberta com um lençol. Geralmente as mulheres usam este recurso quando querem manter sua individualidade, quando querem dormir ou ficar sozinhas.

Há algumas roupas penduradas, uma geladeira, utensílios de cozinha e alimentos.

O que chama a atenção é o espaço reservado para a bíblia sagrada, que está aberta sobre um tecido branco. Provavelmente para simbolizar a religião e também resgatar uma característica presente em muitos lares, ou seja, um espaço reservado para exposição e leitura da bíblia.

Na seqüência, visualiza-se o X3 por um outro ângulo.



Aparecem mais duas camas, uma delas está coberta com um lençol. E, na outra, observamos alguns potes com alimentos, um ventilador e um aparelho de som.

X3 – visualização de um outro ângulo:



Do lado esquerdo da imagem, é possível visualizar o local no qual cozinham, utensílios domésticos, panelas e alimentos.

Do lado direito da imagem, observamos o banheiro azulejado e sem porta, um tanque, uma bacia e alguns panos pendurados para secagem.

As imagens apresentadas têm como objetivo apresentar a estrutura do presídio feminino no qual se encontram as participantes da nossa pesquisa. Há também cinco mulheres que ficam do lado de fora do presídio, em quartos existentes no pátio da delegacia. São as presas de confiança, que estão com bebês e/ou ajudam na limpeza, na cozinha e na preparação da refeição para os detentos

#### **4.4 Perfil das detentas da 9ª Subdivisão Policial de Maringá**

Pretendemos, nesta subseção, apresentar o perfil das detentas da cadeia pública de Maringá. Primeiramente, apresentaremos uma tabela com dados sobre cor, grau de escolaridade, idade, estado civil, delito e reincidência, que constam nas fichas das mulheres, preenchidos na chegada à prisão. No dia em que tivemos acesso às fichas, havia aproximadamente trinta e três mulheres detidas, mas o funcionário que colaborou com a

impressão das informações nos disponibilizou uma listagem antiga, na qual não havia o nome de todas as mulheres presas naquele momento. Sendo assim, na listagem abaixo aparecerão os dados de vinte e oito mulheres, todas com nomes fictícios. Os nomes em negrito são os nomes das dez participantes da pesquisa.

Nome	Cor	Grau de escolaridade	Idade	Estado Civil	Delito	Reincidente
Ane	Negra	1º grau incompleto	20	Convivente	Corrupção de menores, roubo, furto	Sim
Alessandra	Parda	2º grau incompleto	22	Solteira	Associação ao tráfico	Não
Aline	Morena	1º grau incompleto	-	Convivente	Tráfico	-
Cleuma	Negra	1º grau incompleto	23	Convivente	Tráfico	Não
Ediléia	Parda	1º grau incompleto	20	Solteira	tráfico	Sim
Eliana	Negra	2º grau incompleto	39	Separada	Receptação tráfico	Sim
Eliene	Branca	Não preenchido	20	Solteira	Tráfico roubo	Sim
Fabiana	Parda	1º grau incompleto	25	Casada	tráfico	Não
Fernanda	Mulata	1º grau incompleto	20	Solteira	Furto, corrupção de menores, dano qualificado, tráfico.	Sim
<b>Nanci</b>	Morena	Não escolarizada	49	Separada	tráfico	Sim
Rebeca	Branca	1º grau completo	24	Solteira	Roubo, furto, corrupção de menores, furto qualificado, tráfico.	Sim
Gabi	Parda	2º grau completo	20	Solteira	tráfico	Não
<b>Graciela</b>	Negra	1º grau incompleto	19	Solteira	tráfico	Não
Josi	Morena	1º grau incompleto	-	Solteira	Roubo junto com outro preso.	Sim
<b>Julia</b>	Morena	2º grau incompleto	25	Convivente	tráfico	Não
<b>Lúcia</b>	Branca	1º grau incompleto	35	Casada	Tráfico	Não
Mariana	Branca	1º grau completo	24	Convivente	Tráfico	Não
Marli	Parda	1º grau incompleto	23	Convivente	Roubo, dano qualificado, lesão corporal em violência doméstica	Sim
<b>Paula</b>	Morena	2º grau incompleto	24	Separada	Tráfico	Sim
Patrícia	Branca	1º grau incompleto	23	Convivente	Furto qualificado	Sim
<b>Rosa</b>	Morena	1º grau incompleto	34	Separada	Tráfico	Sim
Sheila	Morena	1º grau incompleto	23	Solteira	Roubo, furto qualificado	Sim
Silmaria	Branca	1º grau	31	Convivente	Tráfico	Não

		completo				
<b>Silvana</b>	Negra	1º incompleto	37	Convivente	Tráfico	-
<b>Taís</b>	Branca	1º grau incompleto	30	Casada	Tráfico	Não
Vivian	Morena	1º grau completo	43	Convivente	Furto qualificado, tráfico	Sim
<b>Josiani</b>	Branca	1º grau incompleto	23	Convivente	Tráfico	Não
<b>Liliane</b>	Morena	1º grau incompleto	24	separada	Tráfico	-

#### 4.4.1 Cor

O preenchimento das fichas é realizado por diferentes funcionários, no momento em que a pessoa chega à delegacia para ser aprisionada. Ao comparar o preenchimento do campo “cor”, com a foto da mulher ou até mesmo através do contato visual com as meninas, é possível concluir que este procedimento é subjetivo, especificamente em relação à cor negra. Nas fichas há um total de cinco negras e uma mulata. Entretanto, Fabiana, Gabi e Marli, consideradas pardas, são negras; Vivian e Rosa, consideradas morenas, também são negras, totalizando onze mulheres de cor negra (mas nosso critério de avaliação também é subjetivo). Nove são pardas/morenas e oito são brancas.

#### 4.4.2 Escolaridade

Como mostra a tabela, em relação à escolaridade, uma detenta nunca estudou, dezoito detentas possuem o ensino Fundamental incompleto, quatro possuem o ensino Fundamental completo, quatro têm o ensino Médio incompleto e uma tem o ensino Médio completo.

É possível observar que a maioria não concluiu o ensino Fundamental, o que é associado, de acordo com as entrevistadas, à baixa renda, à necessidade de começar a trabalhar muito jovem, à falta de incentivo da família ou à falta de interesse pelos estudos.

#### 4.4.3 Idade

A maioria possui idade entre 20 e 25 anos, o que demonstra uma população feminina bastante jovem, dentro da média nacional. Segundo o InfoPen, a maioria das mulheres presas tem entre 18 e 24 anos (17,6%), seguidas pelas que têm entre 25 e 29 anos (16,1%), 35 a 45 anos (13,4%) e 30 a 34 anos (12,5%).

#### 4.4.4 Estado civil

No momento em que deram entrada na prisão, a maioria das mulheres – onze – declarou que convivia com seus companheiros, nove se declararam solteiras, cinco estavam separadas e três estavam casadas. Entretanto, durante conversas informais ou durante as entrevistas, uma das reclamações das mulheres é o abandono pelos companheiros e namorados, pelo fato de estarem presas.

Outro aspecto importante é que o preenchimento do campo “estado civil” não comporta as diversas variações nos tipos de relacionamentos modernos. Não é possível descobrir se a pessoa se declarou amigada, juntada, amasiada ou namorando, pela classificação “convivente” e “solteira”, escolhida pelos funcionários, o que torna esse também um dado subjetivo.

#### 4.4.5 Delito

As fichas criminais das mulheres presas apontam que o crime cometido com maior frequência por elas é o tráfico de drogas (cerca de 83 %).

As mulheres são presas sozinhas ou junto com o parceiro, como mostra a reportagem de destaque do jornal O Diário de Maringá de 10/06/2007, intitulada “Tráfico de drogas lota cadeia feminina em Maringá”. A repórter Adriana Franco afirma que “muitas delas são pegas pela polícia junto com os parceiros conjugais. Na opinião do delegado-adjunto da 9ª SDP, Dr. Nilson Rodrigues da Silva, a maioria das mulheres presas tem ou teve alguma relação com um homem traficante. Muitas delas, mesmo não estando mais com o companheiro, não conseguem abandonar o mercado da venda de entorpecentes”. Ao analisarmos as fichas, observamos que apenas cinco mulheres foram presas por roubo, furto, lesão corporal ou assalto a mão armada e, muitas vezes, esses crimes estão relacionados à venda ou ao vício das drogas.

#### 4.4.6 Reincidência

Quatorze mulheres são reincidentes. Onze são réis primárias. Em três fichas cadastrais não consta a informação referente à reincidência.

#### 4.4.7 Presas de confiança

Por ser uma cadeia pública construída para receber homens, a instituição não possui creche ou local específico para abrigar detentas com filhos recém-nascidos ou bebês. Por isso, do lado de fora do presídio, há um alojamento com pequenos quartos onde ficam alguns presos de confiança. Há aproximadamente quatro presas de confiança, uma delas é chefe de cozinha, não tem filho e três estão com bebês recém-nascidos. Todas trabalham na limpeza e ajudam na cozinha, preparando a refeição para os detentos.

#### **4.5 Participantes que realizaram a entrevista**

A seleção das detentas a serem entrevistadas não seguiu um critério rígido, pré-determinado. Tínhamos como idéia inicial priorizar as que eram ou haviam sido casadas, as que tinham filhos e as que demonstrassem interesse em conversar, pois essas pessoas contavam com uma privação a mais por serem mães e estarem longe de seus filhos, conseqüentemente, poderiam estar mais abertas para o diálogo, pela necessidade de desabafar. Além disso, acreditávamos que a nossa identidade de mãe, compartilhada com essas mulheres, facilitaria a identificação e aproximação com as participantes.

Mas durante o trabalho de campo, outras características das participantes nos chamaram a atenção na seleção para a entrevista.

A primeira entrevistada, Paula, havia concedido entrevista para o Jornal O Diário de Maringá e estava do lado de fora, como presa de confiança, o que facilitou nosso primeiro contato. A segunda entrevistada, Dona Nanci, além de também ter participado da reportagem do Jornal, possuía a característica de ser líder dentro do presídio, o que levamos em consideração pela “autorização” que esta entrevista nos daria para as que se seguiriam. A terceira participante, Lúcia, chamou nossa atenção pelo fato de estar com câncer no seio e por ter sido mencionada como alguém que assumiu a culpa no lugar do filho. Silvana e Graciela são mãe e filha. Taís, Josiani e Rosa são casadas e têm filhos. Júlia foi selecionada pela simpatia que sempre demonstrou ao nos ver, e Liliane, por estar com um bebê e demonstrar interesse em conceder entrevista.

Abaixo, apresentamos mais algumas informações sobre as mulheres que concederam entrevista:

**Paula** tem 23 anos. Casou-se com 12 anos e teve a primeira filha aos 13. Atualmente está separada. Foi presa por tráfico de drogas, crime de maior incidência entre as mulheres presas. No momento da prisão, ela estava grávida do sexto filho, mas ainda não sabia da gravidez. Está detida há oito meses. Quando concedeu a entrevista seu bebê estava com sete

dias e ela estava na condição de “presa de confiança” prestando serviços na cozinha. Alguns meses após a entrevista, perdeu as regalias de presa de confiança e foi confinada novamente no presídio, por tentar entrar com droga no presídio masculino. Pablo, seu filho, foi levado pelo Conselho Tutelar. Está presa há oito meses.

**Dona Nanci** tem 51 anos. Foi presa junto com irmãs, filhas, sobrinhas e com o marido, por tráfico de drogas. O marido foi solto antes dela e se separaram durante o tempo em que ela ainda cumpria pena na prisão. Seu total de reclusão é de oito anos e sete meses. Tem 4 filhos. Em 2007, um de seus filhos foi assassinado. Uma das filhas de Dona Nanci está presa junto com ela, e é soro-positivo.

**Lúcia** tem 35 anos, é casada e tem dois filhos. Está com câncer de mama. Tem autorização para realizar a cirurgia, mas prefere esperar a liberdade, porque tem medo do pós-operatório dentro da prisão. Foi presa por tráfico de drogas (segundo duas de suas colegas, ela teria assumido a droga no lugar do filho, para que ele não fosse preso). Durante a entrevista ela não comentou o fato. Está presa há quatro meses.

**Tais** tem 30 anos e quatro filhos, um dos quais frequenta a APAE. Quando foi presa, estava amamentando uma criança de cinco meses. É casada e o marido também já esteve preso por tráfico de drogas. Está presa há um ano.

**Josiani** tem 23 anos. O ex-marido bebia muito e a submetia à violência doméstica. Tem um filho de seis anos, que mora com a avó paterna. Foi presa junto com o atual companheiro, com 70 quilos de haxixe. O pai de seu atual companheiro também está preso, em Foz do Iguaçu, por tráfico de drogas. Foi condenada a oito anos de prisão. Está presa há seis meses.

**Rosa** tem 34 anos, É separada. Sofria violência doméstica. O ex-marido, que foi assassinado, sempre estava preso e era viciado. Tem um filho de dez anos. Atualmente tem um companheiro. Foi presa por tráfico de drogas. Afirma ter sido presa injustamente. Está presa há seis meses.

**Silvana** tem 39 anos, foi presa tentando entrar com droga dentro da vagina, no dia da visita do presídio masculino. É usuária. Sua filha e sua irmã também estão presas, por tentarem entrar com droga na “rasteirinha” (calçado). Um de seus filhos também está preso. Foi condenada a seis anos de prisão. Está presa há dois meses.

**Júlia** tem 24 anos. Foi presa por tráfico de drogas, junto com o marido. É presa de confiança e trabalha na cozinha. Recebe apoio da irmã, que é advogada. Está presa há dois anos e dois meses.

**Graciela** tem 19 anos e uma filha de dois anos. Foi presa tentando entrar com droga no presídio masculino. Sua mãe, Silvana, e sua tia também estão presas. Foi condenada a aproximadamente seis anos de prisão. Está presa há cinco meses.

**Liliane** tem 24 anos e quatro filhos. É presa de confiança e está com uma filha de oito meses. Afirma ter sido presa por assumir a droga, no lugar do marido, para inocentá-lo. Quando isso aconteceu, estava grávida, mas não sabia. Está presa há um ano e dois meses.

#### 4.6 Entrevista semi-estruturada

Privilegiamos, neste trabalho, a entrevista semi-estruturada porque esta, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987).

A partir do eixo temático deste estudo, elaborou-se um roteiro com 27 perguntas, que tinha como preocupações centrais evitar induzir as respostas das participantes e abordar aspectos relacionados com suas representações sociais acerca do gênero feminino, do presídio, da sociedade, da família e da escola.

Segue abaixo o roteiro da entrevista semi-estruturada:

- 1) Qual seu nome?
- 2) Qual sua idade?
- 3) De qual cidade você é?

#### **Presídio**

- 4) Há quanto tempo está aqui? Já esteve em outro presídio?
- 5) Você poderia falar sobre como são as coisas aqui em relação à rotina de vocês, horários, atividades, o que vocês fazem durante o dia?
- 6) Vocês são 30 mulheres aproximadamente, ocupando o mesmo espaço. Você poderia falar um pouco sobre a convivência entre as mulheres aqui?
- 7) Você acha que a mulher, depois que vem para cá, de alguma forma, muda a maneira de ser ou muda de opinião em relação a algum assunto? Ou seja, tem uma visão sobre alguma coisa e depois que vem para cá, passa a ter outra visão?
- 8) Você se lembra do que sentiu quando foi presa? O que passou pela sua cabeça naquele momento, seus sentimentos?
- 9) Você poderia falar um pouco sobre a forma como tudo aconteceu com você (e ainda acontece) em relação à justiça, ao seu processo, às pessoas que te acusam, às pessoas que te defendem?
- 10) Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta aqui na prisão?
- 11) Você recebe visitas? De quem?

#### **Família**

- 12) Você poderia falar um pouco sobre o seu relacionamento com a sua família?



- 13) Quais foram as conseqüências da prisão para sua vida? Alguma coisa mudou em relação ao trabalho, à família, aos amigos, ao companheiro?

### **Sociedade**

- 14) Eu acho que todos nós temos uma opinião geral sobre a sociedade e sobre as pessoas de um modo geral. Eu gostaria de saber a sua opinião, gostaria que você falasse um pouco sobre o que você pensa da sociedade e sobre como as pessoas são.
- 15) Se você pudesse mudar as coisas na sociedade, o que mudaria?
- 16) Como acha que a sociedade e as pessoas te receberão, quando sair daqui?
- 17) Você poderia falar um pouco sobre seus planos, seus sonhos, sobre o que quer fazer quando sair daqui?

### **Gênero**

- 18) O que você pensa sobre a mulher hoje na sociedade, como mãe, como profissional?
- 19) Você poderia falar um pouco sobre a situação da mulher hoje na prisão? O fato de ser mulher traz vantagens ou desvantagens?
- 20) Qual sua opinião sobre os homens? Eu gostaria que você falasse um pouco sobre a figura do homem em sua vida.
- 21) Na sua opinião, como a sociedade e as pessoas de fora vêem a detenta mulher?

### **Ensino/Escrita**

- 22) Você teve oportunidade de estudar em escola? Gostava de estudar? Até que série estudou?
- 23) Há algum tipo de curso, estudo aqui no presídio? “Se não” Por que acha que não tem?
- 24) Você gostaria que tivesse?
- 25) Você e as outras mulheres realizam algum tipo de leitura e escrita no presídio?
- 26) O que vocês lêem?
- 27) O que vocês escrevem? Para quem? Por quê?

Em relação ao tempo das entrevistas, houve uma variação em virtude da diferença no perfil comunicativo de cada participante. Algumas eram mais falantes, fazendo com que as entrevistas durassem aproximadamente uma hora, uma hora e meia; outras eram mais objetivas, fazendo com que as entrevistas durassem de trinta a quarenta minutos.

Foram realizadas 10 entrevistas no período de 13/06/2007 a 18/01/2008. E quando finalizado o trabalho de campo, iniciamos a transcrição das fitas, que resultou em 101 páginas transcritas.

Neste trabalho, a transcrição constitui uma tentativa de representar em texto o conteúdo da interação gravada e não a ação dos sujeitos durante a interação. Nesta transcrição, optamos por privilegiar a forma escrita culta, visto que: a) o foco da nossa pesquisa não está nas variações fonológicas, morfológicas ou sintáticas; b) consideramos que uma transcrição que levasse em conta as características do discurso oral tornaria o texto transcrito de difícil leitura e c) poderia reforçar estereótipos, reforçando a idéia de que a

linguagem culta pertence aqueles que se encontram em situação privilegiada e as variedades dialetais aqueles que estão em situação desprivilegiada socialmente (SIGNORINI, 2006).

Ao realizarmos as transcrições, levamos em consideração, na medida do possível, e quando necessário, as convenções da tabela que segue no anexo 3.

Este capítulo teve como objetivo a apresentação dos aspectos metodológicos relacionados ao desenvolvimento desta pesquisa, descrevendo como se desenvolveu o trabalho de campo na 9ª Subdivisão Policial de Maringá.

Consideramos importante destacar que, durante este trabalho de campo, buscou-se manter com as participantes uma relação de empatia e confiança, para que, a partir dessa relação, pudéssemos obter informações a respeito de uma realidade que só quem vivencia pode oferecer.

Acreditamos que esta postura fez o trabalho de campo tornar-se muito frutífero, gerando uma riqueza de dados que permitiram conhecer as representações sociais acerca do gênero feminino apresentadas por mulheres que se encontram em situação de exclusão social em um presídio feminino. É o que pretendemos apresentar no próximo capítulo, que consiste na análise deste estudo.

## CAPÍTULO 5

### MULHERES EM CONFLITO COM A LEI: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADES E LETRAMENTO

Neste capítulo, pretendemos responder as perguntas de pesquisa, a partir da análise de dados. A leitura contínua das entrevistas, inúmeras vezes, possibilitou reconhecer o que é típico nos dados. Procuramos apresentar essa tipicidade nas próximas seções em forma de asserções, dados que evidenciam o que é apresentado nas asserções e comentários analíticos que procuram articular o dado empírico, o objetivo do trabalho e a teoria.

#### 5.1 Representações sociais de gênero, de presídio e de sociedade

Nesta seção, procuramos descrever as representações sociais acerca de gênero, a partir das entrevistas realizadas com as mulheres encarceradas no presídio feminino de Maringá. A linguagem falada é privilegiada para que, assim, a interpretação dos dados seja realizada, a partir da abordagem que coloca em foco a visão das participantes.

As entrevistas com essas mulheres evidenciam que sua representação da mulher na sociedade é praticamente unânime. Elas têm uma visão de que atualmente a mulher é forte, guerreira, batalhadora; é mais capaz que o homem, pois agregou mais responsabilidades: além de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, geralmente trabalha fora para pagar as contas e cuidar da casa. Um dado que evidencia essa representação é a fala de Paula, a seguir.

na rua, a maioria das pessoas tem uma definição assim das mulheres são frágeis, então você acaba pensando que você é frágil, que você não consegue fazer nada, aqui dentro você vê o tanto que você é forte, você acaba se conhecendo melhor aqui dentro. Ela tá sendo tratada mais de igual, que antes não, ela era desfavorecida por ser mulher. Antigamente era assim, os homens achavam que a obrigação de uma mulher era fazer comida, lavar a roupa, ficar dentro de casa e cuidar dos filhos. / mulher às vezes é até mais capaz do que o homem, porque ela consegue criar os filhos, cuidar da casa muito bem cuidada e trabalhar ainda e sustentar, um homem não consegue sustentar-morando sozinho ele não consegue cuidar de um filho, cuidar e trabalhar e uma mulher já consegue fazer isso e muito mais ainda. A gente aprendeu a mostrar pra sociedade que a gente é mais capaz do que os homens. / cuidar de um filho melhor do que uma mãe não tem, isso eles não conseguem, a mulher hoje em dia acho que é, como se diz? É a pilastra da sociedade, é o pilar, ela que não deixa esse mundão aí desabar (Paula).

Esse dado mostra que Paula re-significou de alguma forma a sua representação de mulher no presídio. Se antes, ela acreditava na fragilidade da mulher, conforme a representação hegemônica de mulher presente na sociedade, “aqui dentro você vê o tanto que você é forte, você acaba se conhecendo melhor aqui dentro”. Para ela, atualmente, a mulher é o pilar da sociedade, uma vez que, diferentemente do que antigamente se dizia e do que o homem afirmava, ela consegue fazer várias coisas ao mesmo tempo. Além de todas as atividades que ela já executava, hoje ela contribui para não deixar “esse mundão desabar”. Outro dado que corrobora essa asserção é a fala de Julia:

A mulher avançou bastante, o homem acha que só tem que fazer comida e lavar roupa, não é não, a mulher tá mais avançada que o homem hoje em dia e vai continuar sendo eu acho, em muitas coisas a gente pode mais que eles (Júlia).

Júlia insiste na questão de que a mulher hoje está mais avançada que o homem. Ou seja, a representação de mulher é construída em comparação com a representação de homem, ou mais precisamente talvez, com o machismo ainda vigente na sociedade.

Dona Nanci, conforme mostra a fala a seguir, acredita que, inclusive no crime, atualmente, há uma equiparação entre homem e mulher. E embora reafirmem que a mulher está se igualando ao homem, que atualmente ela se encontra em uma situação melhor do que a situação da mãe delas (Taís), elas guardam certa mágoa do homem por eles não ajudarem suficientemente, conforme mostra a fala de Lúcia.

Mas eu acho que mais ou menos homem e mulher tá tudo igual nas coisas erradas, é no roubo, é no tráfico, é tudo quanto é coisa errada, acho que tá tudo mais ou menos igual assim, tá se igualando homem com mulher (Dona Nanci).

Está melhor do que na época da minha mãe eu acho. Não é só o homem mais que trabalha, a mulher também e ninguém mais tipo ninguém tem preconceito, o homem deixa a mulher trabalhar, antes não deixava. A minha mãe não podia trabalhar, ela conta que a família dela não podia, todo mundo que ela conhecia os maridos não deixavam trabalhar, achava feio, só o homem que podia trabalhar, hoje não, a mulher tem mais coragem (Taís).

As mulheres cuidam da casa, dos filhos, trabalham fora, tem estrutura, eu acho que são umas heroínas. / Então eu chego do serviço, tenho que limpar a casa, limpar o quintal, lavar roupa à noite, fica tudo por conta da gente (Lúcia).

Segundo Lúcia, “fica tudo por conta da gente”. Se por um lado, a mulher hoje é forte, corajosa, guerreira, o pilar da sociedade, por outro, isso significou para ela assumir mais atividades em virtude da dupla jornada de trabalho. Além de dedicar-se aos serviços domésticos, cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos, também trabalha fora de casa para, por

vezes, complementar a renda familiar. E, nesse sentido, o homem parece que deixou de cumprir o seu papel central, o de ser o provedor da família. Por isso, “fica tudo por conta da gente” (Lúcia).

O que se percebe é que existe uma forma conflitante para definir o gênero social. Conforme já mencionado no referencial teórico deste trabalho, Jodelet (2001) acredita que frente a um mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias, não somos apenas automatismos, nem estamos isolados num vazio social, pois partilhamos o mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações sociais são tão importantes na vida cotidiana. As representações dessas mulheres as guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

Nas entrevistas, constata-se que há a reprodução do discurso que afirma a igualdade entre homem e mulher dentro da sociedade moderna, o que é muitas vezes contraditório se compararmos esse discurso com as práticas sociais desiguais. Certamente, as entrevistadas refazem esta representação social de mulher moderna para tentar construir uma subjetividade autônoma, fortemente centrada na figura e imagem de mulheres que estão fora do presídio, o que mostra que existem muitas e conflitantes formas de definir o que é ser mulher.

Um traço indissolúvelmente associado à representação de mulher é a sua representação de mãe. Ou seja, ao falarem sobre a mulher, muitas fizeram o vínculo “ser mulher é ser mãe”. A mãe é indispensável para os filhos, pois ela cuida mais dos filhos do que o pai. Além disso, a mãe é mais cobrada pelos filhos.

Nós mulheres, somos bastante guerreiras, / por que eu mesmo, assim, eu me sinto bastante guerreira, assim, porque eu sempre tive presente, meu filho, por que o meu ex-marido que eu vivi muitos anos, não era filho dele, quem cuidava mais do meu filho era eu, nunca separei dele, é a primeira vez agora, isso que me dói (Rosa).

As mães largam muito os filhos eu acho, largam muito os filhos por causa de serviço, chegam em casa estressadas, não dá carinho, vejo muito isso, larga com a sogra, larga com mãe, sabe? Chega domingo quer passear larga com a mãe, acaba que a semana inteira, de dia não fica com as crianças, final de semana também não, sabe? Prejudica, eles crescem carentes e revoltados (Taís).

Eu acho que a mulher hoje em dia, pra ela ser uma mãe assim, pra poder educar os filhos, ela tem que ser, fazer as coisas bem certas, né (.) ( ) hoje em dia os filhos cobram muito (Liliane).

A construção do gênero social feminino em associação ao “ser mãe” evidencia atribuições específicas para as mulheres. Para Liliane ser uma boa mulher significa ser uma boa mãe “ela tem que ser, fazer as coisas bem certas”. O contrário disso é desvalorizado.

E se, por um lado, reconhecem o papel da mãe no cuidado com os filhos, reclamando inclusive da ausência da própria mãe em sua vida, como é o dado a seguir, de Liliane – para quem a ausência da mãe influenciou em sua postura desviante, por outro, repetem em muitos casos o modelo de mãe que tiveram.

Ela não queria eu na cadeia, né (.) ah, às vezes ela fala assim “Ave, eu não sei o que eu fiz pra vocês entrarem numa coisa dessa”, fala assim, aí é aonde a gente cobra dela, você entendeu? Apesar de mesmo saber que ela não teve nada a ver, eu falo assim “ah, quem mandou você abandonar a gente quando era pequeno, se você não tivesse abandonado nós, nós não fazia nada de errado” (Liliane).

Meus filhos / eu amo todos eles, mas eu acho que não dava atenção necessária, eu não passava o tempo necessário com eles. / acho que toda essa responsabilidade que eu não gostava que minha mãe tinha feito comigo quando criança, acho que eu passei pra ela, colocando nela muito nova, responsabilidade em cima dela (Paula).

Duas diferentes representações de mãe são apresentadas: a boa mãe, que se dedica integralmente aos filhos, cujo amor é incondicional, que pode estar ancorada na figura de Maria, mãe de Jesus e a mãe que é ausente na relação com os filhos. Essas representações são resultados das experiências vividas por estas mulheres, como filhas e como mães, idéia que vai ao encontro do que afirmou Moscovici (1981) de que é por meio das representações sociais que os sujeitos são orientados e organizam os comportamentos, intervindo nos comportamentos coletivo e individual, nas transformações sociais e na definição das identidades pessoal e social.

Outro fator importante é que, certamente, suas representações em relação à figura materna estão sendo re-significadas ou pelo novo vínculo que se estabelece em virtude da ajuda e visita que recebem da mãe durante o período em que estão reclusas, ou pelo impedimento e afastamento que a prisão causa na relação dessas mulheres/mães com seus filhos.

Se o fato de ser mulher está estritamente relacionado ao ser mãe, como fica, então, a representação social de família? Se em um primeiro momento, suas respostas demonstraram um bom relacionamento atual com os familiares, ao mesmo tempo, transparecem muitos problemas vividos no passado em virtude da constituição familiar ser diferente da considerada “família padrão”.

aprendi a dar mais valor à minha família aqui dentro do que lá fora, minha irmã, a minha irmã é tudo pra mim, ela é em primeiro lugar na minha vida mais do que qualquer outra pessoa, até antes ela vem primeiro que minha mãe na minha vida. / meu pai, ele abandonou a gente quando eu era criança por causa de uma outra mulher, e eu fiquei com raiva, eu tinha acho 10 anos, agora depois que eu fui presa, que eu voltei a falar com ele normal assim, foi só agora (Júlia).

Essa fala demonstra que Júlia pertenceu a uma família que se iniciou como “família padrão” e que foi transformada, com o tempo, por crises e conflitos, mais especificamente porque os pais se separaram. Uma situação similar é a de Liliane que foi abandonada e criada por avós; por isso não conviveu afetivamente ou diariamente com eles. Conseqüentemente, ela teve liberdade nas ruas e opções precoces, como o trabalho e o casamento, como podemos constatar nos dados abaixo:

comecei a trabalhar eu tinha 11 anos, morava no meu emprego, meu pai e minha mãe se separaram, fui criada por vó, nunca fui assim uma:: uma filha presente, casei bem nova, com quatorze, muitas vezes quando eu queria ir na casa da minha mãe, meu marido não deixava, então, nunca fui assim, tão apegada, só que eu sinto, que a minha família me ama, nunca me abandonou, minha mãe, meu padrasto, meu padrasto foi quem me criou. / Meu pai? Meu pai, ele:: meu pai nunca gostou de mim, eu sinto assim, sempre senti que ele nunca gostou de mim, ele sempre gostou mais dos meus outros irmãos (Liliane).

eu não tive um pai assim e >eu sinto falta disso< (.) hoje em dia eu penso que eu poderia ter tido um pai pelo menos pra mim chamar ele de pai. / minha mãe (.) ela me ensinou muito cedo o que era trabalhar, eu cuidava dos meus irmãos, quando que ela trabalhava, eu era pequena, tinha uns 7 anos, que eu comecei bem dizer criar. / minha mãe, tudo que ela fez pra me ensinar, desde pequena a trabalhar essas coisas, minha mãe nunca pensou que algum dia eu fosse cair presa, e que um dia fosse por conta disso, eu pensei que ela (.) ia desistir de mim na hora, eu falei “agora já era, acho que minha mãe nunca vai vim me ver” e pelo contrário, agora que eu percebi que ela me ama mais ainda, cada vez mais e não me abandonou nem um minuto (Paula).

Paula demonstra a preocupação da maioria das mulheres internas, qual seja: a de não ser abandonada e manter o contato familiar depois da prisão. Isto se deve à carência afetiva, e necessidade material e financeira que sentem no presídio, por isso, passam a dar mais valor e importância à família, o que demonstra que a representação de família toma novos contornos.

A maioria das mulheres que concederam a entrevista provém de famílias desestruturadas, de lares desfeitos, ou seja, uma composição diferente, se comparada com a família considerada padrão (casal e filhos). Dessa forma, suas representações sociais em relação à família são permeadas certamente por vivências e momentos conflituosos, muitas não conviveram com a figura paterna ou sempre estiveram em conflito com o pai. O cenário

familiar está mais centrado afetivamente na avó, na irmã, na mãe, de forma que a representação social de família está mais fortemente relacionada com a figura feminina.

Mesmo que os laços familiares estejam permeados por conflitos, nota-se que em suas respostas, elas procuram retomar o sentimento de afeto real ou idealizado e o desejo futuro pela retomada de um relacionamento harmonioso, gerando um aparente conflito entre uma representação real *versus* uma representação idealizada, hegemônica, de família tradicional e feliz, que gostariam de vivenciar. Esta é a representação hegemônica presente na sociedade, através da qual essa sociedade oprime quem está fora desse padrão. E isso aparece também na representação de pai.

Apesar de não ter feito parte de muitas histórias de vida dessas mulheres, a figura paterna é considerada importante, embora não indispensável:

É importante, mas não necessária. / eu não quero que aconteça com a minha filha saia de casa, more more com alguém muito cedo do mesmo jeito que aconteceu comigo por ter falta de uma figura paterna, falta de um exemplo ali pra ela né, de de alguém que ela possa respeitar, que a mãe apesar de tudo, é importante, mas mãe é mãe, elas vão falar “não, minha mãe me protege em tudo” agora pai não, pai tem que tá ali pra ter rédea curta, agora:: é impor- ele não é necessário em todas as horas, mas ele é importante (Paula).

é importante a gente ter o esposo da gente, marido da gente, porque eu acho que é tão difícil a gente viver sozinha, né? É difícil a vida sozinha, principalmente a gente que tem filho, agora tem mulher e também certos homens que não vale a pena, é melhor ficar sozinha (Lúcia).

A representação de pai e esposo nestes dois casos refere-se à importância para os filhos e não exatamente para a mulher. Construída pela diferença com a figura da mãe – protetora e condescendente, a representação de pai é permeada pela imagem de pai tradicional existente em nossa sociedade, ou seja, o pai é responsável pela autoridade necessária dentro de casa, responsável pela manutenção da ordem familiar, que merece o respeito dos filhos, e é visto por elas como uma esperança a mais na estrutura familiar, para ajudar a educar os filhos, afastando-os de futuros problemas.

Em relação à representação da figura masculina para a mulher, são unânimes as representações sociais negativas de que o homem é machista, frágil, infiel, “não presta”, indigno de confiança e autoritário, como podemos perceber nos trechos abaixo:

eu acho o homem muito machista. / Eles se acham forte, mas é frágil, se dá de machão, de forte, mas não é não, são mais frágil que a gente (Júlia).

homem não presta nenhum, se enfiar tudo dentro de uma sacola não dá um, começa pelo pai da minha filha (Graciela).



São machistas. Se você coloca uma roupa que ele não gostou, você não comprou pra ele, você comprou pra você, nem tudo, tem certas coisas que eles falam a gente tem que abaixar a cabeça e obedecer, e outras coisas que não devemos obedecer (Lúcia).

eu não consigo mais acreditar em homem. Eu acho que o homem hoje em dia, é difícil ter um homem que presta, é difícil, muito difícil (Liliane).

Além de “não prestar”, conforme evidenciam os adjetivos destacados acima, o amor que um homem sente não é igual à intensidade do amor de uma mulher, que é fiel, verdadeira e persistente no amor, o que podemos verificar no trecho da entrevista com Dona Nanci, em que fala sobre os sentimentos vivenciados por homens e mulheres, certamente em seu contexto social.

mulher quando ela fala pra um homem “eu te amo”, ela ama de verdade, ela é fiel, agora homem quando fala, quando ele ama a mulher não é a mesma coisa não é verdade? É, mas é, homem ele pode falar “eu amo a mulher”, ele pode amar a mulher, mas ele saiu ali virou a esquina tem outra ali ( ) ele já esqueceu do amor daquela, então, agora a mulher não, a mulher é fiel, a mulher é mais boba, a mulher vai batendo na tecla, na tecla até onde vê que ela não agüenta mais, ela vai persistindo naquele amor, mas o homem não. / Homem pode gostar sim, mas não é igual o amor de uma mulher (Dona Nanci).

Na fala acima, é acrescentada mais uma característica negativa na representação de homem a partir da comparação e do contraste com a representação de mulher. O homem não ama suficientemente uma mulher, seu amor é frágil e volúvel. Além dos sentimentos, os atos físicos do homem também são lembrados nas entrevistas, como mostra o relato de Josiani:

homem é tudo igual. O meu ex? ele era estúpido, ignorante, ele bebia, quando chegava em casa, ele saía do serviço dele, ele trabalhava tudo certinho, a gente tinha casa tudo bonitinho, mas ele saía cedo pra trabalhar, vinha no horário do almoço pra almoçar, voltava, aí eu já não via mais ele, ele chegava em casa de madrugada, bêbado, chegava em casa quebrando as coisas dentro de casa, me batendo, me batia (Josiani).

Percebe-se que a representação social de homem neste contexto está relacionada às experiências amorosas mal sucedidas; aos maus tratos vivenciados e lembrados pelas cicatrizes em suas peles; à violência doméstica e, principalmente, ao abandono por parte do companheiro, depois que foram presas:

é bom lá na rua, só que quando a gente vem presa que a gente vê. Que nem o meu marido agora foi cabeça fraca, porque:: ele não soube lidar né? Que nem ele foi preso e eu tive na rua eu cuidei certinho dos meus filhos, da minha casa, onde eu ia eu levava os quatro comigo, ele já não soube lidar como eu, ele já não soube levar assim, administrar a casa, os filhos igual eu, ele já foi cabeça fraca.

Quando ele tava preso eu já sabia o que ele precisava, ele nem precisava pedir que eu fazia, mesmo com filho, vinha todas as semanas, eu tava grávida, depois de dieta, mesmo assim vinha tudo os meus filhos atrás de mim, vinha de circular, com filho, com sacola, sabe? (Taís).

quando foi um dia eu recebi uma carta dele que ele já estava com outra mulher. Mas também não liguei sabe, respondi a carta que tudo bem né, que era a cara dele fazer aquilo mesmo, que ia ficar em porta de cadeia até quando atrás de mim também, daí ele não veio mais. / Se eu tivesse ficado na rua eu tenho certeza que eu não deixava ele um fim de semana na cadeia sem eu tá lá, mas ele não, já fez ao contrário. / As meninas falam assim “ah, hoje tinha pouquinho homem na fila”, tem trinta mulher aqui dentro, entra três quatro homem. Marido? Marido entra dois, três, marido entra aqui, as outras tudo são casada, mas o marido das outras não vem, cadê os maridos dessas mulheres? (Dona Nanci).

Ser abandonada na prisão por seu parceiro e ter experiências amorosas mal sucedidas são motivos que levam a grandes revoltas sentimentais instaladas neste ambiente de reclusão. Justamente no momento em que muitas precisam se sentir amadas e cuidadas por seus companheiros, eles não dão o apoio necessário ou as excluem de suas vidas. E esta situação é bastante desfavorável à representação que (re)constroem e que evidenciam de homem (“não presta”, é infiel, é violento, não ama da mesma maneira que a mulher).

As entrevistadas se referem, também, ao envolvimento do homem e à relação dele com sua prisão, como mostra a fala da Liliane abaixo, em que cita o pai, o marido e o irmão.

só tinha nove, nove substâncias, ele pegou com meu pai ainda. / Veio eu e meu irmão preso. Aí, era do meu pai, ele comprou com meu pai. / Ele já vendeu também, ele ficou um mês vendendo e parou. / [você acha que você tá aqui por causa dele? De ter segurado bronca dele?] Eu acho, porque eu tô aqui por causa disso. / Porque eu fui muito tonta, eu achei que ele jamais ele ia me abandonar, jamais. / Eu liberei ele da melhor forma que eu podia (Liliane).

O que acontece no contexto da pesquisa é um retrato do que ocorre em muitos presídios femininos no país, o envolvimento da figura masculina nas práticas criminosas em que as mulheres estavam envolvidas; isto é apresentado inclusive como sendo um dos motivos de sua prisão, ou seja, a influência do homem para levá-las para o mundo do tráfico. Seriam denominadas por Lombroso e Ferrero (século XIX) como “criminosas por paixão”, ou seja, são mulheres que se envolvem no tráfico e no crime, a partir do envolvimento com o homem, e dos sentimentos pelo companheiro. E, ao vincular suas práticas desviantes à influência masculina, conscientemente ou não, estão demonstrando um tipo de relação de gênero presente na sociedade, na qual ainda é o homem o que comanda e a mulher aquela que obedece, aquela que executa, que faz trabalho de “mula”, evidenciando o lugar social de homem e de mulher na sociedade.

Sem dúvida, o envolvimento no tráfico de drogas e a entrada feminina no contexto do crime são influenciados pela presença masculina. Conforme Assis e Constantino (2001), as mulheres supervalorizam suas relações com parentes, amigos e namorados, sem se preocuparem individualmente com as conseqüências que sofrerão, deixando-se levar por impulsos emotivos. No presídio feminino o percentual de mulheres presas por tráfico é de 83%, e a maioria delas foi presa com homens ou os citam nas entrevistas. Em vista disso, este tipo de comportamento desviante pode ser compreendido pela Teoria Interacionista, sucintamente contextualizada no capítulo 2, que vê o desvio como um fenômeno construído socialmente, pela interação com indivíduos que possuem condutas criminais, como é o caso das mulheres do presídio feminino, que são influenciadas pela figura masculina.

Os motivos que as levaram à prisão também podem ser explicados pelas Teorias de Conflito, as quais entendem que o comportamento desviante é uma escolha dos indivíduos em resposta às desigualdades do sistema capitalista, como podemos ver nos trechos abaixo:

Eu sofri muito, no começo eu não queria traficar, eu pedia ajuda pras pessoas, e eu sofri muito (Taís).

Eles não entendem que às vezes algumas roubaram porque tinha necessidade, pra tratar dos filhos (Júlia).

Muitas dessas mulheres estavam sem atividade regular remunerada antes de serem presas, estavam com dificuldades financeiras ou ganhavam pouco. Por isso, foram conquistadas pelo dinheiro rentável do tráfico. Assim, a questão financeira também as faz entrar para o crime.

Diante das constatações apontadas acima em relação à representação social de homem, destacamos que essas representações são socialmente construídas a partir de relações de gênero, de suas experiências negativas com a figura masculina e, também, da comparação e/ou contraste entre a representação masculina e a feminina. Assim:

<b>O homem</b>	<b>A mulher</b>
É machista e autoritário	Está conquistando seu espaço
É infiel	É fiel
É frágil	É forte
É mentiroso	É verdadeira
Não presta	Presta

Abandona a mulher na cadeia	Não abandona o homem na cadeia
Não cuida dos filhos suficientemente	Cuida melhor dos filhos do que o homem
Sente amor frágil e volúvel	Sente amor intenso e verdadeiro
É violento	Sofre violência doméstica

Conforme vimos no capítulo teórico, para Guareschi e Jovchelovitch (1997), a teoria das representações sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar.

Lutando para tentar dar sentido ao mundo, as representações sociais acerca da mulher presa, construídas e re-significadas no contexto prisional e na convivência umas com as outras, são, geralmente, favoráveis. Para as entrevistadas, a mulher que está reclusa não é um bicho de sete cabeças; ela comete ato desviante por necessidade financeira ou pelo vício e tem o direito de retornar à sociedade.

pensam que nós somos bicho. / Mas não é porque a gente tá aqui que a gente é um bicho de sete cabeças que não é não fia, não é nada, nada, tem mulher que entra na cadeia que não tem o que falar dela (Silvana).

eu via preso como um bicho né? Preso tinha que sofrer hhh, depois que tô aqui dentro minha opinião mudou, não tem nada a ver, eu acho que todo mundo tem o direito de errar e pagar pelo seu erro. Tem que ter uma segunda chance na vida, o direito de voltar pra sociedade (Júlia).

eles vêem que não vale nada na opinião deles eu acho, pra eles é tudo (.) pra eles é tudo vagabunda. / Eles não entendem que às vezes algumas roubaram porque tinha necessidade, pra tratar dos filhos, outras porque eram viciadas, tem muita mulher lá dentro viciada em droga, elas roubam pra usar droga, acho que a sociedade só vê o lado ruim, mas o lado bom, vê se alguém tá precisando de alguma coisa, se tá precisando de alguma ajuda ninguém vê, mas criticar dá opinião todo mundo critica, ajudar ninguém quer (Júlia).

A representação que possuem de si e das outras companheiras busca desconstruir a representação vigente na sociedade de que a mulher presidiária é perigosa, é vagabunda e não presta. Mas o que é interessante é que essa representação hegemônica é a que elas tinham antes de serem presas e o contexto atual re-significou a visão que muitas tinham de presidiária(o). Antes de serem presas, tinham uma representação negativa em relação a quem estava detida(o) em uma prisão, mas, depois que foram presas, o conhecimento, certamente compartilhado no presídio, se transformou:

O problema é que quem não conhece o presídio, acha que a cadeia é o fim do mundo, na cadeia só tem ladrão, só tem bandido, mas não é, sei que aqui dentro tem muita gente boa, que falta mesmo pra ela é uma oportunidade, é uma chance pra vencer na vida (Dona Nanci).

Elas elaboram conhecimentos positivos em relação ao preso e à presa, em virtude da convivência diária e da percepção de que as outras mulheres que estão no mesmo lugar que elas não são violentas e nem perigosas, mas pessoas sem oportunidades. Mas esta mesma convivência não se faz apenas de momentos amistosos, pois existem conflitos dentro do presídio. Elas são obrigadas a conviver diariamente com pessoas de lugares e valores muitas vezes diferentes, o que faz surgir construções negativas em termos do que representa a mulher no presídio. Muitas são consideradas péssimas mães, desajeitadas, desleixadas e de difícil convivência, como mostra o trecho a seguir.

não somos todas mulheres iguais, têm umas aqui dentro que eu falo assim “isso não pode ser mulher nunca na vida”. / Muito desajeitada, porca, não liga pras coisas, larga tudo jogado. / Eu sou uma pessoa muito enjoada nessa parte sabe, falou:: no meu lugar de mulher eu sou chata, falou da parte da limpeza eu sou chata mesmo. / Tem mulher que é boa mãe, mas têm umas meninas ali que tem filho e nem sabe onde são os filhos, não sabe por onde que anda, não sabe onde que tá, às vezes eu acho que falar “eu sou uma mulher” tem que ser uma mulher, não sei se tem uns tipo de mulher que tem aqui dentro com nós que não vale a pena falar que é mulher, que dá até medo, dá vergonha. / mulher dá bem mais trabalho e aqui entre nós às vezes dá muita:: desavença uma com a outra né? Quase se matam ali dentro (Dona Nanci).

As representações de mulher presidiária estão influenciadas pelos “papéis sociais” atribuídos às mulheres na sociedade, pois consideram fundamentais para uma mulher que está no presídio: ser boa mãe, ser organizada e limpa, cuidar dos afazeres domésticos, conseqüentemente, o que foge disso é desvalorizado, considerado uma afronta para a classe das mulheres. É a construção de *papéis* masculinos e femininos, a que se refere Louro (1998), ou seja, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar, o que é simplista, pois não leva em conta as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, nem as complexas redes de poder que constituem hierarquias entre os gêneros. Por isso, ao estabelecer padrões para o que é feminino, algumas presas não são consideradas mulheres, pois não se preocupam com seus filhos, são “porcas”, desajeitadas, desorganizadas, não se importam com a limpeza. Essas “funções” femininas valorizadas por umas e desvalorizadas por outras é um dos motivos que geram conflitos e brigas dentro do presídio.

A partir do exposto acima, retomamos a idéia desenvolvida no capítulo teórico, de que o sujeito que formula a representação é um sujeito social, imerso em condições específicas de seu espaço e tempo. De acordo com o que expôs Jodelet (2001), há três grandes ordens de fatores a serem levadas em conta como condições de produção das representações: a cultura, a comunicação e linguagem e a inserção socioeconômica, institucional, educacional e ideológica. Certamente, essas condições não são exatamente as mesmas para todas as mulheres do presídio, o que gera conflitos representacionais.

Mesmo com estes conflitos gerados internamente, a forma de se representarem é diferente do modo como acreditam que a sociedade as classifica, como perigosas e criminosas. Essa representação da sociedade está baseada única e exclusivamente no ato desviante, desconsiderando qualquer outra identidade da cidadã presa.

No entanto, elas fazem questão de deixar claro que são traficantes, o que é bem diferente de serem ladras e perigosas: “nós que somos conhecidas como os traficantes, nós não vamos matar, nós não vamos roubar, nós não vamos ofender ninguém” (Dona Nanci). Para as participantes, o tráfico de entorpecentes é um comércio, que não está necessariamente relacionado com outros atos desviantes, é um trabalho, uma forma de sobrevivência.

Nesse sentido, também re-significaram a representação de prisão. O conhecimento que compartilham deste ambiente envolvem relações entre: a rotina, a estrutura do presídio (superlotação, acomodações insuficientes), relações internas (conflitos, desafetos, tolerância) e o tratamento dos funcionários e carcereiros.

A prisão feminina é dividida em três celas. O grupo de mulheres de cada cela é separado por elas mesmas, por afinidade, por amizade (às vezes, a pessoa que está entrando no presídio conhece alguém que já está ali dentro), pela aproximação de identidades comuns como idade e personalidade (umas são mais quietas, outras são mais barulhentas e agitadas). Precisam seguir algumas regras de convívio e ter tolerância umas com as outras, devido à estrutura física e à super lotação. E, após a experiência com a reclusão, sua representação social de presídio altera-se, como mostram os trechos a seguir:

Depois que eu conheci uma penitenciária, que não era nada daquilo que eu pensava, acabou o medo da cadeia (Dona Nanci).

eu achava também que a cadeia, nossa, era o fim do mundo, mas não é tanto assim que nem eu pensava, não é bom, lógico, não é bom, não é gostoso, mas não aquele fim de mundo que eu pensava (Lúcia).

A prisão, que anteriormente era temida, provavelmente em virtude de representações sociais hegemônicas construídas socialmente devido a sua função de intimidar o crime (Giddens, 2002), de castigar (FOUCAULT, 1977), agora não é um lugar tão ruim quanto imaginavam.

As representações sociais também são construídas em comparação com o presídio masculino. Algumas mulheres consideram a prisão feminina melhor que a prisão masculina. Tem mais privilégios, os funcionários são mais educados com elas do que com os homens, é um local mais limpo, pois vão ajeitando o lugar para ficar parecido com uma casa.

Lá nos homens é tudo mais fechado. A gente tem mais privilégio, eu acho que é por eles pensarem que a gente é mais frágil, mas não somos assim tão frágeis. / aqui a gente fica aberto, entre um X e outro a gente pode conviver umas com as outras né, entre as mulheres e:: nos homens não, são todos trancados. Eles só fecham a gente a noite. / Não é uma casa, mas a gente vai ajeitando pra isso, é como se fosse, tudo limpo, tudo azulejado, a educação que eles têm com a gente, tudo é bem melhor do que a que eles têm com os homens. / Eu acho que é difícil pros dois, então eu não posso dizer que é mais fácil pra eles ou pra gente, mas que é difícil igualmente (Paula).

Quando comparam o local onde estão com a prisão masculina, observa-se um certo conformismo, como se elas pensassem que não tem o direito de reclamar, pois os homens estão em uma situação pior do que a delas.

Entretanto, há algumas mulheres que acreditam que a prisão é lugar de sofrimento tanto para o homem quanto para a mulher, pois todos têm problemas relacionados a gênero: os homens sofrem com brigas, são maltratados, ficam todos fechados, pois são considerados mais violentos. Já as mulheres, ficam longe dos filhos e são abandonadas por seus companheiros. Mas todos – homens e mulheres – sofrem por não ter nenhuma atividade para realizar na prisão.

Por isso, a representação mais fortemente marcada sobre a prisão é a de que seja um lugar de ociosidade, que não recupera a pessoa desviante.

é rotina, você dorme tarde, acorda tarde, levanta, vai pro pátio tomar sol, volta e:: é tudo a mesma coisa, de novo a mesma rotina, a gente não faz nada, fica tudo olhando uma pra cara da outra (Josiani).

cadeia não endireita ninguém não (Graciela).

cadeia não endireita a gente, cadeia revolta, tipo assim, a gente, mulher que tem filho, pesa, pesa muito, muito a cadeia por causa deles, mas quem não tem filho, não pesa nada, não tem nada a perder, nada a perder, por que come, bebe, não faz nada. / Eles falam “a cadeia endireita”, não endireita, a cadeia revolta, quem tem filho, muitos pais aí, que tem filho, vê o filho na dificuldade lá fora, revolta, eu sou revoltada, falo

porque eu sou, não posso mais dar carinho pros meus filhos, não consigo olhar pra eles, tava lá fora, tava estudando, agora voltei pra cá perdi tudo. Então, eu sei lá, às vezes eu penso, se eu perder o amor pelos meus filhos, eu não vou querer mais saber de sair de cadeia não, vou continuar aprontando, penso assim, vou ser bem sincera vou continuar aprontando (Liliane).

O que se percebe é que, a partir de sua entrada na prisão, a mulher é submetida a novas experiências, formuladas a partir da cultura carcerária. Se no mundo externo, o tempo é considerado precioso, marcado pela cultura capitalista, no qual as pessoas têm que trabalhar para sobreviver, dentro do presídio não é assim. As práticas e os valores existentes nesse novo ambiente divergem das práticas sociais presentes na sociedade.

Os dados mostram que as participantes avaliam o presídio de maneira negativa, em relação ao processo de recuperação. Ao afirmarem que “a cadeia não endireita, a cadeia revolta”, observamos que, para tais mulheres, a prisão não está cumprindo seu papel de reinserção social e recuperação, mas cumprindo uma outra função: penalizar e castigar.

Sendo assim, para elas a ociosidade contribui apenas com a falta de expectativa para o futuro e com o reingresso em práticas desviantes. E, ao contrário da recuperação, a prisão devolve a pessoa para a sociedade com o estigma de ex-presidiária.

Neste sentido, a escrita cumpre uma função social, no dia a dia dessas mulheres. Em primeiro lugar, as mulheres reclusas consideram a escrita um importante meio de comunicação com o mundo externo, pois o fato de estarem excluídas da sociedade faz com que necessitem da escrita para manter contato com as pessoas, o que torna esse tipo de linguagem um importante instrumento de interação. Outro aspecto destacado foi que, por meio das palavras que escrevem, podem expressar seus sentimentos e também desabafar.

a maioria das atividades que tem aqui é escrever, acho que o que as mulheres mais fazem aqui dentro é escrever, escrever o problema que está passando, que não tá (Liliane).

A comunicação nossa com o mundo, são as cartas. É a nossa porta de entrada para o mundo. / às vezes você tá lá sozinha, sem família, sem nada e um amigo te manda uma carta, é:: uma carta aqui dentro pra gente é a mesma coisa que uma visita (Paula).

é um meio de comunicação com a família lá fora, a gente manda uma carta aqui, e eles entregam, a gente recebe resposta, então é um jeito de estar se comunicando e se informado do mundo lá fora (Lúcia).

Tem umas ali que não sei como agüentam, é o dia inteiro com caneta e papel na mão, o dia inteiro escreve, a única coisa que sabe fazer né? Escrever, então fica lá, o dia inteiro escrevendo (Dona Nanci).



A escrita é um recurso utilizado para manter contato com as pessoas que estão do lado de fora do presídio, para saber sobre a família, para enviar e receber notícias. As mulheres que estão reclusas enviam cartas para desabafar, para dar e receber notícias, para se sentir e se manter próximas da família e das pessoas, dando à escrita, um importante papel social dentro do presídio.

Devido a essa função social dentro do universo prisional, possivelmente, a escrita na prisão ganha novos significados, novas representações, em relação a sua representação externa, principalmente se compararmos a artificialidade da escrita escolar com a forma como utilizam a escrita atualmente no presídio, para a qual elas conseguem perceber um objetivo, uma razão.

A escrita faz com que elas se sintam parte da sociedade, ou seja, representando o elo entre o que ela já viveu e o que continuará vivendo quando sair dali, é o que a ajuda a dar continuidade à sua vida externa, Dessa forma, a escrita é como um símbolo da sua própria existência, pois, ao escrever, as mulheres que estão encarceradas demonstram querer que as pessoas se lembrem delas para que continuem fazendo parte de seu contexto de relações pessoais e familiares. Além disso, no caso de duas mulheres, a escrita se tornou uma forma de trabalho. Elas escrevem cartas “por metro”, nas quais tentam expressar os sentimentos e angústias seus e de suas colegas de cela, conforme mostram os trechos a seguir, de uma das cartas escritas por Rebeca:

“Para algumas dinheiro e fama, outras esquecidas sem grana.  
 No corre, corre do mundo estamos sujeitas a tudo e a mais um pouco...  
 Para quem não nasce em “berço de ouro” o sistema muda:  
 Correr atrás; Arrumar emprego; tá difícil; volta amanhã!  
 A fome bate, os filhos choram; o desespero toma conta; o que fazer? As ruas se tornam a opção.  
 Prostituição, roubo, tráfico, tudo aparenta ser fácil; engano! Tudo nesta vida tem um preço, no primeiro erro, já era!  
 Entre processos, ansiedade, arrependimento;  
 “A condena”. O sistema carcerário, mulheres de todos os lados, sofredoras, guerreiras, mães, prostitutas, traficantes, buscando uma nas outras forças para sobreviver no castelo de concreto e aço!  
 A saudade bate todo dia, ela vem e consome. Lembrar é viver!  
 Subjugadas por uma sociedade desigual; já vi muitas irem e voltarem; por não pode contar com nenhuma ajuda; obstáculos a transpor. Uma passagem é o bastante, para que lhe “fechem a porta na cara”  
 Aí fora ou aqui dentro o dinheiro é quem manda.  
 A gente é valorizado a partir daquilo que temos a oferecer ao próximo!  
 Hoje, mais uma vez espero pelo meu reencontro com a liberdade, sei bem o que me espera...  
 Aprendi algo que, está sendo minha base para continuar minha “caminhada”; para que as coisas mudem ao meu redor, o primeiro passo a ser dado é por mim mesmo...  
 Injustiça, corrupção, desigualdade, isso acontece e acontecerá todos os dias não tem como evitar;  
 Tô pronta pra enfrentar os desafios que a vida me oferecer, vou fazer o possível para ser bem vista na sociedade só me resta saber se a tal sociedade vai colaborar...

X2, Galeria feminina”

Por todos esses fatores e, principalmente, por estarem excluídas da sociedade, a escrita é fundamental para as mulheres do presídio feminino de Maringá, pois contribui para sua sobrevivência emocional, econômica e manutenção do vínculo familiar.

E, assim como a escrita de carta se tornou um trabalho, outras formas de trabalho poderiam existir no presídio, não como agravante da pena, mas como um instrumento pedagógico de readaptação profissional. Porém, não há nenhum projeto destinado às mulheres, em virtude do espaço físico, da falta de infra-estrutura para a implantação de programas de reabilitação e ensino e, de certa forma, pela falta de vontade política. Mas acreditamos que, com interesse e esforço social, poderiam ser desenvolvidos projetos viáveis e condizentes com o espaço físico atual.

É comum as participantes citarem o ensino como uma das alternativas para ocupar o tempo e a cabeça, afastando-as de pensamentos ruins. Elas acreditam que, se houvesse um espaço específico, poderia ser implantado o ensino direcionado aos que pararam ou que não tiveram a oportunidade de estudar. Os homens e as mulheres ocupariam a mente com o aprendizado e seria uma forma de incentivá-los a dar continuidade aos estudos quando saíssem da prisão, distanciando-os do mundo do crime. Assim, o ensino é visto como uma ocupação para a mente, uma chance de inserção social, algo que poderia ser aproveitado para substituir o tempo ocioso e auxiliar a reabilitação. Mas também não há espaço físico e nenhum projeto destinado ao ensino.

Se, dentro do presídio, a pessoa que está excluída não se vê amparada, será que sua representação de sociedade contribui de alguma forma com sua esperança no futuro e com sua re-inserção social? Infelizmente, o conhecimento socialmente vivenciado antes de adentrarem o presídio somado ao conhecimento socialmente compartilhado, por meio da interação e troca de experiências, constrói uma representação predominantemente negativa em relação à sociedade e às pessoas em geral.

Para as mulheres que estão encarceradas, a sociedade é materialista, preconceituosa, e injusta:

Elas são muito materialistas, materialistas e preconceituosas. / Eles pensam que é porque tem um dinheiro bom, um estudo bom, são melhores do que aquele que mora numa casinha ou aquele que paga um aluguel pra morar lá. / Eles julgam muito as pessoas sem ao menos dar uma oportunidade, sem ao menos viver com elas., / ela não quer te dar uma oportunidade de você demonstrar o que pode ou não pode fazer, eles só julgam você pela cor, pelo seu rosto, pela aparência da sua roupa, se você tiver uma roupa boa você é distinto você é educado, e às vezes não é assim (Paula).

A maioria das mulheres entrevistadas pertence a camadas sócio-econômicas baixas, o que é refletido pelo grau de escolaridade e função desempenhadas antes da prisão, como auxiliar de cozinha, diarista ou empregada doméstica. Há, ainda, as desempregadas. – É importante deixar claro que não estamos relacionando criminalidade e baixa condição econômica, ou seja, não estamos estigmatizando as populações mais pobres como mais violentas e criminosas – Entretanto, o fato é que as representações que as detentas têm sobre a sociedade são influenciadas, muitas vezes, pelo pertencimento dessas mulheres a classes economicamente mais baixas, à falta de oportunidade e à discriminação.

Elas também desacreditam na sociedade, a qual acreditam estar se desintegrando, principalmente por causa do aumento no consumo de drogas por todas as classes sociais. Entendem que não existem pessoas “limpas”, apenas pessoas maldosas, que querem ver os outros pelas costas.

hoje em dia assim eu acho que não tem pessoa limpa. Todo mundo quer ver todo mundo pelas costas, é:: cobra querendo engolir cobra e no mundo do crime é até mais limpo do que na sociedade, porque no mundo do crime tem regras, lá existe muito respeito, muita regra (Taís).

hoje tá difícil de você falar da sociedade, sabe porque? Porque eles tão se enturmando também, porque depois que entrou esse crack aí filha. / se você for falar os nomes (.) queima, se a gente filmar queima a sociedade de Maringá, porque dá advogado, advogado dá até churrasco nas boca (.), tá assim de gente da Cesumar fumando pedra, tudo uniformizado, aqueles cara que tão fazendo medicina, menina, tudo, da universidade, da UEM. / É carro que você nunca viu, tem promotor, tem um promotor que ele vai lá na vila pegar droga e ainda quer menina pra fumar junto com ele. / não é nós que chega nele, eles que chegam na droga e bastante droga. / Hoje, fia, pra você andar na rua você tem que andar com quatro olhos, dois atrás de você (Silvana).

O descrédito deve-se à idéia de que se o estudante de medicina, o advogado, o promotor de justiça, que deveriam, teoricamente, proteger a sociedade e estar acima de qualquer suspeita, estão se drogando e se corrompendo. O que esperar, então, da sociedade?

Para elas, a sociedade discrimina a presa e a ex-presidiária, não dá oportunidade para a(o) presa(o) e para a(o) ex-presa(o) em relação a trabalho, pois acredita que todos os presos são iguais. É o que mostram as falas a seguir:

a sociedade discrimina muito quem tá preso, totalmente, eles acham que preso quando sai pra rua não tem direito a fazer uma faculdade, a trabalhar, eles acham que a gente não merece uma chance, mas acho que todo mundo erra. Quem nunca errou? Igual, todo mundo, que nem quando as pessoas caem aqui roubando, quando pobre tá roubando, é ladrão, é pé de chinelo, agora o governo, quando rouba, é desvio de dinheiro, eles não roubam eles desviam, por quê? Eu acho isso errado (Júlia).

a sociedade também é uma coisa que discrimina muito as pessoas que estão aqui nesse lugar, tem muitas pessoas, que pela sociedade discriminar, volta a fazer tudo errado por que não tem uma chance, não tem uma oportunidade pra mostrar que mudou, que melhorou, você entendeu? Então (.) eu acho que, a sociedade, também muitas vezes é injusta com a gente que está numa situação dessa, muitas vezes, em vez de chegar, apoiar, ajudar, não, dá as costas, discrimina, acha que por que a gente tava no meio de um monte de bandido que a gente é igual (Liliane).

eu já cheguei a pedir emprego e a pessoa me rejeitar pela minha cor, então imagina agora (Paula).

As representações sociais acima demonstram que as mulheres encarceradas não esperam nada de positivo da sociedade, que não lhes dá, ao menos, uma oportunidade de provar o contrário do que está imbuído no preconceito existente em relação à pessoa que está ou esteve em um presídio.

O que percebemos é que as representações sociais em relação à sociedade são formadas a partir de suas experiências extra-muros e reforçadas através da interação entre as mulheres intra-muros. E o que fica evidente são os descompassos e conflitos resultantes das representações hegemônicas da sociedade e as construções sociais dessas mulheres. A idéia que elas tentam fazer de si mesmas é diferente das idéias presentes na sociedade. Entretanto, é provável que as ações das detentas e ex-detentas sejam influenciadas negativamente pelos rótulos e impedimentos sociais, gerados pelo estigma, como mencionou Goffman (1988), e que negam possibilidades de recomeço de vida pessoal e profissional para quem esteve ou está em uma prisão.

Por outro lado, as representações de sociedade estão em descompasso em relação aos projetos futuros. Ao serem questionadas sobre seus planos para quando saírem da prisão, as mulheres constroem imagens favoráveis à sua reinserção, querem trabalhar, cuidar dos filhos, estudar, mudar de vida, se afastar do mundo do crime.

Pretendo acho que vim morar aqui em Maringá, numa cidade mais próxima, onde que eu não conheço pessoas que mexam com isso, não sejam envolvidas, eu posso até conhecer de vista ou ter conhecido aqui, mas eu não sou envolvida, então eu posso evitar, ah arrumar um serviço que é o que eu quero, trazer minha mãe pra cá também, que aquela lá não se separa de mim de jeito nenhum, ah meus filhos continuarem estudando, que uma coisa que eu não quero pra eles é que eles parem de estudar, e eu (.) tentar- eu vou tentar voltar a estudar novamente, que isso daí eu não quero parar, meu sonho era:: o meu sonho é fazer faculdade (Paula).

Entre seus planos, há a preocupação de se afastar de pessoas envolvidas com o tráfico, para que consigam recomeçar a vida por outros caminhos, como se quisessem fazer parte de um outro contexto, diferente do seu, ir para outras comunidades, mudar de cidade, fazer novas

amizadas, conseguir trabalho remunerado, que não seja a venda de drogas, no qual consigam o sustento da família.

Entre seus planos para o futuro, há um bastante recorrente: retomar os estudos e fazer faculdade, como podemos ver a seguir. É como se fosse uma chance a mais para ser aceita socialmente, conseguir um emprego melhor e não retornar para a prisão.

eu fiz uma proposta com Deus, se ele me tirar daqui, se eu for absolvida, eu sair da cadeia, eu vou pra igreja (.) não pretendo pegar droga pra mim fumar não, eu pretendo trabalhar honestamente, porque eu já trabalhava honestamente antes, cuidar da minha vida. / eu ainda pretendo fazer mais dois anos de estudo e fazer enfermagem (Silvana).

eu vou tentar voltar a estudar novamente, que isso daí eu não quero parar, meu sonho era:: o meu sonho é fazer faculdade. / O meu sonho é fazer Direito ainda e eu vou correr atrás dele. / eu tenho que dar exemplo também pras minhas filhas não parar de estudar e sempre tentar, sempre tentar e ir até o máximo que eu puder, tirar o máximo de mim. / se eu não tiver uma profissão hoje em dia, eu não vou conseguir sustentar ou criar os meus filhos (Paula).

a gente aprende muita coisa aqui dentro, tem gente que sai pior, uns que sai bem pior, mas eu num::: eu penso até em fazer uma faculdade, trabalhar, não volto mais pra essa vida nunca mais, nunca mais, eu não preciso disso, eu tenho uma família bem estruturada, entrei nessa por causa do dinheiro mesmo. / quero fazer uma faculdade de gastronomia e trabalhar, trabalhar com meu:: com meu cunhado já que ele quer que eu trabalhe com ele, que meu cunhado é administrador de empresa, ele quer que eu trabalhe com ele na empresa dele e eu vou trabalhar, trilhar novos caminhos pra minha vida (Júlia).

Elas acreditam que cursar uma faculdade pode ser a chave para resolver todos os seus problemas. Possuir um diploma significa ser reconhecida e ter status social. Por isso, podemos dizer que a representação dessas mulheres em relação aos projetos futuros reafirma a representação hegemônica da sociedade, permeada pelo ideal burguês: estudar, trabalhar, constituir família, cuidar dos filhos, ser feliz.

Além disso, os planos de voltar a estudar também esbarram na realidade, ainda mais se contrastarmos ou compararmos os históricos escolares das detentas. Estas mulheres não tiveram grandes chances de frequentar a escola, como demonstram seus depoimentos e grau de escolaridade – oito participantes possuem o ensino Fundamental incompleto e duas possuem o ensino Médio incompleto. Os motivos são vários, mas geralmente, na infância e adolescência, tiveram que abandonar a escola para trabalhar, como mostram as falas a seguir.

não tive estudo, quando eu tive oportunidade de estudar eu morava no sítio, muito difícil pra estudar né? Daí com treze anos, nós viemos pra cidade, meu pai morreu e minha mãe veio pra cidade, nós estávamos em dez irmãs mulheres, vai trabalhar? Mulher não precisa de estudo, mulher vai pro fogão quando casar, pra que estudar? Então não tive estudo (Dona Nanci).

Eu comecei a estudar, aí meu pai separou da minha mãe, aí minha mãe pegou e me deu pra diretora da escola pra trabalhar de doméstica pro filho dela e eu nunca tive oportunidade de estudar (Lúcia).

Acabei parando de estudar, eu comecei a trabalhar com 12 anos, lá em Apucarana, eu trabalhava no jogo do bicho, na contagem, na sede mesmo, daí eu trabalhava das três horas da tarde até às dez horas da noite (Taís).

Eu estudei pouco porque trabalhei bem cedo, fui pra roça, fui cortar cana pra ajudar minha avó, comecei assim, trabalhando na roça, depois vim pra Maringá trabalhar de doméstica, depois arrumei serviço, assim, não tive, assim, pra estudar, sei escrever sim, mas faltam algumas letrinhas, lê, sei lê muito bem, só pra escrever que sou meio mal, mas pra ler, eu leio bem (Rosa).

Essas mulheres pertencem à classe baixa, por isso o trabalho precoce parece estar ligado à necessidade da família, que decidiu ou influenciou na decisão de continuar estudando ou não em virtude de o trabalho ser mais importante e mais valorizado que os estudos.

Geralmente, em comunidades carentes o(a) provedor(a) da casa trabalha o dia todo, a mulher se desdobra nos serviços domésticos e no trabalho fora de casa para compor a renda familiar. Nesses casos, a educação escolar fica a critério da criança ou adolescente, que pode ou não ter interesse e motivação para frequentar a escola. Conseqüentemente, o trabalho precoce, somado à idéia de que o estudo não é prioridade e não trará recurso financeiro em curto prazo, leva ao abandono escolar.

Por outro lado, sabemos que a escola não foi pensada para elas, que precisam trabalhar desde muito cedo, mas, mesmo assim, elas reafirmam o discurso vigente na sociedade de que precisam estudar para ser alguém. O ideal capitalista burguês está presente em seus projetos de que devem retomar os estudos e fazer uma faculdade, mas isso não pertence ao que é vivenciado em seu cotidiano, em que a sobrevivência obedece a perspectivas ligadas ao que é imediato, ao que dá o retorno financeiro no momento em que precisam. E, nesse quadro, o estudo e a faculdade, cujo retorno é a longo prazo, entram em contraste com a realidade e suas necessidades imediatas (SIGNORINI, 1994).

Essa representação social de ensino, ou seja, de que é necessário concluir os estudos e cursar uma faculdade para ter uma chance, uma oportunidade de obter êxito e aceitação, pertence a uma forma de pensar hegemônica, conhecida também como o mito do letramento, segundo o qual os estudos e o ensino são garantias de ascensão e aceitação social.

A seguir, gostaríamos de apresentar um quadro no qual buscaremos relacionar as representações acima com dois processos responsáveis pela formação do pensamento social: a objetivação e a ancoragem (Moscovici, 1981). Esses processos, como já vimos no referencial teórico, transformam o não familiar em familiar. O primeiro processo consiste em preencher

um conceito com uma imagem, trata-se de pôr em imagens, tornar concreto, materializado aquilo que é abstrato; O segundo processo reduz o não familiar a categorias de imagens comuns, redirecionando-o a um contexto familiar, classificando-o, dando-lhe uma utilidade. Ancorar é encontrar uma imagem, figura, ícone que vai sustentar todas as características trazidas pela objetivação.

Antes, gostaríamos de esclarecer que, para definirmos um ponto de ancoragem bastante próximo da teoria de Moscovici, precisaríamos teorizar as representações sociais da sociedade para depois compará-las com as das participantes, para ver se elas se alimentam ou não dessas representações hegemônicas. Seria um trabalho complexo, porque nossa análise pede uma série de imagens: mulher, mãe, família, homem, sociedade, prisão, futuro. Enfim, várias imagens as quais precisaríamos definir seus padrões sociais e, a partir delas, avaliar mais profundamente os subpadrões criados por essa cultura específica. É complexo definir uma representação, uma imagem para “futuro” que contemple todo o conceito, porque são muitas. Para ancorar com precisão, Moscovici, por exemplo, pesquisou um universo de cinco anos, coletando imagens divulgadas pelo jornal para compará-las com as produzidas pela sociedade. Por isso, o que tentaremos fazer é uma aproximação das ancoragens.

### Representações Sociais

O: objetivação

A: ancoragem

#### Representação social de mulher

**O:** é forte, corajosa, guerreira, batalhadora. É mais capaz que o homem (ela é superior), pois agregou mais responsabilidades em razão da dupla jornada: trabalha em casa no cuidado com os filhos e com os afazeres domésticos: lavar, passar, cozinhar e ainda trabalha fora para pagar as contas e cuidar da casa. É o pilar da sociedade. Está melhor do que antigamente, na época da mãe delas.

É fiel, verdadeira e persistente no amor.

É frágil, submissa ao homem (ela é inferior), ainda é relacionada com papéis específicos referentes ao cuidado da casa, dos filhos. Tem que ser organizada e limpa.

**A:** a construção do conceito de mulher torna-se conflitante devido à fragmentação e contradição que envolve este processo em vista dos lugares de ancoragens: a figura invocada para sustentar a primeira objetivação é a mulher moderna, com sua imagem de força e luta pela vida – é a mulher de dupla jornada. Nesse contexto, ela é a face oposta daquela sedimentada pelo patriarcalismo.

Há também a figura de mulher fiel, verdadeira e com amor intenso, que pode estar ancorada na figura da mulher romântica.

O último conceito representa o ideal de mulher submissa existente desde o período pré-histórico e amadurecido em uma sociedade patriarcal.

#### Representação social de mãe

**O:** indispensável para os filhos, mais cobrada pela sociedade em desempenhar bem o papel de

protetora do lar. Imagem de boa mulher relacionada à imagem de boa mãe. A boa mãe possui amor incondicional, cuida de seus filhos, não os abandona e se dedica integralmente a eles. A péssima mãe é ausente na relação com os filhos.

**A:** visão ancorada no patriarcalismo e nos papéis sociais específicos que a sociedade determina para o homem e para a mulher.

Uma figura para a ancoragem do ideal de mãe seria Maria, mãe de Jesus.

### **Representação social de família**

**O:** é uma instituição, ao mesmo tempo, conflituosa (em relação às experiências vividas no passado) e harmoniosa (atualmente), em vista de estarem reclusas e necessitarem da ajuda, quase que exclusivamente, familiar. Visão atual de família unida e feliz.

**A:** visão tradicional, e ainda bastante hegemônica, de família formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos. Visão de família unida e feliz marcada na sociedade patriarcal, como um antigo retrato de família e mais recentemente faz eco no texto televisivo “A grande família”.

### **Representação social de pai**

**O:** ausente. É importante, mas, ao mesmo tempo, não indispensável. É importante para ajudar a educar os filhos, mas sem ele também é possível sobreviver. Pode, mais do que a mãe, ajudar a distanciar os filhos de comportamentos desviantes.

**A:** visão bastante paternalista de pai tradicional existente na sociedade, responsável pela autoridade necessária dentro de casa, pela manutenção da ordem familiar, merecedor do respeito dos filhos. Visão contraditória se comparada com a representação de mulher. A mulher, apesar de se afirmar forte, considera que a força maior ainda está no homem, pois pode, mais do que a mãe, corrigir deslizes, pela força física e pessoal. Racionalmente, a mulher faz força para acreditar na sua superioridade, mas, em alguns momentos, observamos que a força das representações patriarcais estão ainda muito arraigadas e presentes.

### **Representação social da figura masculina**

**O:** frágil frente aos problemas da vida.

O homem é machista, infiel, mentiroso, “não presta”, é indigno de confiança e autoritário. Não cuida dos filhos suficientemente. É violento. Seu amor é volúvel, abandona a mulher na cadeia. Influencia no comportamento desviante da mulher.

**A:** a primeira objetivação é ancorada na visão de fragilidade que procura desconstruir a figura de homem que se diz “machão”. Mas, predominantemente, visão relacionada à figura de homem machista e patriarcal, sustentada por conflitos de gênero, que não conseguem formar uma representação de igualdade. Nessa representação existe uma combinação clara das imagens patriarcais com as imagens da cultura pessoal desse universo feminino prisional, de suas experiências e histórias de vida com os homens. Na verdade, a experiência está falando mais alto na constituição dessa imagem do que as imagens socialmente preconizadas e que alimentam o cerne das representações sociais.

### **Representação social da mulher presa**

**O:** não é um bicho de sete cabeças; ela comete ato desviante por falta de oportunidade, necessidade financeira ou pelo vício e tem o direito de retornar à sociedade. Não é violenta e nem perigosa.

São traficantes, o que consideram bem diferente de ser ladra e perigosa.

Algumas têm a imagem de mulher presa como péssimas mães, desajeitadas, desleixadas e de difícil convivência.

**A:** visão contrária à representação social construída pela sociedade, que classifica todas as pessoas que estiveram ou estão em um presídio como perigosas e desonestas. A ancoragem



também é na vítima do sistema e na pessoa que comete ato desviante e se arrepende. As participantes buscam ancorar a imagem que formaram de mulher presa à visão existente no contexto prisional em que estão inseridas e em seus contextos sociais, onde já é comum a prisão por tráfico de drogas. As imagens negativas (péssima mãe, desajeitada, desleixada) são compatíveis com os “papéis sociais” atribuídos às mulheres em vista dos ideais patriarcais: ser boa mãe, ser organizada e limpa.

### **Representação social de prisão**

**O:** lugar anteriormente muito temido por elas, mas que agora não é tão ruim. Lugar onde há superlotação, acomodações insuficientes, conflitos, desafetos, e por isso há a necessidade de haver tolerância e regras de convívio. Lugar de castigo e ociosidade. O tempo é resignificado. A prisão não recupera a pessoa desviante.

**A:** é uma visão compatível, embora um pouco amenizada, com a cultivada pela sociedade e alimentada pela mídia.

Em relação ao tempo, visão em conflito com o conceito já internalizado por meio do sistema capitalista, no qual o tempo é precioso e utilizado em função do trabalho e do dinheiro.

### **Representação social de escrita**

**O:** importante meio de comunicação com o mundo externo. Por meio da escrita podem expressar todos os seus sentimentos e também desabafar. Símbolo da sua própria existência. Forma de trabalho.

**A:** a escrita na prisão ganha novos significados e reforça uma visão compatível com a visão hegemônica e alimentada pela sociedade letrada, de que a escrita é útil e indispensável.

### **Representação social de sociedade**

**O:** materialista, preconceituosa e injusta. Discrimina a presa e a ex-presidiária. Não dá oportunidade para as pessoas.

Está se desintegrando por causa do consumo de drogas por todas as classes sociais.

**A:** É a sociedade excludente. Imagens ancoradas nos conflitos existentes entre as representações hegemônicas da sociedade e as experiências e construções sociais reais dessas mulheres. A desintegração está associada a elas como parte desse todo.

### **Representações sociais de futuro**

**O:** trabalhar, cuidar dos filhos, estudar, mudar de vida, se afastar do mundo do crime, mudar de cidade, fazer novas amizades. Conseguir trabalho remunerado, que não seja a venda de drogas, no qual consigam o sustento da família.

Retomar os estudos e fazer faculdade.

**A:** representação hegemônica da sociedade, permeada pelo ideal burguês: trabalhar, estudar, constituir família. Objetivação que busca fixar-se na visão de que o estudo é o passaporte para o sucesso e ascensão.

Visão de pessoa que cometeu ato desviante e que se compromete mudar e trilhar o caminho do bem, do justo, do socialmente valorizado: trabalho, família e estudo.

Nesta primeira parte da análise, tivemos como objetivo analisar as representações sociais acerca do gênero feminino, sociedade e escrita. Observamos que, por um lado, as participantes da pesquisa reafirmam uma representação de gênero hegemônica e, por outro,

essa representação significa conflitos com as representações construídas a partir de suas realidades, culturas, marcadas por serem de classe baixa, oriundas de famílias desestruturadas, com pouca escolaridade, negras em sua maioria. Além disso, elas estão re-significando algumas representações, como de presa, de prisão e de tempo a partir da sua inserção na cultura prisional.

Pretendemos, agora, refletir sobre quais identidades sociais são (re)constituídas a partir dessas representações, acerca de gênero, apresentadas por essas mulheres que estão em regime de cárcere e, a partir disso, pensar em projetos alternativos que, de fato, possam contribuir com a re-inserção dessas mulheres na sociedade.

## **5.2 Identidades Sociais: “não somos bichos”**

Nesta subseção, pretendemos refletir sobre as identidades sociais constituídas a partir das representações de gênero apresentadas pelas participantes e refletir sobre possíveis re-significações e conflitos em suas identidades, em virtude de estarem inseridas em um contexto específico de reclusão. Além disso, analisaremos o papel da escrita e do ensino na constituição das identidades dessas mulheres que estão distanciadas do convívio diário com suas famílias e filhos e excluídas da sociedade.

Os conceitos teóricos que norteiam esta pesquisa já sinalizaram para a complexidade em torno de um estudo sobre identidades sociais: “celebração móvel”, como tão bem definiu Hall (2000), formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

É a partir da definição acima que iniciamos nossa discussão, com a afirmativa de que as identidades sociais das participantes estão relacionadas com uma diversidade de representações construídas sobre: mulher, homem, família, maternidade, sociedade, prisão, projetos futuros, ensino, escrita. E que são constituídas por diferentes processos sociais dinâmicos, que buscaremos compreender a partir desta análise.

Primeiramente, pode-se afirmar que, a partir de representações que valorizam a mulher na sociedade, como alguém que vem conquistando o seu espaço, as participantes tentam construir uma identidade feminina em contraste com a mulher de antigamente, que vivia apenas em função dos cuidados da casa e dos filhos. Hoje, ela não é só uma dona de casa, mas sim “a pilastra da sociedade, é o pilar, ela que não deixa esse mundão aí desabar”. Esta fala de Paula reflete a tentativa dela e das outras mulheres em se incluírem neste grupo de mulheres:

guerreiras, heroínas e batalhadoras, que trabalham fora, cuidam dos filhos, da casa, são provedoras e responsáveis pelo sustento da família.

Reproduzem a representação social de mulher moderna, procurando construir uma identidade feminina não somente a partir de “papéis sociais” específicos que desempenham, mas destacando a autonomia e a independência como traços significativos. Entretanto, ao se igualar a esta figura de mulher que está melhor, mas que assumiu mais atividades e responsabilidades, se consideram “guerreiras”, pois há em cada dia uma batalha a vencer:

me sinto uma mulher guerreira, apesar de ter feito tudo, porque olha, não é qualquer mulher que segura não, uma cadeia dessa não, me sinto uma guerreira, a época em que eu me separei do meu marido, cuidei dos meus filhos sozinha, sempre trabalhei, sempre tentei me esforçar, sempre quis dar o melhor pros meus filhos (Liliane).

Sabemos que a reflexão gerada pelos estudos culturais sobre a identidade e diferença busca desfazer a idéia de oposições binárias, que elege uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Sabemos também que, na sociedade, em geral, o homem é tido como parâmetro e a mulher se constitui através da diferença com ele. Mas no caso das participantes, elas procuram desfazer o processo no qual a mulher é desvalorizada, invertendo o sentido comumente empregado pela oposição binária na qual o homem é o padrão valorizado.

Neste sentido, ocorre também a constituição da identidade de mulher pela diferença com o homem. Ele é considerado machista, infiel, frágil, não cuida dos filhos suficientemente. A mulher, por outro lado, é fiel, forte, cuida dos filhos melhor do que o homem. Ou seja, se constitui enquanto mulher através da marcação da diferença, mas por oposição binária, onde a mulher é privilegiada e o homem recebe carga negativa.

Há ainda a representação na qual as mulheres se igualam aos homens, exemplificada na fala de Dona Nanci que afirma “é no roubo, é no tráfico, é tudo quanto é coisa errada, acho que tá tudo mais ou menos igual assim, tá se igualando homem com mulher”, evidenciando realmente que se trata de uma luta entre homens e mulheres na sociedade e que nessa luta a mulher está tomando ou participando de todas as frentes de trabalho.

Por outro lado, a inferioridade da mulher na relação com o homem também aparece nas entrevistas e constrói identidades marcadas pela desigualdade:

São machistas, são, porque é:: você não pode usar, não pode usar aquilo, não pode sair sozinha, entende? Então, é um pouco machista. / Tem certas coisas que eles falam a gente tem que abaixar a cabeça e obedecer e outras coisas que não devemos obedecer, né? (Lúcia).

Esta desigualdade destacada na fala de Lúcia pode ser entendida como um reflexo das práticas sociais patriarcais ainda existentes na nossa sociedade, na qual o homem comanda, dá as ordens, é superior e a mulher obedece.

Essa questão aparece em algumas entrevistas, nas quais o homem é tido como responsável e “mediador” da entrada da mulher na prisão, há vários exemplos: Liliane assumiu a droga para inocentar o marido; Paula foi detida ao transportar droga (“mula”) e ao tentar entrar com droga no presídio masculino, o mesmo ocorreu com Silvana e Graciele; Taís se refere ao fato de o marido estar preso, devido a problemas financeiros que a levaram, posteriormente, a traficar; Josiani e Júlia estavam com seus companheiros ao serem detidas; Rosa culpa o ex-marido, viciado.

De acordo com os dados apresentados no Capítulo 2 – “Questão carcerária feminina”, a figura masculina geralmente está relacionada com a prisão de mulheres no Brasil, o que engloba o tráfico de drogas e, ao demonstrarem isto, durante as entrevistas, as mulheres estão reafirmando sua posição de vítima e não de criminosa.

Fortes e frágeis, independentes e submissas, ao constituírem identidades fragmentadas e contraditórias (HALL, 2000; MOITA LOPES 2002), elas partilham dos mesmos aspectos constitutivos de gênero, ou seja, participam dos mesmos processos de subjetivação. Um dos aspectos partilhados dentro do presídio é o aspecto amoroso: elas se sentem magoadas, amarguradas, revoltadas, descrentes no amor de um homem, se sentem abandonadas: “ele me abandonou na cadeia. Eu achei que ele jamais ia me abandonar” (Liliane). Por isso se consideram capazes de amar incondicionalmente, mas não são amadas por seus homens, que as abandonaram na prisão.

Todas essas construções em torno da subjetividade evidenciam a visão não-essencialista das identidades sociais, ou seja, essas mulheres não são pessoas unificadas, mas possuem identidades fragmentadas, por que se compõem, não por uma, mas sim por diversas identidades, às vezes contraditórias e desestabilizadas (HALL, 2000), ou seja, a identidade da mulher mais capaz que o homem, atuante no mercado de trabalho, forte, competente, capaz, guerreira é constituída ao mesmo tempo com a identidade de mulher submissa, comandada pelo homem, vítima, desprezada, carente, necessitada da atenção do homem.

Suas identidades tornam-se mais conflituosas e desestabilizadas quando estão relacionadas com a identidade de mãe. Estes conflitos são gerados pelo estabelecimento do novo vínculo que se instaurou entre filha(presa) e sua mãe ou pelo afastamento entre mãe(presa) e seus filhos, em função da reclusão.

Percebemos na seção anterior que a representação de mulher tem um vínculo com a representação de mãe, o que nos leva a pensar que há uma construção determinista da maternidade na constituição de gênero das participantes. Quando Dona Nanci foi questionada sobre a mulher, ela imediatamente vinculou a figura feminina com a maternidade:

Ai como mulher assim, eu acho que todo mundo tem uma cabeça, não tem como assim, eu me referindo a mim como mãe eu me acho uma ótima mãe (Dona Nanci).

A construção de gênero relativa à boa mãe, protetora, que possui amor incondicional é valorizada, pois é na identidade de mãe que encontram aceitação e “pertencimento social”. Por outro lado, a partir das representações sociais re-significadas em relação à figura da mãe, há identidades que também foram re-constituídas ou estão em conflito em virtude do afastamento dos filhos, devido à prisão. Há dois momentos de fala da participante Liliane, que podem ser considerados bastantes representativos desses conflitos vivenciados pelas internas:

dificuldades mesmo é de estar longe deles, tem dias que eu me pego assim, sabe, fico “meu Deus, que que eu estou fazendo aqui? Quando que eu vou embora? Que que eu fiz de tão errado? Como que a vida tá sendo tão injusta comigo”, longe de casa, longe da família, e minha família não é daqui, ( ), é difícil pros meus filhos vir, meus filhos todos pagam passagem, são em três, né? Tem minha mãe, e assim, por saber que eles estão sem a mãe deles, que até o pai deles, o pai deles até abandonou eles também, ao me abandonar na cadeia, abandonou eles também, tudo na casa da minha mãe.

só que eu mudei muito, eu não sou mais uma mãe carinhosa, não consigo mais dar carinho pros meus filhos, nem quando eles vêm me ver, por que eu sei que eu tô aqui dentro, não tem como eu ficar, assim, dando aquela atenção, aquele carinho, depois vão embora, fica tudo triste. / Meus filhos mudaram muito comigo e eu também mudei muito com eles depois que eu vim presa, então já não consigo mais, assim, olhar as coisas de frente, não consigo mais encarar eles de frente. / Carinho eu sei que não vou poder dar mais, vou ser uma mãe seca, dura (Liliane).

Liliane está em conflito, pois acredita que deveria estar desempenhando seu papel de mãe no cuidado e proteção aos filhos, mas, no momento, não cumpre esta função por estar presa. Ao mesmo tempo, mudou e passou a se distanciar de seus filhos depois da prisão, não só fisicamente, mas também afetivamente, não consegue ser uma mãe carinhosa como era antes, por isso se sente uma mãe seca e dura.

No que diz respeito à sua subjetividade, construída a partir da relação com as pessoas de seu meio familiar, percebe-se que a prisão sugere um novo tipo de posicionamento em relação às representações que foram reformuladas. Antes, a família era vinculada ao sentimento de mágoa, ressentimentos e revolta, constituindo a identidade de uma filha revoltada, mal compreendida, injustiçada por ter que começar a trabalhar cedo, ajudar a cuidar

dos irmãos e assumir responsabilidades precocemente; agora, suas representações e identidades estão mais fortemente vinculadas ao carinho e atenção que recebem dos familiares que vem visitá-las no presídio, representadas, mais freqüentemente pela mãe e filhos:

Eu passei a ter outra visão em relação ao que sinto da minha família. Aqui dentro, tem dia que a minha família faz muita falta. A única coisa que eu olho neles, assim, é com vergonha, com muita vergonha. / Eu que exigi tanto deles acabei tirando a dignidade deles (Lúcia).

Eu pensei que ela ia desistir de mim e pelo contrário, agora que eu percebi que ela me ama mais ainda, cada vez mais e não me abandonou nem um minuto. Sempre que ela pode, ela tá mandando notícia, sempre, cuidando dos meus filhos também. Ela que foi me ajudando a superar essa fase (Paula).

Na prisão, passam a valorizar muito mais a família, pois é a família que traz atenção, carinho, amor e recursos materiais. Lúcia, a exemplo de outras internas, muda e passa a valorizar a relação familiar, mas junto com o sentimento de afeto se sente envergonhada, arrependida e culpada, por seus filhos serem rotulados como aqueles que tem “mãe presidiária”.

O que podemos perceber até aqui é que as mulheres estão re-significando algumas representações sociais e, conseqüentemente, vivendo conflitos de identidade. O contato com as outras mulheres, a sua participação na cultura prisional está significando uma reconstrução identitária, visto que as identidades não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se articular ou ser antagônicas. Elas têm a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL, 2007).

E essa reconstrução identitária não acontece somente em relação a identidades já constituídas pelas mulheres, como de mãe, filha, mas também em relação a representações hegemônicas que tinham em relação à prisão e à detenta. Suas representações de mulher presidiária foram reconstruídas, a partir de sua entrada na prisão e do convívio e interação com suas colegas de cela. A imagem de mulher presidiária, como sendo perigosa, bandida, ladra foi desconstruída. Neste processo, suas identidades são constituídas a partir da negação a esta representação que antes era tida por ela, mas que continua existindo na sociedade.

As identidades são construídas pela negação e diferença entre o que elas realmente se consideram enquanto mulheres presas e o que a sociedade pensa sobre elas. Neste sentido, uma frase bastante recorrente é a de que são *traficantes* e não ladras, bandidas e perigosas. Elas argumentam que cometeram ato desviante por necessidade financeira, pelo vício ou por

falta de oportunidade. Por isso, constroem a identidade desviante relacionada ao ato de traficar.

Nós que somos conhecidas como os traficantes, nós não vamos matar, nós não vamos roubar, nós não vamos ofender ninguém. / Eu fui traficante, fiz isso e fiz isso, mas nunca precisei roubar uma agulha de ninguém, eu nunca precisei disso e não vou precisar (Dona Nanci).

Muitas pessoas falam assim “que nada, põe aquelas mulheres tudo na parede e mete bala”. / o povo fala que nós merecemos desprezo, porque (.) eu sei, nós estávamos fazendo errado vendendo droga, traficando, tirando a vida de todo mundo, mas quando a gente tá lá fora a gente não tem essa visão (Lúcia).

A atividade de traficar é diferente da atividade de uma ladra. Para elas, traficar é um trabalho, uma forma de obter retorno financeiro “honestamente”, se comparado com o ato de roubar, que é uma atitude desvalorizada no presídio feminino. A fala de Liliane, a seguir, confirma esta asserção:

eles não querem saber, vamos supor, eu caí com tráfico, que eu tava numa cela com cinco, cinco que é roubo, acha que eu também vou entrar numa casa pra trabalhar, ou vou, se eu for pegar serviço numa loja, alguma coisa, vão achar que eu vou roubar porque eu tava no meio delas. / Eles olham pra gente como se a gente fosse bicho, a gente é bem maltratado quando sai daqui, pela sociedade (Liliane).

No trecho acima, percebemos três grandes fatores considerados pelas detentas: (a) a diferença (que a sociedade não faz) entre ser traficante e ser ladra; (b) a discriminação contra a presidiária: “eles olham pra gente como se a gente fosse bicho”; (c) a discriminação social gerada pelo estigma de ex-presidiária: “a gente é bem maltratado quando sai daqui pela sociedade”.

Essas representações de que a sociedade é injusta, preconceituosa e não dá oportunidades para quem esteve preso geram identidades desfavoráveis, que levam ao descrédito: ao sair da prisão ela será ex-presidiária, discriminada pela sociedade, não terá oportunidades para reingressar e ser aceita socialmente:

Já me senti muito discriminada. Foi quando eu fui trabalhar na Casa São Paulo. Foram procurar minha antecedência, viram que eu era uma ex-presidiária. / Foi uma época assim que eu me senti lá embaixo, ele saiu me acompanhando chamou o segurança, saí pela porta do fundo da garagem, não saí pela frente, que é o lugar da gente sair certo. / Eu acho assim que foi a discriminação muito assim que eu tive nessa parte de ser ex-presidiária, é o que a gente vai esperar na rua, é isso, infelizmente é isso que a gente leva da sociedade uma hora (Dona Nanci).

Há um descompasso entre o que a sociedade pensa sobre elas e a identidade que elas constroem de si, mas, infelizmente é mais fácil suas ações serem influenciadas negativamente pelo rótulo e pelo estigma de serem ex-presidiárias e “criminosas”:

Porque se quiser mudança, é só mudando, porque ao contrário, sempre continua no erro, sempre, porque todo momento você tá ali, **você tá sendo negada**, você bate na porta, você:: bate a porta na sua cara, você entedeu? Então:: aí o que acontece? É onde volta fazer coisas erradas. Então eu acho que, quando a gente sai pra fora, a gente tem que mudar, porque a sociedade não aceita, tem muitas pessoas que não aceitam, discrimina. (Liliane) (grifo nosso).

Nesta relação conflituosa entre indivíduo e sociedade, infelizmente o que se reforça é a identidade socialmente construída, o que gera conseqüências desastrosas para a vida dessas mulheres, como baixa auto-estima, frustrações, revoltas, sentimento de exclusão, que somados a fatores de ordem econômica, como necessidade financeira e falta de oportunidade no mercado de trabalho, dá um resultado negativo – a reincidência. Essa realidade é mostrada em números: das mulheres que se encontram reclusas, quatorze são reincidentes.

Neste momento, consideramos importante retomar o conceito de que a diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Entretanto, há uma série de processos que podem traduzir essa diferenciação, marcados pela presença do poder: incluir/excluir “estas mulheres são sociais, aquelas são anti-sociais”; demarcar fronteiras “nós” e “elas”; classificar “mulheres boas e mulheres más”; normalizar “nós somos normais; elas são anormais”. Ou seja, não é uma relação simétrica, e elas mesmas se inserem no pólo que recebe carga negativa, provavelmente pelas interações sociais experienciadas na sociedade e no presídio.

É possível observar que elas enfatizam freqüentemente a idéia de que “não são bichos”. Muitas reclamaram de serem comparadas a animais, como é o caso de Silvana, e há até quem expresse uma certa “internalização” desta identidade, como mostra a fala de Rosa, a seguir:

pensam que nós somos bicho. / Mas não é porque a gente tá aqui que a gente é um bicho de sete cabeças que não é (Silvana).

Um lugar fechado com um monte de grade, muro, você vê assim, um monte de grade assim, trancado igual um bicho, eu me sinto assim, igual um bicho trancado, porque a última vez que eu vi lá o mundo lá fora foi o dia que eu fui assinar minha condena, não vi mais (Rosa).



De acordo com esses depoimentos, percebe-se que após serem libertadas das grades, continuam aprisionadas pelo estigma social, por isso consideram difícil o retorno à sociedade, principalmente em relação ao trabalho considerado “honesto”, pois para não sofrer discriminação, serem humilhadas ou negadas, voltam-se às “facilidades” do mundo do crime.

Esta perda de identidade com significação social faz surgir uma identidade mais próxima do processo de marginalização. Por isso, na visão das participantes, a prisão não recupera ninguém; em vez disso produz identidades reincidentes geradas pelo preconceito da sociedade e intensificadas pela experiência na prisão. Para Silvana, a presa “sempre sai pior. 80% pra pior e 20 % para melhor”, pois a falta de projetos voltados à reabilitação da interna contribui com a falta de expectativas para o futuro e, ao mesmo tempo, para o reingresso em práticas desviantes.

Para as participantes, a experiência no contexto prisional é vista de forma negativa. Por isso, a reincidência tem mais chances de ocorrer. A não ocorrência da reincidência depende do esforço individual em querer abandonar a criminalidade, e o esforço individual encontra suas fraquezas em situações desfavoráveis, em suas expectativas inseguras, em seus medos:

eu não quero mesmo mais fazer coisa errada, mas se eu me ver apurada eu vou fazer, eu sei que eu vou fazer ( ) é difícil, é muito difícil a gente falar que vai parar e parar e é por isso que se encontra muita mulher presa, muita menina nova né, presa por isso. Elas tão no mundo do crime vem e prende e puxa um tempo de cadeia, sai pra rua, daí sai sem aquilo que perdeu né, porque as vezes tinha a casa montadinha, alguma coisinha, não tem mais nada daquilo, sai com a roupa que tá dentro da cadeia, sai sem nada, então chega lá na rua, ela olha prum lado e pro outro “meu Deus, onde que eu vou?” “eu não tenho uma roupa boa pra mim vestir”, é onde que vai pra vida do crime de novo. É difícil, não é fácil. (Dona Nanci)

parece, assim, que faz tanto tempo que eu estou aqui dentro que parece que eu não sei como que eu vou fazer lá fora. Eu passo o tempo todo preocupada como vou fazer lá fora, que as outras falam assim que quando vai presa a gente não consegue trabalho, a gente fica suja na sociedade, então eu me preocupo muito com isso (Lúcia).

Dona Nanci demonstra a dificuldade vivenciada por ex-presidiárias de se afastar do comportamento desviante e Lúcia reflete a preocupação da maioria com o estigma e com o preconceito. Elas temem o *processo* de interação entre desviantes e não-desviantes, mencionado pela teoria da rotulação. Seus pensamentos são permeados de inseguranças, incertezas, medos em relação ao futuro extra-muro e em relação ao que encontrará lá fora e de como a sociedade as receberá.

No caso de Lúcia, o medo é maior pelo fato de estar presa pela primeira vez e ser ouvinte das experiências vivenciadas por suas colegas de cela. “a identidade é

necessariamente incompleta, interminável – é o sujeito em processo, e construída na e através da linguagem” (MOITA LOPES, 2002). É na interação verbal que as pessoas se tornam conscientes de quem são; elas constroem suas identidades sociais ao agir no mundo por intermédio da linguagem.

Mas enquanto estão reclusas, qual será a relação da prisão, enquanto instituição, na constituição da identidade dessas mulheres? De acordo com suas representações, a prisão é um lugar onde não há nada para se fazer, “a não ser ficar uma olhando pra cara da outra”, como afirmou Josiani. Por isso, uma das formas que encontraram para passar o tempo é através do artesanato:

aqui dentro, o que eu puder fazer eu faço pra poder dar pra elas sabe, o dinheiro que eu ganho eu dou tudo pra elas, o crochê que faço eu dou tudo pra elas sabe, então tenho orgulho, dou um tapete pra uma, uma coisa pra outra, pra manter aquele amor (Dona Nanci).

Eu passo a maior parte do tempo fazendo crochê. Eu faço tapete, meu marido leva pra fora pra vender (Lúcia).

eu faço crochê (.) umas fazem carta de metro, outra faz o desenho, umas não fazem nada, ficam assim conversando, umas são manicuras (Silvana).

Ao construírem identidades de artesãs, elas fazem tapetes de barbante, crochê e trabalhos artesanais, como forma de passar o tempo e obter alguma renda com a venda de seus trabalhos. É certo que conviver em uma prisão é se adequar a novas formas de viver, visto que este ambiente é muito diferente do mundo externo, onde as ações são voltadas para a produção, o trabalho e o consumo. Por isso, acreditamos que estão em conflito de identidade, uma vez que elas não têm atividades, muito menos atividade remunerada.

Uma outra identidade também surge neste contexto prisional: a de escrevente. A necessidade de encontrar uma ocupação para passar o tempo, o desejo de desabafar, a saudade e a necessidade de interagir com os amigos, namorados, companheiros, filhos e familiares são os principais motivos que as fazem escrever muitas cartas:

a maioria das atividades que tem aqui é escrever, acho que o que as mulheres mais fazem aqui dentro é escrever, escrever o problema que está passando, que não tá (Liliane).

Tem umas ali que não sei como agüentam, é o dia inteiro com caneta e papel na mão, o dia inteiro escreve, a única coisa que sabe fazer né? Escrever, então fica lá, o dia inteiro escrevendo (Dona Nanci).

Escrevo que eu tô com saudade, que eu gosto muito, como que eu tô aqui, esse tipo de coisa, eles escrevem pra mim e eu escrevo respondendo. Escrevem que tão com

saudade, contam novidade que tá acontecendo com eles, assim que:: sempre alguma amiga escreve, porque na rua eu conversava muito, dava conselho, daí ela escreve “ah, briguei com meu namorado” “briguei com meu marido” por causa disso, disso e disso, daí eu escrevo de volta “ah, tem que ter paciência” (Taís)

Podemos relacionar a prática escrita do presídio feminino com a carência, com o sentimento, com a saudade, com a afeição, com a necessidade dessas mulheres em se comunicar com quem amam. A escrita, considerada um importante meio de comunicação com o mundo, tem papel fundamental para a constituição e, ao mesmo tempo, manutenção das identidades dessas mulheres, no sentido de ajudá-las a manter o contato com o mundo externo, a manter o laço afetivo e continuar desempenhando sua identidade de mãe, de filha, de amiga, de mulher.

Por isso, a escrita adquire uma função social em suas vidas e contribui para o bem-estar que sentem quando recebem a carta de alguém ou quando utilizam a escrita para se expressar ou desabafar, podendo deixar um pouco de suas angústias em um pedaço de papel.

Além de poderem se expressar, há quem utilize a escrita como uma forma de trabalho. Rebeca, uma das internas, confecciona cartas de metro e cobra por número de folhas. Geralmente, quando suas colegas de cela querem presentear alguém com uma mensagem, com um texto, encomendam a carta, que é escrita por Rebeca e ilustrada por Eliene. A seguir apresentamos um trecho de uma das cartas escritas por Rebeca:

“Que barra” numa cela, hoje me encontro, restrita a liberdade, pagando por um erro que cometi. Me tiraram o direito de ir e vir. Mas, sou livre para pensar, livre para lembrar, livre para sonhar... E agradeço a você, é você mesmo; que está lendo esta mensagem agora, pois, você, mesmo sem querer me concedeu uma “pitada” de liberdade, estou livre para dizer a você o que penso... (Rebeca)

É um exemplo de que esta situação de exclusão e a necessidade podem levar à busca por novas atividades. Por isso, na prisão, tornam-se escreventes em potencial, pois a escrita faz com que se sintam parte da sociedade, é a representação de sua existência e de sua subjetividade enquanto mulher, que está em uma prisão, mas que ainda tem o que dizer e o que expressar, em especial para os familiares.

No caso de Rebeca, além de a escrita ser um trabalho e um meio de obter algum dinheiro, percebemos através da leitura de suas cartas, que a linguagem é uma forma de libertação, é uma maneira que ela encontrou para desabafar, reclamar, extravasar seus pensamentos, medos e receios. A escrita é um instrumento de fuga de sua atual realidade, contribuindo para amenizar os sentimentos ruins em virtude da reclusão. Provavelmente, Rebeca é a mais livre das mulheres do presídio. Ela “está presa”, ela “não é presa”.

Em relação ao hábito da leitura, há algumas participantes que responderam praticar a leitura da bíblia, das cartas, de livros e revistas. Entretanto, foi possível perceber que a leitura é deixada de lado pela maioria. Em um primeiro olhar, este fato pode ser considerado incoerente com o tempo que elas têm de poderem se dedicar a um bom livro de literatura, a jornais e revistas, pela curiosidade de informações sobre o que está acontecendo do lado de fora, etc. Mas, ao contrário do que diz o senso comum, não sentem a leitura como forma de se libertarem (ler é viajar), de se afastarem daquele contexto (ler é imaginar).

Esta ausência de leitoras no presídio pode estar vinculada a diversos motivos: baixo grau de escolaridade, que pode influenciar na compreensão, interpretação e até mesmo na decodificação de um texto; a ausência do hábito da leitura em suas vidas; ausência de leitores mediadores no presídio, que poderiam instigar e mediar a leitura; e a falta de motivação para esta prática, pois elas não percebem nenhuma função social para leitura.

Através das análises realizadas até o momento, foi possível observar que a prisão pode (re)constituir, (re)construir, transformar e marcar as representações e identidades sociais das pessoas que nela estão inseridas. Geralmente, as identidades são marcadas com um traço negativo, doloroso e triste. Mas, quando se referem aos seus projetos futuros, as mulheres que estão encarceradas tentam constituir uma identidade idealizada na esperança e fé na vida. Acreditar é o primeiro passo, segundo elas:

Pretendo acho que vim morar aqui em Maringá. / Arrumar um serviço que é o que eu quero. / Ah meus filhos continuarem estudando, que uma coisa que eu não quero pra eles é que eles parem de estudar. / Eu vou tentar voltar a estudar novamente, o meu sonho é fazer faculdade. O meu sonho é fazer Direito ainda e eu vou correr atrás dele (Paula).

Quero começar a construir de novo a minha fábrica, que é uma coisa que eu posso trabalhar na minha casa, eu posso dar emprego pra alguém e posso amanhã ou depois ser alguém na vida sem estar mexendo com coisa errada, tudo o que eu quero é fazer isso (Dona Nanci).

Em primeiro lugar, eu quero casar com meu esposo, que nós não somos casados, depois eu quero ser batizada na igreja crente, fazer minha cirurgia e arrumar um trabalho (Lúcia).

Quem teve preso tá precisando de ajuda, de algum trabalho. / Eu quero pedir pra ele (juiz) me ajudar, pra ver se eu consigo um emprego, e eu sou uma pessoa assim que eu vou muito atrás do que eu quero e se eu me dei bem vendendo droga, eu posso me dar bem vendendo outra coisa (Taís).

Quando eu sair daqui eu quero arrumar um trabalho, arrumar minha casa, comprar meus móveis tudo de novo, que eu perdi, conseguir meu filho de novo e começar uma nova vida, é isso que eu quero (Josiani).

Eu tenho fé em Deus que logo tô indo embora pra cuidar do meu filho (Rosa).

Eu pretendo trabalhar honestamente, porque eu já trabalhava honestamente antes, cuidar da minha vida. / Eu ainda pretendo fazer mais dois anos de estudo e fazer enfermagem (Silvana).

Quero fazer uma faculdade de gastronomia e trabalhar com meu cunhado, que é administrador de empresa, ele quer que eu trabalhe com ele na empresa dele e eu vou trabalhar, trilhar novos caminhos pra minha vida (Julia).

Pretendo mudar (.) mudar bastante, cuidar da minha filha, do meu vô (Graciela).

Quando eu sair daqui eu vou voltar a morar com a minha mãe, porque eu perdi tudo, eu quero construir tudo de novo, quero arrumar um emprego decente, quero fazer um curso, quero continuar meus estudos, quero ter a minha casa, dar uma vida melhor pros meus filhos, é isso que eu penso hoje, mostrar pra eles que tudo isso que eu passei, não quero que eles passem jamais na vida deles (Liliane).

Essas declarações parecem mostrar as representações de felicidade ou de vida “normal” para essas mulheres. Embora esteja em descompasso com as representações negativas que elas possuem da sociedade e do que podem encontrar depois que as grades da prisão forem abertas, há em seus planos a esperança de que tudo pode ser diferente. Seus sonhos, baseados em representações hegemônicas, são construídos a partir de identidades e construções sociais aceitas e reconhecidas pela sociedade, da identidade de pessoa que cometeu ato desviante e que se compromete a mudar e trilhar o caminho do bem, do socialmente valorizado: cuidar dos filhos, cuidar da casa, constituir família, trabalhar, mudar de vida, se afastar do mundo do crime, estudar, fazer faculdade. Talvez algumas esbarrem em suas próprias representações, aquelas negativas, mas esperamos que muitas consigam “trilhar novos caminhos”.

Por meio desta análise, procuramos demonstrar que através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como sujeitos: homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que nunca está finalizado ou completo. Conforme foi apresentado, a atividade representativa faz parte da luta ao nível do imaginário e do simbólico pelo poder de atribuição de determinados sentidos às coisas, aos fatos sociais, ao mundo (ANDRADE, 2000). Desse modo, analisando as representações sociais, é possível identificar as identidades sociais negociadas, desejadas e/ou negadas pelas pessoas, ou até mesmo possíveis conflitos de identidade.

Enfim, as mulheres que estão em conflito com a lei reafirmam representações e identidades de gênero muitas vezes hegemônicas, o que gera conflitos de identidade a partir

de suas realidades culturais, decorrentes de sua classe social, de sua estrutura familiar, de sua baixa escolaridade e do estigma de presidiárias.

### **5.3 Letramento na prisão: sinônimo de reinserção**

Todas as pessoas têm direito à educação (...).  
A educação deve visar o desenvolvimento  
pleno da personalidade humana e o reforço do respeito  
dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais.  
(Declaração universal dos Direitos do Homem — art. 26)

Segundo dados do Ministério da Justiça (MJ), 70% da população carcerária não possui o ensino fundamental completo e só 18% dos presos realizam atividades educacionais. No presídio de Maringá, esta realidade não é muito diferente. O grau de escolaridade é baixo, muitas abandonaram a escola ou não tiveram acesso a ela, por motivos diversos.

Dentro desse fracasso, que não é só escolar, mas também social e político, há um número significativo de pessoas que nunca tiveram a oportunidade de se apropriarem dos saberes relacionados à escrita, ou pessoas que não dominam suficientemente a escrita de forma a fazer face às exigências mínimas requeridas pela vida profissional, social, cultural e pessoal (SIGNORINI, 1994). Esses indivíduos sofrem com o preconceito da sociedade, que considera e valoriza apenas o saber escolar. Esta ideologia, que valoriza uma língua padrão e o saber institucionalizado, e que produz o mito do letramento, tem produzido conseqüências trágicas para os grupos sociais que não pertencem à classe dominante.

Entendemos então que, quando um número significativo de brasileiros fica à margem do mundo letrado e essas pessoas são impedidas de se constituírem enquanto sujeitos socialmente valorizados, há que se considerar, também, a exclusão social, um processo nem sempre evidente, mas presente dentro e fora da escola. Se, somados a todos estes problemas, a pessoa for presidiária, ela se verá duplamente excluída da sociedade.

Como já vimos, as participantes da pesquisa consideram o letramento um passaporte para um futuro feliz e para a sua aceitação na sociedade. Sabemos que o letramento não é garantia de sucesso, mas também não deixa de ser um instrumento a mais para quem tem a intenção e a vontade, muitas vezes o sonho, de melhorar um pouco sua vida.

Durante o trabalho de campo, pudemos constatar que no presídio não há nenhum tipo de curso profissionalizante e nenhum trabalho direcionado ao ensino das mulheres e nem dos homens, devido à estrutura física da instituição: falta de espaço e superlotação.

Isto se torna preocupante na medida em que refletimos sobre algumas representações e identidades reconstruídas neste ambiente prisional, principalmente, as representações de prisão e sociedade, que ajudam a construir estigmas que contribuem para a reincidência.

Para as mulheres que se encontram reclusas, a instituição não oferece nenhuma atividade laboral, recreativa ou educativa. E a ociosidade contribui com a falta de expectativas para o futuro e para o reingresso em práticas desviantes.

Estas condições apontam para a noção de que o sistema prisional não está direcionado para o que deveria ser um de seus maiores objetivos: a reinserção e a reabilitação das pessoas que nela estão.

Neste sentido, consideramos que o desenvolvimento de projetos relacionados à educação, à escrita e à leitura podem ajudar as pessoas que estão detidas a serem reinseridas socialmente.

Estes projetos devem ser adequados a cada instituição, espaço, tempo e história de cada pessoa. No contexto no qual realizamos esta pesquisa, o presídio feminino de Maringá, há presas que cumprem pena durante longo tempo e outras que permanecem apenas alguns dias ou meses; mesmo assim, há problemas sociais comuns. Os dados sobre representação e identidade revelaram que um dos problemas sociais comuns está relacionado à desmotivação para a leitura, à falta de expectativas e à baixa auto-estima, geradas pela pobreza ou dependência afetiva e financeira.

A longo prazo, poderia se pensar em programas de letramento que dessem sentido à aprendizagem da leitura e da escrita. Poderiam ser realizados vários projetos voltados à reinserção dessas mulheres, a partir da educação não formal, na qual mediadores poderiam trabalhar a leitura e a escrita, através de uma concepção de letramento em termos de prática e eventos sociais, priorizando aspectos sociais da escrita e, conseqüentemente, de suas vidas, e desenvolver atividades com o letramento voltadas às representações dessas mulheres e aos conflitos de identidade pelos quais estão passando. Por outro lado, seria interessante também pensar em programas que privilegiassem a profissionalização das mulheres, a fim de que elas pudessem pleitear posteriormente um trabalho na sociedade.

Dentro da perspectiva do letramento, poderiam ser desenvolvidos projetos para incentivar e desenvolver a leitura dentro do presídio, como forma de prazer e de produção de sentidos, distanciando a idéia de que o ato de ler esteja relacionado apenas à decodificação e coleta de informações de um texto. Este objetivo poderia ser alcançado a partir da leitura e mediação de diferentes gêneros textuais, inclusive o literário, proporcionando o contato com outras histórias reais ou fictícias. Neste sentido, há várias leituras que seriam interessantes,

como por exemplo: “Memórias do cárcere”, “Cela forte mulher”, contos, poesias, textos produzidos por outras presidiárias veiculados na internet, textos produzidos pelos internos da Penitenciária Estadual de Maringá em razão de um projeto coordenado pela Profa. Dra. Alice Aurea Penteado Martha, entre outros.

Estas leituras, através da mediação de professores, por exemplo, poderiam ser trabalhadas concomitantemente com a escrita, buscando possíveis formas de libertação, através da produção de textos, como poesias e narrativas, que permitissem às mulheres extravasarem suas angústias, seus problemas, medos e dilemas. O trecho abaixo, retirado da carta de Rebeca, ilustra bem o poder que a linguagem escrita tem ao propiciar o sentimento de liberdade, mesmo em condições de reclusão:

Me tiraram o direito de ir e vir. Mas, sou livre para pensar, livre para relembrar, livre para sonhar... E agradeço a você, é você mesmo; que está lendo esta mensagem agora, pois, você mesmo sem querer me concedeu uma “pitada” de liberdade, estou livre para dizer a você o que penso... (Rebeca)

Sem dúvida, Rebeca é mais livre do que as outras detentas, pois extravasa, em palavras escritas, o que sente. Seu corpo está recluso em uma instituição, mas consegue libertar suas idéias e pensamentos das grades da prisão, através de suas cartas.

Entendemos que projetos envolvendo a escrita e a leitura nos processos de constituição e re-significação identitária poderiam ser bastante frutíferos e encontrar sua importância ao dar condições para que o indivíduo possa inserir-se dignamente em uma sociedade letrada.

São múltiplas as possibilidades a serem desenvolvidas no presídio. Por isso, visando o bem-estar e a ampliação de condições de recuperação e reinserção dessas mulheres, outras atividades, como o canto, a pintura, o teatro, poderiam ser implantadas para proporcionar situações e momentos de reflexão sobre diversos temas que permeiam suas vidas, como, por exemplo: a) a mulher na sociedade; (condição da mulher nos dias atuais, o universo feminino: mãe, esposa, profissional, visão sobre a mulher em outras culturas, valorização da feminilidade, importância da mulher na sociedade); b) violência contra a mulher; c) saúde da mulher; d) relacionamentos pessoais com os filhos, com o parceiro, com a família, com as amigas; e) vício e tráfico de drogas no Brasil e no mundo (a função de “mula”); f) sociedade, prisão e preconceito (condição da mulher presidiária e ex-presidiária, estigma, exclusão social); g) projetos futuros.

As formas de se abordar estes temas também são múltiplas e poderiam ser realizadas através da discussão e reflexão de novelas, de filmes (Carandiru, Cidade de Deus, Bicho de sete cabeças, As horas, Olga, Nunca mais, Cidade do silêncio, Crash - no limite, Meu nome



não é Johnny); de músicas (Amélia, Mulher (Erasmus Carlos), Mulheres de Atenas (Chico Buarque), Tente outra vez (Roberto Carlos/Titãs), Dias melhores (J. Quest), É preciso saber viver (Titãs)), de textos informativos, publicitários e literários.

Acreditamos que através da ação social e da parceria com Universidades, profissionais, professores e estudantes de diversas áreas, como Letras, Pedagogia, Direito, Psicologia, Enfermagem, Medicina, por exemplo, muitos projetos no presídio feminino poderiam ser viabilizados. Esta parceria pode ser encarada como positiva não só para as mulheres detentas, mas também para os profissionais e estudantes que disponibilizarão seus conhecimentos em prol da cidadania.

A força do discurso e da linguagem, que, como já vimos, cria representações e identidades hegemônicas, através das quais a sociedade oprime traços identitários de grupos sociais, principalmente de grupos economicamente excluídos, também pode ser uma forma de ação social positiva na vida dessas pessoas que estão reclusas. Entendemos que o discurso tem uma natureza constitutiva e mediadora, não somente reflete ou representa as relações sociais, ele as constrói ou as constitui. Ao mesmo tempo, o discurso também pode ser percebido como um instrumento por meio do qual mediamos nossa ação no mundo, no processo de tornar o significado compreensível para o outro (MOITA LOPES, 2002).

É a partir da perspectiva de tornar o significado compreensível para o outro, que poderiam ser desenvolvidos projetos voltados ao resgate da leitura e da escrita, através da motivação e adequação desta prática a uma função social dentro do presídio. Entre as representações sociais, a nossa visão de mundo e as nossas práticas sociais, se interpõem uma série de mediações ou situações que constroem práticas novas. Neste sentido, acreditamos que a prisão não deva ser espaço onde as pessoas são marcadas pelo estigma de presidiárias, mas deve ser um espaço voltado para a reabilitação e reinserção social, por meio de atividades planejadas para cada grupo social. Ou seja, um espaço para a aplicação da inclusão e não da exclusão, através de uma escrita que possa ser percebida como constituinte de suas vidas e não como um traço que é de um grupo social privilegiado e que precisa ser adquirido para “ser alguém na vida”. Elas estão passando por processos de re-significação de algumas representações sociais e conflitos de identidade, os quais precisariam ser trabalhados não para impor-lhes as representações hegemônicas, mas no sentido de torná-las mais conscientes de quais são suas representações e identidades e de que formas as oprimem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Uma mulher que merece viver e amar  
Como outra qualquer do planeta  
Maria, Maria É o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas agüenta  
Mas é preciso ter força  
É preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria Mistura a dor e a alegria  
Mas é preciso ter manha  
É preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé na vida”  
(Milton Nascimento - Fernando Brant)*

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo principal analisar as representações sociais acerca do gênero feminino apresentadas por mulheres encarceradas em um presídio de Maringá. Buscamos identificar suas representações e identidades sociais para, a partir desse estudo do tipo etnográfico, pensar em formas de trabalho, com a escrita, por exemplo, que possam contribuir com a reinserção dessas mulheres na sociedade. Para alcançarmos nosso objetivo, este estudo procurou responder a algumas perguntas de pesquisa, as quais retomamos a seguir.

Primeiramente, ao refletirmos sobre suas representações sociais acerca da mulher percebemos que existe uma forma conflitante para definir o gênero social. Nas entrevistas, constata-se que há a reprodução do discurso que ora define a mulher como superior ao homem, mais capaz e independente; ora define a mulher como igual ao homem; ora a mulher é considerada inferior, submissa e obediente.

Esta forma conflitante deve-se ao fato de que dentro da sociedade moderna, existem simultaneamente práticas sociais desiguais, fortemente marcadas pelo patriarcalismo e, ao mesmo tempo, práticas sociais nas quais a mulher consegue se desvencilhar de características que as tornam inferiores ou desiguais. Elas, no entanto, procuram destacar uma representação social de mulher que se centra mais em características positivas: moderna, forte, guerreira, batalhadora, fiel, na tentativa de construir uma subjetividade autônoma e se afastar da figura de mulher sedimentada pelo patriarcalismo.

Essa re-significação do gênero está acontecendo a partir das práticas sociais vivenciadas no presídio, o qual avaliam de maneira negativa em relação ao processo de recuperação. Para elas, a ociosidade existente na instituição contribui para a falta de expectativa para o futuro e para o reingresso em práticas desviantes. A prisão não está cumprindo o seu papel de reinserção social; mas está penalizando e castigando. Ao contrário da recuperação, a prisão está devolvendo a pessoa para a sociedade com o estigma de ex-presidiária.

Outra asserção que os dados permitiram levantar é que a escrita cumpre uma função social no dia a dia dessas mulheres. Após sua entrada na prisão, as mulheres reclusas passaram a considerar a escrita um importante meio de comunicação com o mundo externo, pois o fato de estarem excluídas da sociedade faz com essa forma de linguagem torne-se um instrumento de interação social essencial.

Dessa forma, a escrita na prisão ganhou novos significados, novas representações, em relação ao que representava externamente, e passa a ser fundamental neste contexto de reclusão, pois contribui para a sobrevivência emocional, econômica de algumas e para manutenção do vínculo familiar das detentas. Além disso, a escrita tornou-se uma forma de libertação, pois permite que as detentas desabafem e extravasem seus pensamentos, fujam mentalmente de sua atual realidade e amenizem os sentimentos ruins gerados pela reclusão.

Infelizmente, pudemos constatar que o conhecimento socialmente vivenciado antes de entrarem no presídio, somado ao conhecimento socialmente compartilhado umas com as outras através da interação e trocas de experiências, constrói uma representação predominantemente negativa em relação à sociedade e às pessoas em geral. Para as participantes, a sociedade discrimina a presa e a ex-presidiária, não dá oportunidade no mercado de trabalho e rotula todas as pessoas que estão em um presídio da mesma forma, como bandidas, ladras e perigosas, e, para elas, o que fizeram, ao serem reclusas, era trabalho. Sendo assim, as mulheres não esperam nada de positivo da sociedade, que consideram excludente.

Por isso, a representação social de si é realizada a partir da tentativa de desconstruir este rótulo, o que evidencia os descompassos e conflitos resultantes das representações hegemônicas da sociedade e as construções sociais dessas mulheres.

Em síntese, observamos que, por um lado, as participantes da pesquisa reafirmam uma representação de gênero hegemônica e, por outro, essa representação significa conflitos com as representações construídas a partir de suas realidades, culturas, marcadas por serem de classe baixa, oriundas de famílias desestruturadas, com pouca escolaridade. Além disso, elas

estão re-significando as representações de presa, de prisão e de tempo, a partir da sua inserção na cultura prisional.

Também era nosso objetivo refletir sobre as identidades constituídas a partir das representações de gênero apresentadas por essas mulheres que estão em regime de cárcere. Em busca de respostas, ficou claro para nós que a condição de mulher presidiária gera conflitos de identidade. Elas (re)constroem suas identidades, a partir de práticas sociais existentes no presídio, contexto no qual estão inseridas, mas também procuram manter suas identidades de mãe, de mulher, de filha, vinculadas a sua vida fora da instituição carcerária. Entretanto, mesmo que procurem manter certas identidades, a instituição penal colabora para a perda de certos “papéis”, ocorrendo uma des-significação social, na medida em que ela não é mais uma mulher que convive diariamente com os filhos e com a família, e nem uma mulher que atua profissionalmente, pois está excluída do convívio com a sociedade, o que gera conflitos de identidades e intensifica a característica de fragmentação e contradição nas identidades.

Em relação à identidade de mulher, as participantes procuram desfazer o processo no qual a mulher é desvalorizada, invertendo o sentido comumente empregado pela oposição binária na qual o homem é o padrão valorizado. Neste sentido, ocorre a constituição da identidade de mulher pela diferença com o homem, mas, neste caso, a mulher é valorizada e o homem desvalorizado.

Mas esta identidade pode ser considerada contraditória visto que, ao mesmo tempo em que se constitui enquanto mulher moderna, mais capaz que o homem, atuante no mercado de trabalho, forte, competente, capaz, guerreira é, também, uma mulher submissa, comandada pelo homem, vítima de sua influência no tráfico e desprezada por seu amor.

Também podemos afirmar que, a partir de sua entrada na prisão e do convívio e interação com suas colegas de cela, suas identidades e representações em torno da mulher presidiária foram reconstruídas. A imagem de mulher presidiária, como sendo perigosa, bandida, ladra foi desconstruída e suas identidades foram constituídas a partir da negação desta representação, dando lugar a identidades de mulheres que traficam por necessidade econômica, vício, discriminação, influência masculina, falta de oportunidades, e por serem vítimas do sistema capitalista e patriarcal.

De acordo com seus depoimentos, percebemos que, após serem libertadas das grades, continuarão aprisionadas pelo estigma social, por isso consideram difícil o retorno à sociedade. A baixa auto-estima, frustrações, revoltas, sentimento de exclusão, somados a fatores de ordem econômica, como necessidade financeira e falta de oportunidade no mercado

de trabalho, constroem uma identidade mais fortemente relacionada à reincidência e à marginalização.

Essas foram as identidades que os dados revelaram de forma mais reiterada. Além disso, gostaríamos de pontuar que a prisão está (re)constituindo, (re)construindo, transformando e marcando as representações e identidades sociais das pessoas que nela estão inseridas.

Quando se referem aos seus projetos futuros, as mulheres que estão encarceradas tentam constituir uma identidade marcada pela esperança e fé. Trabalhar, cuidar dos filhos, estudar, recomeçar a viver, mudar de cidade, se afastar do mundo do crime. Elas sabem que a volta à sociedade não será fácil, mas são mulheres que merecem ter sonhos, merecem “viver e amar como outra qualquer do planeta”.

Acreditamos que a prisão não deva ser espaço onde as pessoas são marcadas pelo estigma de presidiárias, mas deva constituir-se em um espaço voltado para a reabilitação e reinserção social, através de atividades planejadas para cada grupo social.

E, ao ter oportunidade de conhecer essas mulheres que muitas vezes “não vivem, apenas agüentam”, refletimos, a partir de suas representações e identidades, sobre possíveis propostas de letramento ou atividades que pudessem contribuir e favorecer a reinserção dessas mulheres na sociedade. A nosso ver, poderiam ser desenvolvidos projetos voltados ao resgate da leitura e da escrita, por meio da motivação e adequação desta prática a várias funções sociais dentro do presídio. Poderiam ser realizados vários projetos voltados à reinserção dessas mulheres, a partir da educação não formal, na qual mediadores poderiam trabalhar a leitura e a escrita, através de uma concepção de letramento em termos de prática e eventos sociais, priorizando aspectos sociais de suas vidas, dando condições para que as mulheres que estão reclusas, no presídio feminino de Maringá, possam inserir-se dignamente, em uma sociedade letrada.

Em termos de pesquisa, para a maioria das pessoas, trabalhos como este podem parecer que estão na defesa de pessoas criminosas, que cometem vários crimes, roubam, traficam, matam. Sim, há histórias permeadas de violência, que geram frases do tipo: “se bandido fosse bom não tava preso”, “bandido bom é bandido morto”, “tem que apodrecer na cadeia”

Mas será que tratar a violência com violência é o caminho? Pelo menos, até agora, a resposta é não. Acreditamos que pesquisas como esta não estão na defesa dos crimes, mas das pessoas, do ser humano que também é vítima de todas as formas de desigualdades sociais.

Durante a caminhada, na realização do trabalho de campo, nos deparamos com diversas situações, que nos emocionaram, nos decepcionaram, nos chocaram, nos fizeram rir e chorar. Foi um grande aprendizado, que reconstruiu nossas próprias representações. Por isso, procuramos desmistificar representações sociais em relação à pessoa que está reclusa, através de um olhar que procurou ver além das grades.

Gostaríamos de finalizar este trabalho sem nenhuma conclusão, apenas com a vontade de abrir outras tantas discussões, outras possibilidades de abordar o tema sobre a mulher e a reclusão, oferecendo reflexões que levem a outros caminhos que possam ser trilhados por outros pesquisadores.

Terminamos expressando a nossa esperança de que temas e trabalhos como este possam contribuir com as transformações sociais de que o país tanto precisa, movidas pela mesma força, raça e gana de tantas mulheres que possuem a “estranha mania de ter fé na vida”.

## REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. 2 ed. Goiânia: AB, 2000.
- ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, Denise. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Aspectos teóricos e aplicações à educação. In: **Revista Em Aberto**, Brasília MEC-INEP, ano 14, nº 61, jan/mar. 1994, p. 60 a 78.
- ANDRADE, Maria Antônia Alonso de Andrade. A identidade como representação e a representação da identidade. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes. OLIVEIRA, Denise Cristina de. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª edição. Goiânia: AB, 2000.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, nº 117, São Paulo, novembro, 2002.
- ARRUDA, Ângela. Pesquisa em Representações Sociais: a produção em 2003. In: MENIN, Maria Suzana de Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes. (Org.). **Experiência e Representação Social – Questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.
- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1972.
- CARBONAR, Eny. **De minha cela vejo pássaros**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.
- CORRÊA, M. L. G. e Boch, F. (orgs.). **Ensino de língua: representação e letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- DELPHINO, Plínio. **Prisões de mulheres por tráfico crescem 76,1% este ano**. Diário de S.Paulo (2006). Disponível em [www.oglobo.com](http://www.oglobo.com). Acesso em 7 mar. 2008.
- DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. “Habitus” e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes. OLIVEIRA, Denise Cristina de. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª edição. Goiânia: AB, 2000.
- ERICKSON, F. Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In: WITTROCK, M. C. **La investigación de la enseñanza, II: metodos cualitativos y de observación**. Barcelona: Ediciones Pidós, 1989.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO, Adriana. **Tráfico de drogas lota cadeia feminina em Maringá**. Reportagem do Jornal O Diário do Norte do Paraná. 10/06/2007.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; SOUZA, Lídio. **Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais**. (2003). Disponível em: [pepsic.bvs-psi.org.br/scielo](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo), acesso em 10 dez. 2007.

GAMA, Ricardo Rodrigues. A prisão no Brasil. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 34 n. 136 out./dez. 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

GONÇALVES, Eliane. Por uma tensão criativa: fragmentos de uma discussão sobre gênero e teoria feminista. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 15, n. 7, p. 1201-1214, jul. 2005.

GILLY, Michel. As representações sociais no campo da educação. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara. 1988.

GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

PIEIDADE JÚNIOR, Heitor. “Reflexões sobre o Fracasso da Pena de Prisão”. In: **Revista do Conselho Nacional de Políticas Criminal e Penitenciária**. Vol. 1, nº 6, Brasília, jul./dez. 1995.



KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, Ângela B. Processos identitários na formação profissional. O professor como agente de letramento. In: Corrêa, M. L. G. e Boch, F. (orgs.). **Ensino de língua**: representação e letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

LIMA, 2007. **Mulher e criminalidade**. (2007). Disponível em [www.ultimainstancia.uol.com.br](http://www.ultimainstancia.uol.com.br), acesso em 7 mar. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARINER, Joanne. **O Brasil atrás das grades**. (1998) Disponível em: [www.hrw.org/portuguese/reports/presos/detentas.htm](http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/detentas.htm), acesso em 13 dez. 2007.

MASON, J. **Qualitative researching**. London: Sage, 1996.

MENIN, Maria Suzana de Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes. Educação e representação social: tendências de pesquisa na área – período de 2000 a 2003. In: MENIN, Maria Suzana de Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes. (Org.). **Experiência e Representação Social** – Questões teóricas e metodológicas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Contextos institucionais em Linguística Aplicada: novos rumos. In: **Intercâmbio**, Vol. 5, (3-14), (1996). Disponível em: [www.leffa.pro.br/textos/Moita\\_Lopes.pdf](http://www.leffa.pro.br/textos/Moita_Lopes.pdf). Acesso em 17 de abr. 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Identidades Fragmentadas**. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MOKI, Michelle Peixoto. **Representações sociais do trabalho carcerário feminino**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **As representações Sociais da psicanálise**, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997.

OSTERMANN, Ana Cristina. Comunidades de prática: gênero, trabalho e face. In: HEBERLE, Viviane Maria; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de

Carvalho. (Orgs.) **Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

PICÃO, Elis Graciele. **Regime Fechado** – Histórias de vida das detentas da 9ª Subdivisão Policial de Maringá – PR. Monografia/vídeo-documentário apresentados ao curso de jornalismo das Faculdades Alvorada, 2007.

RODRIGUES, Alan. **Tráfico** – vida de mula. Revista Isto é (2006). Disponível em: [www.terra.com.br/istoe/1904/brasil/1904\\_vida\\_de\\_mulher.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1904/brasil/1904_vida_de_mulher.htm), acesso em 7 mar. 2008.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação Social e Identidade. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes. OLIVEIRA, Denise Cristina de. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª edição. Goiânia: AB, 2000.

SIGNORINI, Inês. “A letra dá vida mas também pode matá”. In: *Leitura: teoria e prática*. (24) Associação de leitura do Brasil. Dezembro, 1994.

SIGNORINI, Inês. Letramento e (in) flexibilidade comunicativa. In: KLEIMAN, Ângela (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

SIGNORINI, Inês. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a Linguística Aplicada contemporânea. In: Luiz Paulo da Moita Lopes (org.) **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo, Parábola editorial, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 25, p. 5-17, 2004.

SOHIET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência** – mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Fátima; VERSIGNASSI, Alexandre. A cadeia como você nunca viu. **Revista Superinteressante**, Ed. 250, p. 54-65, Mar. 2008.

TFOUNI, Leda V. Letramento e alfabetização. São Paulo, Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

**SITES CONSULTADOS:**

[www.depen.gov.pr.br](http://www.depen.gov.pr.br)

[www.infopen.mj.gov.br](http://www.infopen.mj.gov.br)

## ANEXOS

## Anexo 1:

**Tabela com dados de trabalhos acadêmicos sobre mulheres encarceradas**

Ano	Título	Tipo	Autor(a)	Instituição
2001	“De volta ao exílio”. As Representações Sociais da reincidência penitenciária	Dissertação de Mestrado em Sociologia	Marisol de Paula Reis	UNB
2002	Creche no sistema penitenciário. Estudo sobre a situação da primeira infância nas unidades prisionais femininas brasileiras	Monografia de Especialização em Política Criminal e Penitenciária e Segurança Pública	Rosângela Peixoto Santa Rita	Univeridade do Rio de Janeiro – Escola de Governo do Distrito Federal
2003	Tecnologia educacional e inclusão digital para a reabilitação prisional	Tese de doutorado em Engenharia de Produção	Elaine Maria Luz Barth	UFSC
2005	Representações sociais do trabalho carcerário feminino	Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais	Michelle Peixoto Moki	UFSCar
2005	Creche na prisão feminina do Paraná – humanização da pena ou intensificação do controle social do Estado?	Dissertação de Mestrado em Sociologia	Silmara Aparecida Quintino	UFPR
2006	No ventre da cadeia. Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas	Tese de Doutorado em Psicologia	Neilza Alves Barreto	PUC-Rio

**Trabalhos na área da saúde**

2002	Pesquisa-ação com mulheres detentas sobre sexualidade, DST-AIDS e drogas	Dissertação de Mestrado	Annecy Tojeiro Giordani	teses.usp.br Unidade Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
2003	Violência sexual e a vulnerabilidade às IST-AIDS em mulheres detentas	Tese de Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica	Annecy Tojeiro Giordani	teses.usp.br Unidade Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
2005	Mulheres presidiárias: sobreviventes de um mundo de sofrimento, desassistência e privações	Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Ciências da Saúde	Gigliola Marcos Bernardo de Lima	Universidade Federal da Paraíba
2006	Estudo da vulnerabilidade à infecção pelo HIV em detentas da Penitenciária Feminina do Butantã	Tese de Doutorado	Leila Strazza de Azevedo	teses.usp.br

## Artigos

1998	A mulher presa e a mulher do preso – o resgate da identidade dentro de uma nova estrutura social	Artigo	Ângela Daou Paiva	Fac. Psic. F.M.U Psikhê
1998	Mulheres de um presídio feminino: o processo de construção da identidade e a contribuição do trabalho escolar	Artigo	Yara Nóbrega Toscano	Psicol. Ver; (4): 91-102, maio, 1998. (AINDA NÃO TIVE ACESSO)
2004	Vivendo atrás das grades: mulheres, Direitos Humanos e políticas públicas	Artigo	Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	Bahia Análise & Dados. Salvador, v. 14, n. 1, p. 185-196, jun.2004
2006	Intervenções Psicossociais no Sistema Carcerário Feminino	Artigo	Marcela Ataíde Guedes	Psicologia, Ciência e Profissão, 2006 (4), 558-569.
2006	Mulheres encarceradas em São Paulo: Saúde mental e religiosidade	Artigo	Paulo Augusto Costivelli de Moraes e Paulo Dalgarrondo	Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas
s/d	Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais	Artigo	Fernanda de Magalhães Dias Frinhani, Lídio de Souza	Psicologia: teoria e prática
s/d	Prisioneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades	Artigo	Rosalice Lopes	Centro Universitário de Santo André – UNIA. São Paulo.
s/d	A visita íntima no contexto dos direitos humanos: a concepção das reeducandas do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia	Artigo	Marli de Araújo Santos e outras	UFAL
s/d	Mulheres encarceradas: um olhar sobre o Centro de Ressocialização	Artigo	Camila de Lima Vedovello	UNESP

## LIVROS PUBLICADOS:

CESAR, Maria Auxiliadora. **Exílio da vida**: o cotidiano de mulheres presidiárias. Brasília: Thesaurus, 1996.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, Elça Mendonça de. **Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro** – o período das freiras (1942 – 1955). Rio de Janeiro: Pesquisa, 1983.

PRADO, Antônio Carlos. **Cela forte mulher**. São Paulo, Labortexto, 2003.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras. Vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

**Anexo 2:****Cartas de Rebeca****Liberdade**

Estamos navegando num barco cheio de grades; Procuramos uma ilha chamada Liberdade. Hoje somos “pássaros feridos” que, estamos nos recuperando para sairmos em busca da Felicidade...

Grades, concreto; amor, ódio, pensamentos...

Somos reféns do que literalmente sentimos;

Amamos e não somos correspondidos, nos prendemos a algo que não é pra ser como queremos.

São pensamentos que vem à tona e nos torna dependentes deles.

Somos detidos pela lei por falhas cometidas;

O que é liberdade?

É talvez sentir-se bem em todos os aspectos de nossas vidas? É talvez não estar num presídio, sem poder ir e vir na hora em que tivermos vontade?

É poder ter o que desejamos na hora em que queremos?

Não sei qual seria a resposta e você, saberia me responder?!

Somos jovens de uma geração que nos julgam incapazes de amar e tomarmos nossas próprias decisões, por isso amamos de uma maneira muito “loka”; porém real!

Somos livres para pensar no que bem entendermos; somos livres para escolher entre o bem e o mal e esta liberdade devemos unicamente à Deus...

Somos livres para enchermos a cára mesmo sabendo que a ressaca virá ao amanhecer.

Somos livres para bater de frente com qualquer ser humano e lhes impôr nossas opiniões, mas não somos livres para os obrigar a pensar e concordar com o que o impomos.

Liberdade, liberdade, liberdade.

Felizmente; uma moça chamada Princesa Isabel assinou a famosa lei Áurea; O que seria dos negros?

Graças a Deus nasci depois da ditadura militar;

“Que barra” numa cela, hoje me encontro, restrita a liberdade, pagando por um erro que cometi. Me tiraram o direito de ir e vir. Mas, sou livre para pensar, livre para lembrar, livre para sonhar...

E agradeço a você, é você mesmo; que está lendo esta mensagem agora, pois, você, mesmo sem querer me concedeu uma “pitada” de liberdade, estou livre para dizer a você o que penso...

Liberdade a todos os corações...

Liberdade aos encarcerados

Liberdade aos que estão doentes;

Liberdade ao pobre,

Liberdade ao menor e ao maior abandonado...

Liberdade ao pop ao rock ao rap, ao funk, ao sertanejo

Liberdade à poesia...

Liberdade ao amor

Liberdade para que a paz possa reinar no coração de todo ser humano!

Ass: alguém que está no aguardo da tão esperada Liberdade

## Mulher

À todas as mulheres que lutam e buscam no dia a dia sua liberdade de expressão.  
 “Nós fomos criadas para extinguirmos a solidão”...  
 “Eva” seu primeiro nome; ao passar dos anos; Marias, Joanas, Rebecas, Josefas, Suzanas,  
 Erikas, Jaquelines, Eduardas, Giselles, Robertas...  
 Dia após dia; aos poucos fomos conquistando nosso lugar, nosso espaço!  
 Dê símbolos sexuais até a senhora Presidente...  
 Para algumas dinheiro e fama, outras esquecidas sem grana.  
 No corre, corre do mundo estamos sujeitas a tudo e a mais um pouco...  
 Para quem não nasce em “berço de ouro” o sistema muda:  
 Correr atrás;  
 Arrumar emprego; tá difícil; volta amanhã!  
 A fome bate, os filhos choram; o desespero toma conta; o que fazer?  
 As ruas se tornam a opção.  
 Prostituição, roubo, tráfico, tudo aparenta ser fácil; engano! Tudo nesta vida tem um preço, no  
 primeiro erro, já era!  
 Entre processos, ansiedade, arrependimento;  
 “A condena”. O sistema carcerário, mulheres de todos os lados, sofredoras, guerreiras, mães,  
 prostitutas, traficantes, buscando uma nas outras forças para sobreviver no castelo de concreto  
 e aço!  
 A saudade bate todo dia, ela vem e consome.  
 Lembrar é viver!  
 Subjugadas por uma sociedade desigual; já vi muitas irem e voltarem; por não pode contar  
 com nenhuma ajuda; obstáculos a transpor. Uma passagem é o bastante, para que lhe “fechem  
 a porta na cara”  
 Aí fora ou aqui dentro o dinheiro é quem manda.  
 A gente é valorizado a partir daquilo que temos a oferecer ao próximo!  
 Hoje, mais uma vez espero pelo meu reencontro com a liberdade, sei bem o que me espera...  
 Aprendi algo que, está sendo minha base para continuar minha “caminhada”; para que as  
 coisas mudem ao meu redor, o primeiro passo a ser dado é por mim mesmo...  
 Injustiça, corrupção, desigualdade, isso acontece e acontecerá todos os dias não tem como  
 evitar;  
 Tô pronta pra enfrentar os desafios que a vida me oferecer, vou fazer o possível para ser bem  
 vista na sociedade só me resta saber se a tal sociedade vai colaborar...  
 Estou navegando num barco cheio de grades, procuro uma ilha chamada liberdade...  
 Hoje sou pássaro ferido que está se recuperando para sair em busca da felicidade....  
 Paciência é a chave  
 A liberdade é o limite

X2

Galeria feminina

B.



## Anexo 3:

Convenções para transcrição<sup>5</sup>

.	Entonação descendente
,	Entonação de continuidade
?	Entonação de interrogação
-	Marca de corte abrupto
::	Prolongamento do som
<u>palavra</u> (palavra sublinhada)	Sílaba ou palavra enfatizada
*palavra*	Fala em voz baixa
>palavra<	Fala acelerada
<palavra>	Fala desacelerada
PALAVRA	Fala em voz alta, grito
Hhh	Riso
[ ]	Fala sobreposta
[[ ]]	Fala simultânea
=	Eloquções contíguas
(.)	Pausa breve
( )	Segmento de fala que não pode ser transcrito
(palavra)	Dúvida do transcritor
“palavra”	Discurso citado
((apontando para cima))	Descrição de atividade não-vocal

<sup>5</sup> Convenções seguidas por Caroline Soares de Abreu em sua dissertação de mestrado “A organização do reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana e na sala de aula tradicional em português brasileiro”: Adaptado de Atkinson e Heritage (1984, pp. ix-xvi) e das instruções para submissão de artigos ao periódico especializado *Research on Language and Social Interaction* (Lawrence Erlbaum).